

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

ENTRE BARRACÕES, VARADOUROS E TAPIRIS: OS
SERINGUEIROS E AS RELAÇÕES DE PODER NOS
SERINGAIS DO RIO MADEIRA (1880-1930)

DAVI AVELINO LEAL

MANAUS
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

ENTRE BARRACÕES, VARADOUROS E TAPIRIS: OS
SERINGUEIROS E AS RELAÇÕES DE PODER NOS
SERINGAIS DO RIO MADEIRA (1880-1930)

DAVI AVELINO LEAL

MANAUS
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

DAVI AVELINO LEAL

ENTRE BARRACÕES, VARADOUROS E TAPIRIS: OS
SERINGUEIROS E AS RELAÇÕES DE PODER NOS
SERINGAIS DO RIO MADEIRA (1880-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa

MANAUS
2007

DAVI AVELINO LEAL

ENTRE BARRACÕES, VARADOUROS E TAPIRIS: OS
SERINGUEIROS E AS RELAÇÕES DE PODER NOS
SERINGAIS DO RIO MADEIRA (1880-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovado em 28 de agosto de 2007

BANCA EXAMINADORA

Hideraldo Lima da Costa
Presidente

Carlos Corrêa Teixeira
Membro

Nelson Matos de Noronha
Membro

*Ao meu pai, minha mãe e
meus irmãos pelo apoio
incondicional durante
todos esses anos.*

Dedico

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico possui uma dupla dimensão, por um lado, é uma tarefa solitária, feita durante as intermináveis madrugadas, à base de muito café; por outro, ele está fundado numa dimensão coletiva, resultante das inúmeras discussões e conversas com professores, amigos e com o orientador. Nesse sentido, gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram nesta construção individual-coletiva dizendo que sou grato por ter aprendido que a “natureza” de um trabalho acadêmico é sempre uma relação e, que este, deve estar a serviço da coletividade.

Conforme o afirmado acima, quero agradecer a Hideraldo Costa, orientador que sempre esteve à disposição para dialogar e propor novos caminhos à pesquisa; também sou grato à Paulo Monte, pelas importantíssimas contribuições bibliográficas à pesquisa; ainda aos professores Nelson Noronha e Carlos Rubens, pelas inúmeras discussões acerca do “pensamento” foucaultiano e a paixão pela Filosofia; sem esquecer da professora Dorinethe Bentes por apoiar-me desde os primeiros períodos do curso de História, como ainda hoje.

As sempre instigantes discussões, principalmente sobre os trabalhos de Thompson, levantadas no curso de História pelos professores, Luis Balkar e Luiza Ugarte; pelo incentivo do professor, sempre irreverente, Geraldo Pinheiro, os quais contribuíram, de sobremaneira, para a minha formação intelectual.

As professoras Márcia Eliane e Patrícia Sampaio pelas indicações bibliográficas e as inúmeras colaborações, desde a graduação.

Convém citar as muitas leituras feitas pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida ao meu trabalho, os quais elucidaram questionamentos decisivos para, no fio discursivo, construir a argumentação necessária para esta dissertação.

Nestes dois últimos anos, conheci pessoas interessantíssimas que contribuíram com minha trajetória acadêmica: Marcio Cavalcante, por apresentar-me a bibliografia acreana; Alexandre Avelino, Fabrício Vieira, Luciano Everton, Ana Flávia, Joaquim Melo, Kelen Marcião, Deise Nilciane, Clovis Farias, Leila Margareth, Elione Benjó e Alba Pessoa, reconhecidamente amigos.

Às bibliotecárias do Museu Amazônico, que, gentilmente, se colocaram a disposição, dona Elisangela e dona Maristela, são eternamente grato. A Sra. Graça Caldeira, pela simpatia com que me recebeu e por ter desempenhado um papel fundamental para que eu acessasse a documentação do judiciário, além de outras tantas fontes de pesquisas. Ao Dr. Roger, que liberou a entrada, por uma semana, no arquivo do judiciário e ao Deuslene Beleza que acompanhou esse processo. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), por ter concedido a bolsa de dois anos, apoio este que permitiu licenciar-me do trabalho como professor para a realização da pesquisa; assim como à Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Manaus) que por meio do programa QUALIFICA, tem permitido aos professores licenciarem-se recebendo seus vencimentos para cursar o mestrado e o doutorado.

Por fim, mas não por último, quero agradecer à minha família, Isaías, Raimunda, Adriana e Bruno, pelos inúmeros sacrifícios e pelo apoio incondicional durante todos estes anos.

Espero corresponder, neste mundo tão difícil, às “expectativas” de vocês.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a relação entre patrões e seringueiros nos seringais do rio Madeira, no final do século XIX e início do século XX. Objetiva-se analisar as relações de poder nestes seringais, buscando perceber as estratégias de resistência elaboradas pelos sujeitos históricos, num contexto marcado pela violência e exploração. Fundamenta-se sob a articulação dos trabalhos de Michel Foucault e E.P.Thompson, e à luz da investigação documental em os jornais do rio Madeira, Relatórios de Presidente de Província e Fontes Judiciais; busca-se superar a dicotomia entre patrão e freguês, porém sem escamotear a exploração, logo partimos atrás das táticas e estratégias construídas num cotidiano múltiplo e facetado, as quais não se davam, simplesmente, como respostas às práticas de violência física dos patrões. Num espaço permeado pela violência simbólica, os seringueiros lançaram mão de elementos da cultura para (re)significar o cotidiano. Sob este prisma, o estudo das relações de poder nos seringais apontou para a impossibilidade em falarmos de um “caso típico” ou “modelo ideal”. As estratégias de resistência variavam de seringal para seringal, pois cada relação estava mediada por aspectos específicos.

Palavras Chave: relações de poder, cultura e seringueiro.

RÉSUMÉ

La présente dissertation a comme objectif d'étude le rapport entre des employeurs et des travailleurs des caoutchouc du fleuve *Madeira* au bout du XIXe siècle et début du XXe siècle. Avec l'objectif d'analyser les rapports de pouvoir dans ces champs de caoutchouc, on cherche d'appréhender les stratégies de résistance élaborées par les sujets historiques dans un contexte marqué par la violence et l'exploration. Basé sur l'investigation de Michel Foucault et E.P. Thompson, et ayant comme documentation de base les journaux du fleuve *Madeira*, Rapport de Président de Province et sources judiciaires, on cherche de dépasser la dichotomie entre employeur et client, néanmoins sans décrire l'exploration, on passe à la recherche des tactiques et stratégies construites dans un quotidien multiple et contradictoire. Ces stratégies ne se donnaient pas simplement comme des réponses aux pratiques de violence physique des employeurs. Dans un espace traversé par la violence symbolique, les travailleurs de champs de caoutchouc se sont appropriés des éléments de la culture pour (re)signifier le quotidien. Dans ce sens-là, l'étude des rapports de pouvoir dans les champs de caoutchouc a indiqué l'impossibilité de parler en "cas typique" ou "modèle idéal". Les stratégies de résistance varient parce que chaque rapport était négocié par des aspects spécifiques.

Mots-Clé: rapports de pouvoir, culture, travailleurs du caoutchouc.

Sumário

Considerações Iniciais	p.13
Cap. 1- Arqueologia dos seringais: os seringueiros no discurso historiográfico	
1.1.Saber e Poder na produção do discurso historiográfico.....	p.32
1.2.A hegemonia dos estudos econômicos	p.38
1.3.Perspectivas polifônicas: os seringueiros na historiografia social.....	p.43
Referências.....	p.57
Cap. 2 - O rio Madeira no “contexto” amazônico do final do século XIX	
2.1.Articulando o macro e o micro ou para além de uma abordagem regional.....	p.61
2.2. O processo de territorialização e a questão da terra.....	p. 69
2.3. O homem “transformado” em borracha	p.76
2.4.O discurso oficial e a construção da imagem do migrante nordestino.....	p.82
2.4.1. Algumas considerações teóricas.....	p. 82
2.4.2. A “invenção” do migrante como criminoso.....	p.83
2.5. O controle do tempo e a disciplina do trabalho nos seringais.....	p.90
2.5.1 A vigilância hierárquica na Província do Amazonas.....	p.90
2.5.2. O ideário de construção de corpos dóceis.....	p.97
Referências.....	p. 130
Cap. 3 - Heterotopias: construindo espaços de resistência	p.134
3.1. Outros campos da resistência.....	p.159
3.2 Conflitos e relações de gênero nos seringais	p.166
3.3 Entre f(r)estas:politização do cotidiano e resistência simbólica.....	p.172
Referências.....	p.182
Considerações Finais	p.184
Fontes Consultadas e Arquivos	p.188
Referências	p. 189
Anexos	p.201

Lista de Quadros

Quadro 1- Dados demográficos mostrando o números de migrantes do Nordeste para a Amazônia nas últimas décadas do século XIX e nas décadas iniciais do século XXp.78

Quadro 2- Crescimento da firma B. Levy & Cia durante os anos de “apogeu” da economia da borracha.....p.122

Quadro 3 - Relação dos Seringais pertencentes a firma B. Levy & Cia..... p.123

ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS - Conselho Nacional de Seringueiros

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia

IGHA - Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

LDJJA - Livro de Decisão e Julgado da Justiça do Amazonas

PPGSCA - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia

RESEX – Reserva Extrativista

RPP - Relatório de Presidente de Província

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho nasceu de uma indagação: indagava-me do porquê, desde as provocações feitas aos historiadores por João Pacheco de Oliveira em 1979, num famoso texto sobre as relações de trabalho na Amazônia, a historiografia local não retornou ao tema dos seringueiros para elucidar as questões levantadas pelo autor citado.¹

Somada a essa questão, também havia a presença incontestada da historiografia acreana, revisando, criticamente, os estudos sobre os seringais. A constatação era de que a historiografia local optara, nos últimos anos, a explicitar a falácia da cidade de Manaus no tempo borracha. A desconstrução da história idílica da cidade do fausto concentrou a maioria dos esforços. Para muitos, a temática das cidades do interior e a exploração da mão-de-obra nestes espaços era um tema que já havia esgotado sua potencialidade, tendo em vista que a relação entre seringueiros e seringalistas era uma preocupação antiga de historiadores amazonenses. No entanto, perguntava-me por que os trabalhos mais contemporâneos, com exceção das pesquisas de Carlos Teixeira (1980; 1999) voltadas para o campo da Sociologia e da Antropologia, não se importavam em tratar desta questão, já que a historiografia local dispunha de um renovado referencial teórico-metodológico. Tido como passivo e analisado a partir de um ponto de vista oficial que não raramente realizava uma leitura determinista e biologizante do seringueiro, a gama de trabalhos existentes partilhava de um referencial teórico comum, preocupada, sobretudo, em justificar as condições de vida nos seringais, posicionando-se numa perspectiva patronal.

¹ João Pacheco de Oliveira (1979) chamava atenção para a necessidade de superarmos as interpretações esquemáticas e abstratas dos seringais, além de apontar para as limitações do modelo analítico de “ciclo econômico”.

Contra a visão acima exposta, era preciso, lembrando Bourdieu (2002), colocar em questão o pré-construído, questionar o “senso comum” *savant* da historiografia amazonense, que reduzira o seringueiro à passividade, transformando-o em vítima do processo.

A esta primeira indagação historiográfica, novas questões foram surgindo. A atualidade do problema, na historiografia acreana, justificava-se pela força que os seringueiros construíram ao longo de todos esses anos; porém, na historiografia amazonense, o discurso era que este problema tornara-se uma questão sem muita importância. No entanto, a propaganda oficial, dos últimos dois anos, veiculada na televisão, mostrava o Governo do Estado beneficiando os extrativistas da borracha do município de Manicoré, situado no rio Madeira, Amazonas. Ao mesmo tempo, extrativistas do rio Madeira reivindicavam, enquanto entidade organizada, a criação de RESEX para a área.

Neste contexto contraditório, palco para disputas entre o poder público e os movimentos sociais organizados, meus questionamentos foram ganhando atualidade. Era necessário construir o debate e organizar as perspectivas. Ao situar o estado da questão, estaria situando a própria condição de possibilidade de realização do meu trabalho.

O primeiro passo foi lutar contra as abordagens positivistas, evitar o risco de recorrer a uma sociologia por demais empirista, utilizando categorias e conceitos auto-evidentes.

Foi preciso, para a construção do objeto, insurgir-se contra o acabado, contra as imagens cristalizadas e frigorificadas. Neste campo, o seringal genérico ou a relação dicotômica, cara aos estruturalistas, que colocava em oposição direta o patrão e o freguês, se constituía em lugar comum nas análises sobre o seringal. No entanto, fugir

destas representações acabadas exigiu, muitas vezes, a busca de novos referenciais teórico – metodológicos, que nos possibilitasse uma nova abordagem e um novo olhar para velhas questões.

Uma das principais características desta historiografia sobre os seringueiros, pelo menos até o início da década 1980, é a forte abordagem que, além de trabalhar com o seringal genérico, reduziu os seringueiros à natureza, à biologia e à geografia. O esquema interpretativo, solo epistemológico, comum à maioria dos autores, esteve ligado ao positivismo, pois tomava o homem como sujeito passivo, confundindo-se com a própria natureza.

Um bom exemplo são os famosos bicos de pena de *Perci Lau*, presentes nos livros didáticos editados até recentemente, os quais mostravam a imagem dos seringueiros de costas extraíndo o látex e com a espingarda pendurada.

Historicamente, as respostas a este modelo analítico têm sido dadas pelos próprios seringueiros que se organizaram, a partir da década de 1980, em movimento social, através do Conselho Nacional dos Seringueiros e de sindicatos rurais (ALMEIDA, 2004).

A primeira metade da década de 1980 marca também a entrada crítica dos estudos acadêmicos no debate sobre os seringueiros, uma vez que esses seringueiros passam, no nível interpretativo, de elementos passivos a sujeitos - histórico ativos. Os historiadores foram em busca das formas específicas de lutas nos seringais.

Os seringueiros, em muitas áreas, não em todas, conseguiram fazer a passagem da existência atomizada e serial para uma existência coletiva, concretizada no movimento social (BOURDIEU, 2002, p.124).

Longe de sugerir a idéia de Movimentos Sociais Políticos x Pré – Políticos, ou do ranço evolucionista, o que nos interessa é, pensando com Thompson, observar como

as lutas muitas vezes localizadas, atomizadas e individualizadas, contribuíram para construir uma “cultura de resistência” ou “modo de vida”. Essas lutas não foram forjadas recentemente, elas possuem suas bases nas estratégias cotidianas de resistência, construídas historicamente.

Sidney Chalhoub, no seu sugestivo estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro, da *Belle Époque*, nos diz que este debate, que opunha movimento operário organizado contra formas de resistência, aparentemente desarticuladas, estava presente, de forma acirrada, entre aqueles que realizavam pesquisas de mestrado e doutorado no início dos anos 80. Segundo Chalhoub:

a opção por abordar a questão do controle social do ponto de vista da experiência cotidiana da classe trabalhadora procura ressaltar o fato de que as relações de vida dos agentes sociais expropriados são sempre *relações de luta*, ou seja, o tempo e o espaço da luta no processo histórico não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados – como os diversos momentos do movimento operário, por exemplo (CHALLOUB, 2001, p.52).

Seguindo as sugestões de Flávio Santos Gomes (2005) no seu estudo sobre a formação de mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil nos séculos XVIII e XIX, é preciso perceber que, no caso dos seringueiros, eles podiam estar construindo uma crescente politização do cotidiano sob formas rituais, cujas formas de resistência, poder e enfrentamento, não podem ser reduzidas à reações pura e simples das práticas coercitivas dos patrões.

De acordo com o exposto acima, o objetivo deste trabalho foi analisar, a partir das relações de poder nos seringais, as estratégias de resistências elaboradas pelos seringueiros; perceber como os seringueiros lançaram mão, a partir de lógicas próprias, de embates cotidianos em contextos específicos, de estratégias de resistência que envolviam, muitas vezes, alianças inesperadas e acordos momentâneos.

O “recorte geográfico” nasceu, como sugere Maria Vieira (2005, p.44), da articulação entre as leituras das fontes e da bibliografia referente ao tema dos seringueiros na Amazônia. À época, direcionei o trabalho guiado pela leitura de alguns jornais e por muitos romances sobre os seringais da região. Atualmente, percebe-se, por este estudo, que o rio Madeira foi alvo de interesses específicos, tais como: o estabelecimento da Ferrovia Madeira Mamoré; a exploração e controle dos seringais; e a luta para pacificação de etnias que opunham forte resistência ao poder governamental. Convém, inclusive, atentar para este último ponto, pois vê-se que os conflitos interétnicos no rio Madeira merecem um estudo minucioso, para além das imagens cristalizadas que tomam os índios como entraves para a exploração das estradas ou inimigos dos seringueiros (OLIVEIRA, 1988, p.68).

Alguns livros “fizeram minha cabeça” durante a fase inicial de construção do projeto, sendo o romance social, *Terra de Ninguém*, de Francisco Galvão, livro de 1936, pois trata, justamente, da relação de poder nos seringais, idéias socialistas, a crescente politização dos seringueiros, a exploração realizada por Manoel de Souza Lobo e a presença dos Parintitin, são aspectos fortemente presentes no livro.

Um outro romance foi fundamental, o clássico, *A Selva*, de Ferreira de Castro, escrito durante o ano de 1929 e publicado em 1930, a obra aborda o drama social dos seringueiros na Amazônia. Contando a história de Alberto, fugido de Portugal por motivos políticos, vem para o seringal Paraíso, no rio Madeira; inicialmente avesso aos seringueiros nordestinos, Alberto vai, aos poucos, identificando-se com a luta e o sofrimento dos mesmos. A saga termina com a imagem do barracão do patrão seringalista pegando fogo.

As temáticas trabalhadas pelos autores das duas obras ajudaram não só a definir o “espaço” a ser trabalhado, como também ancoraram as reflexões presentes nesta dissertação, cujas imagens literárias povoaram “meu imaginário”.

Já o “recorte temporal” esteve estritamente ligado às possibilidades de se trabalhar as fontes. Se o “deslocamento” de mão-de-obra, para trabalhar nos seringais do Nordeste para a Amazônia, era um processo visível, a partir da década de 1870, logo, “facilitava” um recorte inicial, o limite temporal, que inicialmente estendia-se até 1915, foi estendido para o ano de 1930, ano em que finalizara a pesquisa documental.

Pode parecer que a descrição deste processo revele certa fragilidade no recorte, no entanto, ela tem a vantagem de mostrar o quanto é difícil e problemático construir e justificar recortes quando não se aprofunda determinadas questões. Criticamente, deseja-se questionar datas canônicas, estabelecer novos recortes, enfim, construir, em dois anos, um novo quadro referencial. Entretanto, as coisas não se apresentam tão simples assim, sendo preferível a honestidade em explicitar os procedimentos a ter que escamotear escolhas.

Neste sentido, optou-se em trabalhar com um recorte que vai desde a década de 1870 até 1930. Alguns historiadores acharão um recorte longo para dois anos de pesquisa, porém, as fontes condicionaram, de certa forma, esta demarcação temporal. Visando adensar a documentação, escolheu-se um recorte mais dilatado.

A maior parte da pesquisa foi realizada no Museu Amazônico e na Biblioteca Pública a partir da leitura de jornais microfilmados; houve coleta de alguns materiais na Biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA), onde consegui algum material; “freqüentei” também o Arquivo Público, me decepcionando com o “desaparecimento” repentino de documentos consultados em fases anteriores da

pesquisa. Consultei alguns jornais no IGHA (Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas).

Nesta trajetória de “andar” de arquivo em arquivo em busca de documentação, chegou-se à Biblioteca do Tribunal de Justiça do Amazonas onde se garimpu interessante documentação no Livro de Decisões e Julgados da Justiça do Amazonas, referentes a decisões de 2ª. instância. Além disso, a duras penas e graças a uma “rede de articulações”, adentrei no “arquivo” do Tribunal de Justiça para pesquisar os sonhados processos criminais.

Uma das experiências mais difíceis da pesquisa foi consultar uma rica documentação, baseada em fontes judiciais, em local totalmente insalubre, pois o mesmo era muito pior do que um “depósito”, onde se misturavam documentação dos séculos XIX e XX, motos apreendidas, armários velhos e carros antigos desmontados. Duas semanas neste “depósito”, tempo máximo concedido pelo juiz, sem dominar técnicas paleográficas e atrás de algo bem específico, ou seja, documentação referente aos seringueiros no rio Madeira num mar de papéis, foi um desafio e tanto.

Embora me lembrasse de Ginzburg, que dizia que o sonho do historiador é ter ou encontrar um arquivo ou processo, o qual possa chamar de seu, mesmo assim, percebia-se o despreparo em trabalhar, num curto espaço de tempo, com fontes importantes. Enfim, encontrou-se alguns casos, depois de incansáveis leituras.

Acredito que explicitar aqui alguns problemas do nosso “campo”, ou trabalho de arquivo, contribua pelo menos para, posteriormente, levantar algumas questões relativas à prática de pesquisa nestes arquivos. Esse é um processo que se aprende com uma boa preparação teórico-metodológica e muita prática. Não existe manual e, seria detestável, se existisse; aprende-se com a experiência, lendo criticamente os clássicos e construindo a própria trajetória.

Mesmo com tanta dificuldade, reconhecendo que tanto o poder público, faltando e pecando neste campo, pois faltam profissionais qualificados em arquivologia e biblioteconomia, além do péssimo acondicionamento da documentação, quanto os pesquisadores, que pouco fazem para pressionar o poder público. Contudo, ainda podemos falar no prazer que é realizar uma pesquisa. Foram anos não só de dificuldades, mas também de muita alegria, e, no final, tem-se a sensação de que é isso mesmo que você quer continuar fazendo.

Nesta trajetória, visitei, por duas semanas, antigos seringais, já desativados, no município de Novo Aripunã. Lá buscou-se saber, com antigos seringueiros que moravam no bairro Bolívia, puxando pela memória, como eles perceberam as relações de trabalho nos seringais daquela área. E, também, para não “misturar” as coisas, preferiu-se sempre manter uma conversa livre, sem anotar e nem gravar nada. Talvez retorne para fazer um trabalho sistematizado. Naquele momento, já havia “optado” por um recorte mais recuado e estava decidido a mapear parte da documentação escrita.

Depois dessas linhas, quase confessionais, gostaria de comentar, pelo menos em linhas gerais, já que perpassa todo o texto, o referencial teórico-metodológico que utilizo na pesquisa.

Abrindo a caixa de ferramentas: as reflexões de Thompson e Foucault como instrumentos de trabalho

Procurou-se fugir daquelas classificações estanques que opõem correntes teóricas, autores e escolas. O caminho adotado foi pensar a teoria enquanto uma caixa de ferramentas para se trabalhar. Desse modo, coteja-se o trabalho de dois autores que vinha lendo há algum tempo. Buscou-se aproximar os trabalhos do historiador inglês

Edward Palmer Thompson e do filósofo francês Michel Foucault. Longe de qualquer ecletismo acrítico, percebe-se, numa leitura detida do trabalho destes dois estudiosos, um ponto de confluência no que tange aos resultados das pesquisas realizadas.

Pensadores com trajetórias pessoais relativamente diferentes, Thompson e Foucault partiram de lugares sociais diferenciados, investigaram temáticas múltiplas e, em alguns momentos de suas trajetórias, os resultados das pesquisas foram surpreendentemente parecidos.

Situa-se, primeiro, o discurso thompsoniano e suas transformações. Thompson cresceu no seio de uma família de militantes socialista tendo, ao final da adolescência, filia-se ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB). Ele atuou ao lado de Eric Hobsbawm e Perry Anderson durante anos, até romper com o PCGB em 1956. (HOBSBAWM, 2001).

Do ponto de vista teórico, o autor de, *Senhores e Caçadores*, sempre esteve ligado ao marxismo, não o marxismo ortodoxo, do qual discordava e que o levou, desde muito cedo, a tornar-se um dissidente dentro do partido. Segundo o historiador Luis Balkar, ao referir-se a ruptura de Thompson com o partido comunista da Grã-Bretanha, afirma o seguinte:

[...] seu rompimento com a abordagem dogmática do marxismo não significou seu afastamento de Marx. Bem ao contrário, toda a sua produção intelectual demonstra um diálogo crítico com as obras clássicas de Marx e Engels e com a própria tradição intelectual e política do pensamento marxista, que ele assumia explicitamente (PINHEIRO, 2000, p.4).

A ortodoxia marxista fundamentava, naquele momento, os mandos soviéticos. Entre os principais teóricos defensores desse modelo, estavam Louis Althusser e Nicos

Poulantzas. Neste contexto, a produção intelectual desenvolvida por Thompson estava imersa num campo de luta política que se manifestava também na elaboração teórica.

A *Formação da Classe Operária Inglesa* (1999), cuja primeira edição é de 1976, configura-se como o maior exemplo da luta de Thompson contra os vários estruturalismos de sua época. Na contramão dessas estruturas determinantes, percebe-se que Thompson fazia com que os sujeitos falassem em seus trabalhos.

A partir da leitura do livro *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos* (2001) nota-se as influências que nortearam a reflexão thompsoniana nos mais variados momentos de sua escrita. A aproximação de Thompson com os textos de William Blake e William Moris, além da forte influência dos estudos relacionados à antropologia e ao “folclore”, os quais ajudaram-no a perceber a experiência das pessoas humildes a partir do cotidiano. Nesse sentido, Thompson pôde construir uma leitura diferenciada da formação da classe operária, enquanto os marxistas ortodoxos reduziam tudo ao econômico, Thompson sinalizava, neste momento, para a importância da cultura como constituinte da formação da classe.

Além de Thompson, Foucault também conheceu a experiência de atuar no Partido Comunista, sua proximidade a Daniel Defert e François Eward, levou-o às correntes maoístas do Partido Comunista Francês. No entanto, sendo homossexual, sua permanência nas fileiras do partido dura pouco tempo, pois se sentia constrangido com a discriminação que os homossexuais sofriam nas fileiras do PCF, em decorrência de sua atuação política acabou seguindo outros caminhos. Em algumas ocasiões, participou de passeatas ao lado de Jean Paul Sartre, assim como foi um dos fundadores do GIP - Grupo de Informação de Prisão – grupo que se reunia para discutir o sistema carcerário francês, a partir da ótica dos presos. O mesmo grupo tinha uma publicação, dirigida em sua totalidade pelos detentos franceses (ERIBON, 1991; 1996).

Os dois intelectuais fizeram parte das fileiras do Partido Comunista, assim como se decepcionaram com ele. Foucault estava diretamente ligado a lutas mais localizadas, porém, não menos importantes, pois acreditava que os avanços aconteciam em lutas particulares. Thompson, que durante muitos anos lutou e acreditou numa verdadeira revolução comunista, terminou a vida no embate contra a ameaça nuclear (PALMER, 1994, p.178).

Em que essas trajetórias, aparentemente distantes, se aproximam? Muitos pesquisadores apontam em reflexões de Thompson, sobre o tempo do trabalho e a disciplina do capital, uma relação direta com a perspectiva de Foucault sobre o papel da disciplinarização dos corpos na modernidade (CHALHOUB, 2001, p. 57; RAGO, 1997, pp.13-14; COSTA, 2005, p. 18). Contudo, essa não é a única maneira de aproximar estes dois autores; por outro lado, existem aspectos tão interessantes quanto esses que foram ressaltados pela historiografia, que ficaram de fora das análises clássicas que articulam os dois autores.

O caminho metodológico que Thompson adota é realmente diferente daquele proposto por Foucault, no entanto, o resultado da reflexão de um, espelha, em grande parte, as conclusões do trabalho do outro.

Um das mais importantes aproximações que podem ser feitas entre os trabalhos dos dois autores é a que se refere à constituição do(s) sujeito(s) . No caso de Thompson trata-se, sobretudo, de sujeitos sociais coletivos; já para Foucault, a abordagem, que passa por transformações visíveis durante sua trajetória, vale tanto para a constituição de sujeitos coletivos quanto para entender a relação ética/estética do sujeito.

No clássico prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa* Thompson lança a tese de que a classe não pode ser tomada como estrutura, nem como categoria, mas como fenômeno histórico. Para o historiador inglês,

[...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa a análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus (THOMPSON, 1999, p.09-10).

Para Thompson, a classe não está dada *a priori*, pois ela é construída historicamente. O famoso *fazer-se*, resultante tanto das ações humanas quanto dos condicionamentos é sempre um *autofazer-se*. A classe está presente no momento mesmo de sua constituição.

Thompson deixa claro que os sujeitos sociais coletivos não podem ser tomados como categorias universais e necessárias. Tal perspectiva evidencia-se em seus trabalhos, sempre fundamentados em vasta pesquisa documental.

Na perspectiva de Foucault, os sujeitos sociais coletivos e individuais também não são dados *a priori*, pois resultam de constituições e autoconstruções sócio-histórica. Se num primeiro momento, Foucault considera a constituição dos sujeitos como resultados de práticas discursivas e disciplinares, logo depois, ele irá sugerir, dentro do campo da ética e da estética, a autoconstituição dos sujeitos.

Não podemos pensar a construção dos sujeitos através de práticas discursivas e disciplinares como ligada à eliminação das resistências. Quando Foucault propõe uma analítica do poder, ele está dizendo que é inviável a formulação de uma teoria sobre o poder, pois este só se mostra em relações concretas e específicas. São as práticas

sociais, que servem de objeto de análise, principalmente no que elas têm de específicas, já que essas evidenciam as relações de poder.

Pensar o poder, tal como Foucault propõe, é analisá-lo a partir de relações. O poder não estaria centrado em apenas um grupo ou pessoa; ele é relacional. Tal concepção de poder vai de encontro às formulações de pensadores liberais e marxistas. Para os liberais o poder é, sobretudo, monopolizado pelo Estado, representado em cargos do judiciário, executivo e legislativo. Para os marxistas, (ou determinado marxismo stalinista) o poder é considerado uma mercadoria; logo, os proprietários dos meios de produção seriam os detentores, por excelência, do poder. Para Foucault o poder é uma relação de força, não está centrado em nenhum ponto específico, pois perpassa todo o corpo social.

Nesse sentido, os dois autores estão falando da relação de poder e da construção de classe numa perspectiva relacional e sócio-historicamente fundada. Foucault nos fala em análise de relações sociais concretas, o que o distancia de qualquer idealismo transcendental. Thompson nos inunda com “evidências”, mostrando “concretamente” como se dão estas relações de poder.

Esse debate ganha destaque na historiografia brasileira, a partir dos trabalhos que abordam os mecanismos disciplinares presentes nos dois autores. No entanto, outros aspectos mais profundos, emergem quando comparados não só as duas trajetórias como também os dois trabalhos.

Claro que essas aproximações possuem seus limites. Thompson nunca se afastou de Marx, mesmo tendo um posicionamento crítico em relação ao trabalho deste. Entre seus autores preferidos e seu círculo de amizade era presença constante políticos de esquerdas e adeptos do marxismo. Se essas relações não são determinantes diretos do trabalho, pelo menos contribuíram em muito para a reflexão elaborada pelo autor.

No seu trabalho, Foucault não só utilizou inúmeras referências como possuía um grupo de interlocutores extremamente heterogêneo. Suas fontes básicas, como ele mesmo declarou em uma entrevista foram: Nietzsche e Marx. No entanto, seu trabalho deve muito aos filósofos da ciência como: Canguilhem, Dumezil e Bachelard. Seu círculo de amizade incluía desde maoístas e intelectuais de esquerda como Jean Paul Sartre até historiadores mais conservadores politicamente como Philippe Áries (ERIBON, 1991).

Essas considerações teórico-metodológicas perpassam todo o trabalho. Em muitos momentos há aprofundamento, cotejo e estabelecimento de relações desses atores. Acredita-se que as contribuições que Foucault e Thompson dão para a reflexão crítica guardam força e atualidade.

Metodologicamente, o ponto de partida para analisar as relações de poder nos seringais do rio Madeira, deu-se através da leitura das fontes documentais, mais especificamente, da consulta aos jornais da época e posteriormente o contato com os Livros de Decisões e Julgados do Tribunal de Justiça do Amazonas. A partir da análise dessas fontes, coletava-se, cada vez mais, um número significativo de casos envolvendo os seringueiros e os seringalistas. Casos esses de abandono do seringal, assassinato do patrão, mistura de areia com borracha na composição da “pela” de borracha, exploração por parte do seringalista, mentiras e trapaças do mundo do seringal.

Embasados em uma discussão desenvolvida no curso de História, na disciplina *História e Periodismo*, esta pesquisa traçou a metodologia de análise dos periódicos. Os estudos sobre História e Periodismo abriram a possibilidade de uma história através da imprensa, tendo como eixo básico a contextualização do discurso de determinado jornal, na medida em que este não é um meio neutro de informação, mas está localizado socialmente. O primeiro passo foi localizar o lugar social do jornal, não poucas vezes

ligado ao discurso oficial da elite (ZICMAN, 1991, p.90). Buscamos analisar as contradições do discurso mapeando, quando possível, a caracterização geral do jornal, mostrando o seu formato, os colaboradores, o editorial e seu sistema de circulação.

No que tange à utilização dos Livros de Decisões e Julgado de 2^a. instância, percebeu-se como uma fonte importante, pois é no contato com os órgãos de repressão que estes sujeitos históricos aparecem.

Segundo Michel Foucault, num texto sobre a vida dos homens infames, diz que :

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido permanecer, é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria ali mais para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por ter se dirigido a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros- breves, incisivos, com frequência enigmáticos, a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser em seu 'estado livre,' só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele (FOUCAULT, 2003, p.207-208).

É, a partir deste embate com o poder que resultaram nos “arquivos da repressão”, no dizer de Carlo Ginzburg, é que foi possível o resgate do cotidiano destes que foram silenciados em suas falas; sofreram com o avanço da extração do látex; mas que, em nenhum momento, fragilizaram-se diante das adversidades, sempre buscando (re)criar “a sociedade do barracão” na medida de suas possibilidades.

Analisar os documentos do judiciário possibilitou-nos levantar novas questões metodológicas, pois se trata de fontes escorregadias e complexas, que já passaram por

diversos filtros, mas que, ainda sim, são possíveis de serem trabalhadas. Temos que tomar o documento como monumento, como resultado de uma série de relações de poder e não solidificado no discurso como verdadeiro. Esse procedimento metodológico contribui diretamente para a análise de outros documentos, outros discursos, como os Relatórios de Presidente de Província, além do discurso literário.

Alguns trabalhos mostraram que é possível fazer isso. Sidney Chalhoub (2001), em *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*, e os clássicos *Vigiar e Punir* de Michel Foucault e *Crime e Cotidiano* de Boris Fausto (2001), vão nesta direção.

Buscamos, portanto, obter os melhores resultados na análise qualitativa das fontes, cruzando, sempre que possível, as informações.

O trabalho divide-se em três capítulos, sendo que, ao final de cada capítulo relacionamos as referências bibliográficas correspondentes, além da que compõe o quadro final de referências bibliográficas. O primeiro é estritamente historiográfico. Partindo de um referencial teórico metodológico diferenciado, a luz dos trabalhos de Foucault sobre o *saber* como instrumento privilegiado de análise, busca-se analisar a emergência histórica do tema, quais as continuidades e discontinuidades discursivas que perpassam o objeto analisado, as novas modalidades de percepção e as formas como a historiografia vem trabalhando a questão.

No capítulo dois, reconstrói-se o cenário em que estava inserido o rio Madeira no final do século XIX, a fim de criticar o modelo analítico de “ciclo econômico”, também analisam-se as transformações oriundas do aumento da exportação da borracha, o processo de territorialização pelo qual passa a região, caracterizado pela concessão à particulares de exploração de seringais e castanhais por prazos que iam de trinta a cinquenta anos, e o deslocamento de mão-de-obra para os seringais.

Neste longo capítulo, observa-se como o discurso oficial ao mesmo tempo em que constrói uma imagem sobre o seringueiro (violento, ganancioso, rude), busca fortalecer o aparelho repressor para a região. Se não bastassem os mecanismos de controle elaborados pelo poder público, os próprios seringalistas lançaram mão dos famosos “regulamentos” para disciplinar, de forma imediata e direta, a conduta dos trabalhadores.

No último capítulo, trabalha-se com as múltiplas formas de resistências, construídas pelos seringueiros nas relações de poder nos seringais. Num espaço marcado pelas contradições e ambigüidades, os seringueiros utilizaram das mais variadas formas de aliança, visando tornar o cotidiano suportável.

A perspectiva foi de não escamotear, em nenhum momento, a exploração a que o seringueiro esteve submetido no regime do barracão. Por outro lado, evitou-se não encerrar a história neste ponto, fugindo, ao máximo, da dicotomia patrão x freguês. Fomos atrás das alianças improváveis, dos acordos estratégicos e das ambigüidades do cotidiano. Neste sentido, percebe-se que os seringueiros, enquanto sujeitos sociais ativos, buscavam resistir, tanto simbolicamente como fisicamente, aos abusos do “mundo do seringal”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras e artigos citados

- ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, Nº 55, p. 34-53, /2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
- CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 34ª ed. Guimarães Editores, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001.
- COSTA, Francisco Pereira da. *Seringueiros, Patrões e a Justiça no Acre Federal (1904/1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Paris: Flamarion/Champs, 1991.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis- R.J, Vozes,2002.
- _____. *Estratégia, Poder- Saber. Ditos e escritos vol. IV*. Manoel Barros da Motta (org.).Rio de Janeiro: Forense Universitária,2003.
- GALVÃO, Francisco. *Terra de Ninguém*. Manaus: Valer; Edições do Governo de Estado, 2002.
- GOMES, Flavio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. E.P. Thompson. In: NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Sérgio (Orgs). *Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *“O Nosso Governo”: Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- PALMER, Bryan. *Eduard Palmer Thompson: objeções e posições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1994.

PINHEIRO, Luis Balkar. Edward Palmer Tompson: um historiador engajado com o presente. In: *Folha da História*, série perfil historiográfico, no. 1, ano 1. p. 04, 2000.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade.(volume I)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Maria do Pilar de et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2005.

ZICMAN, Renée Barata. “História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas”. *Projeto História*, no. 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89-102.

Capítulo I – Arqueologia dos seringais: os seringueiros na historiografia

O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral de poder. Consequentemente é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimento político, através dos quais o poder é vinculado e orientado.

Michel Foucault

1. Saberes e Poderes na produção historiográfica

Para a realização desta leitura historiográfica, optamos por um balizamento teórico metodológico que tem, na arqueologia foucaultiana, uma ferramenta privilegiada de análise do discurso historiográfico e as relações de poder e saber que ele envolve.¹

Uma abordagem que toma a arqueologia como campo teórico justifica-se muito mais pela necessidade de buscarmos novos elementos para análise historiográfica do que propriamente acharmos que este seria o melhor ou único caminho a ser seguido por quem faz análise de idéias.

É interessante observar que a arqueologia não perde seu objetivo crítico quando dialoga com outros campos teóricos de análise do discurso. No Amazonas, mais especificamente, podemos notar, ainda hoje, a forte presença do positivismo nas

¹ Paul Ricouer em *O conflito das Interpretações* chama atenção para a necessidade de termos clareza que o modelo teórico adotado pelo pesquisador não é a manifestação da verdade. O modelo que avança no campo interpretativo carrega também suas limitações.

análises de historiadores tradicionais, na medida em que continuam apropriando-se do que foi dito como se realmente tivesse acontecido, sem a mínima contextualização da fonte ou discurso.

Outros historiadores e cientistas sociais, situados em um campo teórico totalmente diferente, trabalham com a história das idéias e da formação do pensamento. O principal problema deste campo analítico está em determinadas idéias que fundamentam a análise. Neste campo epistemológico, conceitos como o de *continuidade*, *progresso* e *recorrência* estão fortemente presentes.

A arqueologia procura fugir destes conceitos, reconhecendo seus próprios limites, aponta para uma outra perspectiva de análise. Tal postura fundamenta-se nos trabalhos de Michel Foucault, tanto os da fase arqueológica, que têm, no *saber*, sua principal preocupação, quanto os do período genealógico, onde emergem questões relativas ao *poder*.

Os trabalhos de Foucault dividem-se didaticamente em três grandes fases, intituladas de arqueologia, genealogia e ética. Dos três momentos, os dois primeiros nos interessam diretamente. Da arqueologia fundamentamo-nos a partir dos trabalhos: *Arqueologia do Saber* (2002a), *As Palavras e as Coisas* (2002b), *A Ordem do Discurso* (2000a) e *Resposta ao Circulo de Epistemologia* (2000b). Da fase genealógica nos pautamos na leitura de *Vigiar e Punir* (2002), *História da Sexualidade: a vontade de saber*(2001) e nas coletâneas, *Microfísica do Poder*(1979), *Ditos e Escritos vol. IV - Estratégia, Poder-Saber* (2003) e *Ditos e Escritos vol. II- Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento* (2000).

A arqueologia foucaultiana não está, necessariamente em descontinuidade com a genealogia. Nesta trajetória, problemas são levantados, deixados de lado para, logo depois, serem retomados e ganharem uma nova direção. O próprio Foucault reconhece

que seu trabalho é genealógico na finalidade e arqueológico no método. Ao comentar a função da crítica na sua trajetória de pesquisa ele nos diz:

nesse sentido, essa crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafísica: ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. Arqueológica – e não transcendental- no sentido de que ela não procurará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação moral possível; mas tratar tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos. E essa crítica será genealógica no sentido de que ela deduzirá da forma que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer, mas ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos e pensamos (FOUCAULT, 2000, p. 348).

Gilles Deleuze em, *Foucault*, nos mostra a existência de uma imbricada relação de problemas presentes na primeira fase e que continuam na segunda, também cita problemas da segunda fase que estão embutidos nos primeiros trabalhos.

O que diferencia os momentos desta trajetória de pensamento é a ênfase dada em determinadas questões. No período denominado arqueológico a primazia dos estudos sobre o *saber* é evidente. A preocupação de Foucault é identificar como são possíveis determinados saberes, determinados discursos.

Nesta fase, anos sessenta, o poder ocupa um lugar secundário, ele não está de todo excluído. Porém, é nos anos setenta que a questão relacionada ao poder emerge com toda força. Não se trata mais de saber como determinados discursos aparecem ou são possíveis, mas de saber o *porquê* do aparecimento de determinados saberes.

Para Foucault não há separação entre o saber e o poder, pois todo saber é político. Ele, o saber, está imerso numa relação de poder, possuindo uma materialidade que se articula sem se subordinar à estrutura econômica. Segundo Foucault “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do

discurso, já que o próprio discurso é um elemento e serve como dispositivo estratégico das relações de poder” (FOUCAULT, 2003, p.253).

Neste sentido, iremos trabalhar algumas idéias da arqueologia e da genealogia que fundamentarão nossa abordagem historiográfica. Qual a especificidade da abordagem arqueológica? Segundo Foucault, a arqueologia nos permite pensar as condições de possibilidade histórica da emergência de determinado discurso.

Não compete à história das idéias ou das ciências: é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir do que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual *a priori* histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer idéias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem. Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer; o que quer trazer à luz é o campo epistemológico, a epistémê onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente ao seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; nesse relato, o que deve parecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais que uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia” (FOUCAULT, 2002b, p. XIX).

Para Roberto Machado, a vantagem do método arqueológico reside em nos possibilitar uma saída para a idéia de recorrência, ou seja, nos ajuda a evitar fazer um julgamento dos discursos do passado a partir do momento presente. Não podemos julgar o passado achando que ele era somente o embrião que preparava lentamente o presente. Segundo o autor,

A riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências humanas enquanto saberes – investigando suas condições de existência através da análise do que dizem, como dizem e porque dizem – neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando assim do desafio impossível da recorrência, sem no entanto, abandonar a exigência de realizar uma análise conceitual, capaz de estabelecer descontinuidades, não certamente epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situada ao nível dos saberes (MACHADO, 1981, p.11).

O estabelecimento de descontinuidades arqueológicas nos permitirá pensar as modificações discursivas no interior da própria historiografia. Por outro lado, é importante lembrarmos que a própria definição da arqueologia é múltipla, ela possui mobilidade e não admite ponto fixo ou cânones rígidos, mas segue a direção apontada pela pesquisa.

A idéia de descontinuidade é uma descoberta relativamente recente da historiografia. O final do século XIX e o início do século XX foi marcado pela forte presença do pensamento positivista na historiografia, o que determinou, em grande medida, o estudo do pontual, de fatos políticos e administrativos.

Mesmo ligado ao factual, poderíamos dizer que a historiografia positivista estava preocupada não só com a continuidade como também possuía um forte caráter teleológico. Até mesmo a conhecida Escola dos Annales francesa que, em muitos pontos, se distancia e critica ferreamente o positivismo, mantém uma proximidade com este modelo, principalmente quando trata de estudos de continuidade, com a predominância dos longos períodos de uma época, das mentalidades e das permanências.

A partir dos anos setenta, a noção de descontinuidade passa a ocupar um lugar de destaque nas disciplinas históricas. Segundo Foucault:

para a história em sua forma clássica, o descontinuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos- decisões, acidentes, iniciativas, descobertas- e o que deveria ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel. Constitui, de início, uma operação deliberada do historiador (e não mais o que recebe involuntariamente do material que deve tratar), pois ele deve, pelo menos a título de hipótese sistemática, distinguir os níveis possíveis de análise, os métodos que são adequados a cada um, e as periodizações que lhe convêm. É também o resultado de sua descrição (e não

mais o que se deve eliminar sob o efeito de uma análise), pois o historiador se dispõe a descobrir os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, o instante de um funcionamento irregular de uma causalidade circular. Ela é, enfim, o conceito que o trabalho não deixa de especificar (em lugar de negligenciá-lo com uma lacuna uniforme e indiferente entre duas figuras positivas); ela toma uma forma e uma função específica de acordo com o domínio e o nível em que é delimitada: não se fala da mesma descontinuidade quando se descreve um limiar epistemológico, a reversão de uma curva de população ou a substituição de uma técnica por outra. Paradoxal noção de descontinuidade: é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, delimita o campo de que é efeito, permite individualizar os domínios. Enfim, não é simplesmente um conceito presente no discurso do historiador, mas este, secretamente, a supõe: de onde poderia ele falar, na verdade, senão a partir dessa ruptura que lhe oferece como objeto a história – e sua própria história? Um dos traços mais essenciais da nova história é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise (FOUCAULT, 2002a, p.9-10).

O conceito de descontinuidade ocupa um lugar estratégico na arqueologia foucaultiana, porém não é o único. Podemos citar a profícua articulação em tratar os documentos como monumentos, ou seja, o documento não seria o retrato fiel de uma época, sua memória, mas é fruto de um conjunto de relações de forças.

A perspectiva arqueológica aponta para a relação que existe entre o poder e o saber, entre os discursos e as instituições. Na historiografia regional, lugares de saber/poder foram se formando ao longo do século XX. Instituições como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA e a Academia Amazonense de Letras foram os lugares que acolheram os historiadores positivistas e os intelectuais mais conservadores do Estado.²

Nosso estudo historiográfico buscou, a partir dessas considerações arqueológicas dos discursos, trabalhar com a temática dos seringueiros e de como ela foi abordada

² Fundado num contexto de crise econômica, 1917, o IGHA e posteriormente a AAL funcionaram como instituições legitimadoras da intelectualidade regional. Como apontam Schwartz para o Rio de Janeiro e São Paulo e Paiva (2000) para o Amazonas, havia uma imbricada relação entre os membros da elite e os dirigentes desses institutos.

pela historiografia regional. O recorte seguiu a delimitação temática, onde focalizamos primeiramente os estudos voltados para a história econômica da borracha. A historiografia econômica sobre a borracha passa, internamente, por profundas transformações conceituais e metodológicas.

Posteriormente, analisamos os estudos voltados para uma história social dos seringais, também prenhe de discontinuidades. Nos últimos dez anos emerge, no Brasil, uma série de estudos focando a possível articulação entre história social e história ecológica dos seringais, os quais apontam para a atualização do discurso historiográfico com as preocupações do presente.

2. A “Hegemonia” dos Estudos Econômicos

A emergência de estudos econômicos sobre a borracha dá-se no momento em que a economia do látex mostra-se fragilizada no cenário internacional; buscando compreender como ocorre esta transformação e a queda de competitividade, nota-se que alguns autores partem em busca de uma explicação histórica para tal processo.

Nesta busca de compreensão histórica, intelectuais das mais variadas áreas partirão de um conjunto conceitual característico de uma linha de pensamento. A idéia ou o conceito básico que norteará estas reflexões será o de *Ciclo econômico* que havia sido formulado na historiografia brasileira a partir dos estudos de Simonsen. Para esse autor, a história do Brasil está marcada pelo aparecimento de uma economia forte, pautada em apenas um produto, que aparece repentinamente e some tão rápido quanto apareceu. (SAMPAIO, 1993).

Teríamos então, na história econômica do Brasil, um período caracterizado pela plantação da cana de açúcar, posteriormente a exploração do ouro e o período do café.

Cada ciclo corresponderia a um período de apogeu da economia que, logo após, entraria em decadência, aguardando um novo período de esplendor.

Trabalhos como o de Antonio Loureiro (1988), *A Grande Crise*; J. A Mendes(2004), *A crise Amazônica e a borracha*; Vianna Moog (1936), o *Ciclo do Ouro Negro* e Mario Guedes (1914), *Os Seringais*, travam uma discussão essencialmente de natureza econômica.

O conceito paradigmático nestas obras, como já dito, é o de “ciclo econômico”. Tal modelo analítico serviu, durante algumas décadas, para explicar e dar inteligibilidade a determinados processos econômicos. Seria um equívoco pensar este conceito como sendo uma ilusão explicativa e elaborada ideologicamente por determinado grupo para escamotear a realidade histórica. O que acontece é que este mesmo conceito, que teve sua positividade, começa a mostrar desgastes e limitações, sendo considerado, inclusive como reducionista, e, por tudo isso, esse conceito vem, desde alguns anos, sofrendo fortes críticas.

Em meados da década de 1970, as historiadoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Ligia Coelho Prado escreveram um artigo para a coleção *História da Civilização Brasileira* dirigida, na época por Boris Fausto. Nesse trabalho as autoras analisam a borracha na economia amazonense durante a primeira república. Usando não a categoria “ciclo”, mas, “fases” da economia regional, elas acabaram reproduzindo os argumentos tradicionais que caracterizam o “ciclo econômico”.

O texto de Capelato e Prado foi construído tendo como referência bibliográfica os trabalhos de Artur Reis e Euclides da Cunha. O uso de documentação reduziu-se a alguns relatórios parlamentares como os anais da Câmara dos Deputados.

Somente no final dos anos setenta é que aparecem as primeiras críticas ao modelo de “ciclo econômico”, tendo como precursor João Pacheco Oliveira Filho, que em *o Caboclo e o Brabo*, artigo de 1979, expõe as limitações do modelo analítico do “ciclo econômico”. Para João Pacheco, tal modelo funcionou como uma redução comum e simplificada da produção gumífera em várias regiões da Amazônia, principalmente ao aglutinar fatos de natureza variada e complexa, por exemplo, como aspectos culturais e políticos, como o único princípio (OLIVEIRA FILHO, 1979, 102).

Nestes estudos de natureza quantitativa, os dados são tomados como se fossem universais. Neste sentido, a crítica dirigida por João Pacheco ao importante trabalho de Roberto Santos (1983), *História Econômica da Amazônia*, procede, pois revela que o critério analítico adotado por Roberto Santos, que se baseou na renda interna da região para estabelecer sua periodização, não pode ser generalizado, na medida em que, em muitas áreas da região, o uso de dinheiro era extremamente escasso (OLIVEIRA FILHO, 1979, 104).

Outro trabalho que possui uma relevância significativa no campo da história econômica é o de Bárbara Weinstein (1993), *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. No entanto, a autora não articula seus estudos ao modelo econômico de “ciclo econômico”, mas detém-se no campo da história econômica ao mostrar as fragilidades do modelo da “teoria da dependência”. Para os dependetistas, as economias periféricas estariam intrinsecamente ligadas às economias centrais, sendo, muitas vezes, apenas reflexo da ação do capital externo. Para Bárbara Weinstein, temos que adotar uma perspectiva diferenciada da postulada dos “teóricos da dependência”.

Mas Bárbara Weinstein, trabalhando na contramão dos estudos da dependência, busca analisar a dinâmica interna e a constituição do poder local, os quais funcionaram como respostas locais, sobretudo baseada em uma estrutura de trocas, que vinha de

longa data, contrariando às pressões internacionais (WEINSTEIN, 1993). De fato, como se percebe, o trabalho de Barbara Weinstein não se preocupou em fazer uma abordagem social dos seringais, pois este não era seu objetivo.

Mais recentemente, o trabalho de Patrícia Melo Sampaio (1993), *Os Fios de Ariadne*, levanta algumas considerações importantes acerca do conceito de “ciclo econômico”. Fundamentada nos estudos de Maria Yeda Linhares, Patrícia Sampaio observa que a noção de ciclo econômico está, intrinsecamente, marcada por um caráter teleológico, ensejando a idéia de que um determinado produto surge de forma súbita e está, necessariamente, fadado a desaparecer, dando espaço a um novo produto que seguirá circularmente o mesmo trajeto. Durante o período de duração de cada ciclo, o produto em alta é considerado como produto rei, não dando margem a qualquer outra atividade econômica. É evidente que tal forma de abordagem tornou-se extremamente limitada, pois, excluiu a possibilidade de existência dos mais variados produtos em um mesmo período.

Seguindo a proposta da autora, preferimos a idéia de “mosaico de formas de produção”, pois, dá conta da diversidade econômica de uma época. Embora o trabalho de Patrícia Sampaio não esteja diretamente voltado para a problemática da borracha, as considerações da autora são de grande valia para refutar o modelo de “ciclo econômico”, ela comenta que:

A incidência de momentos de ‘picos’ na produção extrativa, deve ser analisada como um fenômeno de uma determinada conjuntura, não podendo a atividade extrativa ser encarada como elemento definidor da estrutura, considerando que é apenas uma parte dela. Ainda que os produtos gerados pela economia extrativistas possam, eventualmente, responder por uma vinculação mais rentável com o mercado, não é possível definir esta estrutura como basicamente extrativa (SAMPAIO, 1993, p.117).

Ao encontro de Sampaio, a dissertação de Luciane Marinho Batista (2004), *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)*, também é uma importante contribuição para a superação do modelo de ciclo econômico. O objetivo da autora foi mostrar que, para além da exploração dos seringais, havia outras alternativas econômicas com relação à extração do látex. Seu estudo também desloca a análise da reprodução da elite, que era explicada apenas pelo fator econômico, e mostra que a manutenção da elite, em seus postos, assegurava-lhe o prestígio social.

Diante dos aspectos expostos acima, podemos dizer que a história econômica ocupou, durante muitos anos, a hegemonia dos estudos sobre os seringueiros. Nessa perspectiva analítica, os estudos sobre os seringueiros contemplavam apenas dados, e obtinham, como resultados, tabelas, balanços e gráficos.

Esse tipo de estudo vem passando por grandes transformações nas últimas décadas. Em que pese as mudanças internas nos estudos de história econômica, os historiadores estão se voltando cada vez mais para os estudos no campo da história social e cultural. Os mais importantes trabalhos da nova historiografia amazonense concentram-se ou no campo da história social ou no da história cultural.

3. Perspectivas Polifônicas: Os Seringueiros na Historiografia

A historiografia sobre os seringueiros da Amazônia, no que tange a sua abordagem social, tem se caracterizado pela marca dos estudos de Euclides da Cunha. O

autor de *Os Sertões e À Margem da História*, considerado, por muitos, como um dos primeiros a interpretar cientificamente a sociedade brasileira, contribuiu sensivelmente para a formação do pensamento social brasileiro.

Seguindo as indicações de Péricles de Moraes (1959) que, em *Os Interpretes da Amazônia*, e Selda Vale da Costa, autora da tese *Labirintos do Saber: Nunes Pereira e as Culturas Amazônicas* (1997) apontam Euclides da Cunha como o autor que, de fato, influenciou todo um campo de pensamento na Amazônia. Nesse sentido, acreditamos que Euclides serve de fio para ajudar a compreender o momento de emergência, o começo, dos estudos sobre os seringueiros.

A marca da escrita euclidiana na historiografia Amazonense sempre foi muito forte. Euclides da Cunha foi membro da Academia Brasileira de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, atuando nas fileiras das forças armadas, onde tomou contato com as idéias positivistas de Benjamim Constant (VENTURA, 1991).

A passagem de Euclides pela região deu-se no início do século XX, entre 1904 e 1905, quando chefiou a comissão mista entre o Brasil e o Peru para a demarcação de limites nas fronteiras; depois desta experiência, passou a escrever uma série de textos sobre a Amazônia (REIS, 2003).

As idéias desenvolvidas por Euclides da Cunha estavam imersas num contexto intelectual fortemente influenciado pelo positivismo e por um excessivo esquematismo evolucionista, onde a natureza e o meio físico determinavam as ações humanas. Nesse modelo, a natureza transformava-se em protagonista e a geografia explicava a história (COSTA, 1997, 128).

Porém, como bem demonstra Roberto Ventura (1991), em *Estilo Tropical*, a leitura que os intelectuais brasileiros do período, inclusive, Euclides da Cunha, fizeram das idéias européias, ganhou, no Brasil, contornos próprios. Uma das idéias mais fortes no final do século XIX é a de raça, explicitada por Gobineau, que esteve no Brasil em 1869, cuja idéia postulava o fim dos mestiços, tidos como degenerados e decadentes.

Euclides da Cunha retoma esta discussão da raça, introduz a problemática da nação e a articula com a perspectiva iluminista e evolucionista do progresso. Para o autor de *Os Sertões*, a mestiçagem, ou o branqueamento da população não é algo negativo, pois está na raiz da formação do Estado brasileiro.

A preocupação de Euclides da Cunha em compreender como está formado o Estado brasileiro o leva a entender a multiplicidade étnica da nação. Neste sentido, os nordestinos seriam o elo entre o norte e o restante do país; sendo que o elemento indígena ficaria de fora por ser considerado uma raça inferior não integrada ao objetivo de construção de um Estado nacional forte. Segundo Ventura,

Mesmo partindo do pressuposto da inferioridade das raças não brancas e dos prejuízos da mestiçagem, Euclides negou a primazia evolutiva das populações litorâneas e inverteu a oposição entre litoral e sertão. Ao afirmar o caráter específico da miscigenação sertaneja, expandiu a idéia de nação e valorizou o país do interior em vez do litoral, em contato com o exterior. Nos sertões se localizariam os contornos de uma cultura nacional, original quanto aos padrões metropolitanos de civilização (VENTURA, 1991, p.55).

Para a Amazônia, a dualidade se mostra nas imagens construídas entre o *Paraíso Perdido e o Inferno Verde*. Esse antagonismo seria próprio do sertão, sendo que este é entendido como nos explica Custódia Sena,

A etimologia da palavra sertão –sertão, certão- usada pelos primeiros navegantes portugueses para designar o interior da África e do Brasil, em oposição, ao mar e ao litoral, aponta para um lugar distante, vazio, isolado, inóspito, desconhecido, e subseqüente, rude, atrasado, decadente e inferior. A essa desvalorização simbólica dos espaços do sertão, viria a se juntar, ainda nos primeiros momentos do processo de construção do território brasileiro, a dimensão positiva de vazio a ser conquistado e ocupado, referente de grandeza do nosso patrimônio geográfico. Mais contemporaneamente, a definição de sertão passa a medir o descompasso entre formas de organização social e da cultura expresso na noção de atraso, enquanto que a dimensão positiva incorpora a fronteira interna como lugar de encontro do impulso civilizador com os valores autênticos de nacionalidade. É com esse sentido que ganham força mobilizadora, por exemplo, as utopias nacionalistas e os valores civilizatórios e os valores de civilidade (SENA, 2003, p.117-118).

Neste sertão, a natureza é considerada a geradora de conflitos, a selva amazônica aparece como a determinante das relações sociais (GONDIM, 1994), sendo pensada como um cárcere de ferro, onde os seringueiros se transformam passivamente em Judas Asveho. Segundo Gerson Albuquerque:

Em Euclides da Cunha, o trabalhador extrativista aparece como um *“degradado que se degrada”*, confirmando um olhar que o condiciona à inércia, à petrificação da subserviência frente ao meio ambiente amazônico e ao padrão do seringal. Desprovido da sua condição de sujeito, o seringueiro é visto como um ser *“deslocado no tempo e no espaço”*, abandonado a um *“auto-flagelo”*, um *“judas descendo o rio”*, um agrupamento social *“à margem da história”* (ALBUQUERQUE, 2001, p. 25).

Esta marca euclidiana está presente em muitos autores que pensaram a Amazônia a partir da década de 1930. A própria organização e estrutura dos trabalhos sobre a Amazônia seguem essa lógica, falar primeiramente sobre a natureza, a terra, os aspectos nosológicos e fisiográficos para, então, abordar sobre o homem e a cultura.

Nesse modelo teórico o homem só pode ser pensado como elemento passivo do processo, o qual está determinado pela natureza. Essa idéia de homem passivo e isolado está muito próxima à imagem de um primitivismo que a civilização precisa conquistar, pois esse mesmo homem é o que tem de mais autêntico em nossa nacionalidade.

Segundo Renan Freitas Pinto (2006), em *A Viagem das Idéias*, havia a concepção de que a história humana é uma parte da história natural. Tal idéia já está presente nos escritos de Buffon sobre a região. Segundo Renan,

Buffon, portanto, caracteriza a Amazônia como um experimento da natureza ainda em formação, mas apresentando condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas. Essas idéias se propagaram e foram em alguma medida adotadas por autores até o presente e contribuindo para cimentar as idéias mais correntes do senso comum da região (FREITAS PINTO, 2006, p.20).

É impossível não perceber a proximidade com as considerações de Euclides da Cunha sobre a região, logo, o autor de *Os Sertões*, ao comentar suas impressões gerais sobre a Amazônia, explicita a idéia:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido- quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem [...] Depois há o incoercível da fatalidade física. Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir de suas energias, é uma adversária do homem (CUNHA, 2003, pp. 34-48).

Ao nos debruçarmos sobre alguns trabalhos da historiografia regional percebemos que estas características presentes em Euclides da Cunha ocupam um lugar central na engrenagem do pensamento amazônico. Em *Amazônia: A Terra e o Homem*, de Cláudio Araújo Lima, obra da década de 1930, o autor procura fazer uma leitura sociológica das relações de trabalho e da economia amazônica no contexto do período da borracha.

Segundo Araújo Lima, havia dois tipos de seringueiros: o seringueiro proprietário, também conhecido como patrão, e o seringueiro extrator; por isso, neste contexto, existiam apenas duas classes: a dos que mandavam e a dos que obedeciam. Vejamos o que diz o autor:

não havia, pois, uma aristocracia de sangue nem de cultura, mas tão somente o êxito de uma casta privilegiada, poderosa e dominadora - a dos patrões, à qual se subordinavam os escravizados ao trabalho insano, nos centro de extração do leite de seringueira (ARAÚJO LIMA, 1945, p. 156).

Por essa citação, entende-se que, apesar de reconhecer a exploração do seringueiro no seu trabalho insano, ele, o seringueiro, continua sendo encarado como um ser passivo, incapacitado para responder aos mandos do patrão, um infeliz condenado à sua condição.

Outro importante trabalho, embora pouco citado, sobre a vida dos seringueiros, na região amazônica, é o clássico *O Seringal e o Seringueiro* de Artur Cezar Ferreira Reis. O estudo de Reis, de natureza sócio-antropológica, tem como objetivo contribuir com a historiografia para o melhor entendimento da questão.

Se por um lado o trabalho de Reis é um convite para pensar alguns aspectos, no tocante à indicação de que é preciso fazer uma releitura mais cultural da vivência nos seringais, principalmente se quisermos fugir do que já existe. Por outro lado, fica nítido como o Arthur Reis, que prefaciou uma das edições de *Amazônia: um paraíso perdido* permanece atrelado ao modelo fornecido por Euclides.

O autor de *O Seringal e o Seringueiro* atribui ao meio natural todos os infortúnios nos seringais, o homem nunca é responsabilizado pelas atrocidades que comete, sendo sempre culpa do meio ambiente ou das estruturas que sufocam os agentes

sociais. A dimensão do conflito, da exploração da mão-de-obra, ocupa um plano secundário. A ênfase recai ora em um certo “vínculo de solidariedade” que existia no seringal, aspecto que não deixa de ter sua validade, ora na estrutura do aviamento, que onerava o chamado aviador, o seringalista e, “lamentavelmente” o seringueiro. Vejamos o que menciona o autor:

Tais relações, no entanto, devem ser explicada pela barbaria do meio-natureza e do meio-sociedade em formação. Porque, se o aviador e o seringalista exploram o seringueiro, este não se comporta melhor. Vinga-se com as armas de que dispõe e de acordo com o primarismo de sua inteligência, das coisas e dos homens. Assim é que negocia às escondidas a produção de sua safra, lesando o seringalista, entrega-se a madraçaria diminuindo a produção ou extraindo o látex por processo proibido para aumentar a purgação a dispor de safra maior que lhe garantirá saldo-credor (REIS, 1997, p.178).

Artur Reis reconhece que o seringueiro não aceita passivamente a exploração a qual está submetido, embora deixe claro que a resistência dá-se de acordo com o primarismo de inteligência do seringueiro. Em outra passagem da obra podemos notar com maior nitidez a perspectiva do autor,

[...] ora, é preciso compreendê-lo [patrão] no meio social de onde veio e em que vive. Lidando com homens, só com homens, dominados pela angústia do isolamento na floresta, não pode, absolutamente, ser um tipo de salão, de gestos maneirosos, revelando educação aprimorada. O respeito que impõe, a direção que precisa dar aos negócios do seringal exige-lhe ação pronta, enérgica e explica a aspereza. Tem de ser dinâmico, rude, talvez tirânico. Qualquer fraqueza, qualquer indecisão pode levar a um desastre. O senhorio que exerce precisa ser mantido sem hesitações. Lança mão de recursos bárbaros, muitas vezes para poder conter o desenfreamento natural do ambiente duro, é verdade (REIS, 1997, p. 223).

Nas palavras de Reis, é natural que o patrão proceda desta forma, o ambiente social e natural duro não só justifica tal postura como a torna necessária. Esta crítica historiográfica não diminui a importância histórica da obra de Arthur Reis para a

historiografia amazonense (FREIRE, 2004); porém, concordando com a reflexão crítica de Mauro Coelho que nos diz em sua obra:

Arthur Cezar Ferreira Reis adotou, em larga medida, uma postura crédula diante dos textos do período, tomando muitas vezes o dito pelo feito. As fontes foram entendidas como reflexo do vivido. Seu procedimento analítico percebeu os elementos de ligação entre os diversos fenômenos como sendo aqueles apontados pelos textos. A idéia de um contexto, de uma lógica subjacente, de uma determinação organizadora dos fenômenos mesmos a visão dos registros documentais como uma construção deliberada dos grupos sociais aos quais pertenciam seus autores não é presente, em muitos dos seus escritos (COELHO, 2001, p.169).

Mauro Coelho tem razão ao afirmar que muitas vezes Artur Reis tomou o dito pelo feito, ainda mais quando sua postura analítica está fundamentada na descrição dos “grandes feitos dos grandes homens”, com fortes doses de história administrativa, pautada em acontecimentos, ligada, estritamente, a documentos oficiais, onde as perguntas quem? onde? e quando?, garantiriam a objetividade do historiador. Porém isso se deve muito mais à escolha de determinada postura teórica, seguida de forma coerente, em detrimento da simples constatação de que o autor servia aos interesses da elite local.

Outro autor importante neste cenário historiográfico é Leandro Tocantins, em *Amazônia: natureza, homem e tempo*, apresenta argumentos que não são tão diferenciados dos apresentados por Artur Reis. Mais uma vez a natureza condiciona o homem e suas atrocidades, tornando a exploração da borracha em uma neo-servidão.

[...] o seringueiro- assim como um homem bionicamente verde. Ecologicamente situado, mas socialmente perdido: em seus direitos humanos, em toda dignidade de ser homem. Perdido pela natureza autocrata, pelo patrão prepotente, patrão envolto pela agressividade do meio, cumprindo as normas inflexíveis de um sistema social monstruosamente arquitetado. Sistema que a

própria natureza condicionou: abriu caminhos para implantar-se uma neoescavidão (TOCANTINS, 1982, p.104).

Em, *Amazônia: Formação Social e Cultural*, Samuel Benchimol (1999) coloca os seringueiros, ainda na condição de “brabos”, como meros expectadores de sua situação, passivo diante de tudo e de todos.

[...] os brabos eram entregues à sua própria sorte, condenados a sobreviver como pudessem, nos centros, nas colocações e nos tapiris. Ou ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início do fabrico, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco extinguindo a chama da esperança e a vontade a luta (BENCHIMOL, 1999, p.149).

Não pretendemos esgotar a leitura destes autores, ligados fortemente à tradição euclidiana, nem acreditamos que os trabalhos de Euclides foram os únicos a fundamentarem estas obras. Porém, é preciso que se diga que essa postura determinou, durante quase seis décadas, os trabalhos da historiografia regional. Neste sentido é importante a reflexão de Geraldo Mártires Coelho:

Com efeito, a historiografia que se produziu até recentemente, seguiu bem de perto o modelo oitocientista criado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Pesquisadores e historiadores regionais, ou autodidatas ou formados em áreas do saber que não a história, seguiram os passos dos pais fundadores da historiografia brasileira contemporânea. Atrilados a uma leitura essencialmente política e factual do processo histórico regional, ligeiramente matizada por uma inspiração positivista mal trabalhada, construíram uma narrativa deslocada de sua realidade maior. Uma crônica oficializada do poder e da conquista, de governadores e generais, de portentados e de bispos, extremamente regionalizada e localizada. Uma crônica portanto reveladora do olhar hierarquizado que organizou a sociedade de forma extremamente demarcada. Natural, pois, que nesse tipo de historiografia, índios e negros, por exemplo, figurem quase sempre de forma acessória, que ingenuamente trabalhados, que fortemente discriminados, o que acaba sendo faces de uma mesma moeda, a de uma sociedade e sua cultura virtualmente ausentes (COELHO, 1994, p.182).

A partir da década de setenta, a historiografia brasileira começa a passar por profundas transformações. A explosão de teses e dissertações, nas universidades, contribuiu grandemente para a revisão de pressupostos que haviam orientado, durante muito tempo, as pesquisas historiográficas. As contribuições da historiografia francesa dos *Annales* e a perspectiva aberta pela história social inglesa foram retomadas, a partir de uma contextualização, pela historiografia nacional.

Porém esta descontinuidade no discurso historiográfico pouco se refletiu na historiografia amazonense no que tange aos estudos dos seringais. Excetuando-se o artigo já citado do antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, de 1979, somente no final dos anos oitenta e início dos anos noventa é que vão aparecer trabalhos fundamentados nesta nova perspectiva historiográfica.

Na década 80, temos o importante trabalho do antropólogo Carlos Corrêa Teixeira(1980), que defendeu a dissertação de mestrado sobre o aviamento e a sociedade do barracão. Para o autor, o barracão não é apenas o lugar de trocas de mercadorias entre o patrão e seus aviados, caracteriza-se como uma legítima organização social, com leis e costumes peculiares. Estudando os seringais do rio Madeira desde a década de 1970 o autor, a partir de um rigoroso trabalho de campo, utiliza-se da história oral para perceber como se dão as relações sociais nos seringais.

Os estudos de Carlos Teixeira, embora não possuam um caráter literário no sentido *stritu sensu*, apontam para a elaboração de mecanismos de dominação simbólica, apoiados num severo sistema de repressão, que tinha na violência a principal característica, não diferem dos elementos apontados por outros autores (CASTRO, 1982, CUNHA, 2003), principalmente aqueles da literatura, considerados por alguns críticos que viram nestes trabalhos um realismo excessivo ou um oportunismo baseado na denúncia (REIS, 1997).

Dando prosseguimento aos estudos sobre os seringueiros da Amazônia, Teixeira conclui sua tese de doutorado, no final dos anos 90, analisando as visões que seringueiros e colonos, de Rondônia, possuem da natureza.

A tese central do livro é que os seringueiros, trabalhadores, que vivem há décadas em Rondônia, possuem uma relação e um imaginário da natureza que lhe são próprios. Já os colonos, que vieram para Rondônia na década de 70, possuem uma outra visão desta mesma natureza. A trajetória histórica, permeada por um imaginário também diferenciado, contribuí para a construção de diferentes representações sobre a natureza.

O que há de inédito nesta nova postura historiográfica? Ela fundamenta-se numa análise que privilegia a perspectiva daqueles que foram excluídos do discurso historiográfico, ou seja, caracteriza-se por ser uma “história vista de baixo”, preocupada com o cotidiano e a trajetória das pessoas comuns.

Nos trabalhos mais recentes, novos conceitos ganham destaque e velhos termos são reformulados ou (re) semantizados, tais como *cotidiano*, *poder*, *cultura e natureza*. Os estudos que aproximam a história da antropologia mostraram-se profícuos. O conceito de cultura, cultura popular, circularidade cultural, a percepção da resistência para além dos aspectos físicos, mas englobando o nível simbólico, permitiram, ao historiador, explorar novos objetos de pesquisa.

Na “historiografia”, os principais trabalhos no campo temático proposto foram realizados pelos pesquisadores da Universidade Federal do Acre, onde as dissertações de mestrado e teses de doutorado de Airton Rocha e Gerson Albuquerque; os estudos de Mauro Almeida e Carlos Alberto vêm contribuindo para um novo entendimento da questão.

Nesse conjunto de pesquisas que retomam à temática dos trabalhadores dos seringais, destaca-se a pesquisa de Cristina Scheib Wolff , *Mulheres da Floresta*. A autora busca desconstruir uma das idéias mais difundidas sobre os seringais. Tal idéia refere-se à ausência de mulheres no interior destes seringais, principalmente no final do século XX.

Em *Trabalho e Dominação nos seringais do Acre- 1880-1913*, Airton Chaves busca recuperar a experiências cotidianas dos seringueiros, que foram marcadas de conflitos e contradições. Identificando os mecanismos de dominação dos seringueiros, o autor aponta para as estratégias de resistência, sobrevivência e insubordinação, forjadas pelos seringueiros como fazendo parte do modo de vida e luta destes.

O trabalho de Francisco Pereira da Costa *Seringueiros, Patrões e a Justiça no Acre Federal (1904-1918)* buscou analisar como os seringueiros se relacionavam com as estruturas de poder no Acre Federal no início do século XX. O fato de ter abordado a relação entre os seringueiros e patrões com o aparelho judiciário faz da pesquisa de Costa, pioneira neste aspecto.

Trabalhando numa perspectiva teórica que aproxima as idéias de E.P. Thompson com os de Michel Foucault, Francisco Costa questiona o argumento que atribui uma total dependência do aparelho jurídico aos interesses das elites locais. Ele buscou analisar as relações de poder e as estratégias formuladas pelos sujeitos nos embates cotidianos.

Uma outra característica interessante do trabalho de Costa é o uso de documentação judiciária e cartorial, assim como processos criminais e civis, execução de dívidas, ofícios e *habeas corpus* foram fartamente utilizados. Tal documentação, utilizada há algumas décadas pela historiografia brasileira, começa a ser utilizada, ainda que de forma incipiente, pela historiografia regional.

Gerson Albuquerque em *Seringueiros, caçadores e agricultores: trabalhadores do rio Muru (1970- 1990)*, analisa as transformações no modo de vida dos seringueiros a partir da expansão da fronteira Amazônica. Sua leitura pauta-se não na relação dicotômica entre patrão contra seringueiro, mas analisa como se formaram as contradições, como se deram as relações de poder e as estratégias de resistência. Segundo o autor:

[...] essa nova maneira de olhar levou-me a considerar a instituição da dominação não como algo que se impõe apenas, mas que é construída tanto pelos agropecuaristas e seringalistas como pelos trabalhadores rurais, em suas experiências de luta e seus confrontos de valores, comportamentos e modo de vida, ou seja, relações de poder como construção de diferentes instâncias da vida cotidiana. Por sua vez, as insubordinações passaram a ser encaradas como parte deste processo, constituindo-se nas práticas diárias destes sujeitos sociais (ALBUQUERQUE, 1995, p.22-23).

Dando continuidade aos estudos dos seringais, Gerson Albuquerque elabora sua tese de doutorado com o título *Espaço, trabalho, cultura e violência no vale do Juruá - Acre*. Nesta, o autor procura analisar as relações entre padrões e seringueiros nos últimos quinze anos (1985-2000), em Valparaíso, no Vale do Juruá, Acre. O estudo aponta para tensas relações entre os seringueiros que buscaram se organizar em cooperativas, e a profunda articulação entre as práticas dos seringalistas que, a todo momento, buscavam imobilizar as ações dos seringueiros e a atuação do Estado nesta região.

Gerson Albuquerque denuncia o retorno de práticas presentes nos anos iniciais de exploração da seringa no Acre; a violência é não só um elemento presente, mas conta com o apoio do aparato estatal para reprimir qualquer tipo de movimento por parte dos seringueiros.

Há uma outra característica interessante no trabalho de Albuquerque, porque sua pesquisa aponta para uma maior aproximação entre a história e a ecologia, isto é, não se

trata de ressuscitar a velha idéia de determinismo do meio mas, de pensar como as “populações tradicionais” conseguem culturalmente construir saberes tradicionais para lidar com o meio ambiente em que vivem.

Essa perspectiva de aproximação com a ecologia passa a ocupar um lugar cada vez mais central nas pesquisas historiográficas. Maria Antonieta Antonacci em *Cultura, Trabalho, Meio Ambiente: estratégia de empate no Acre* aponta para necessidade de superarmos a dicotomia entre a sociedade e a natureza. Para isso, é importante recuperarmos as experiências de lutas dos seringueiros, a defesa de espaços de vida e o equilíbrio com o meio ambiente. É preciso notar que existe uma articulação entre as reivindicações relacionadas às formas de trabalho e a preocupação com a conservação do meio ambiente circundante.

Mais recentemente, temos o trabalho de Mariana Pantoja (2004) *Os Milton*. Neste, a autora realiza um estudo da presença de uma família, os Milton, que vivem há mais de cem anos, nos seringais do rio Tejo, afluente do Juruá/Acre. A pesquisa, ancorada num amplo trabalho com a memória das pessoas do lugar, fruto de um longo período fazendo entrevistas, tem como eixo principal o estudo de parentesco, baseado na análise das relações de afetividade.

Esses estudos marcam as transformações e discontinuidades ocorridas no interior do discurso historiográfico. A partir desses trabalhos, infere-se a importância de categorias como: *modos de vida, cultura, trabalho, poderes e meio – ambiente*.

Essa arqueologia dos discursos sobre os seringais, permite situar a própria perspectiva em que nos colocamos, na medida em que temos estas transformações como condição de possibilidade histórica para nossa pesquisa. Trabalharemos dialogando com esta nova historiografia, buscando recuperar as experiências, os modos de vida, a cultura e as relações de poder forjadas no cotidiano dos seringais do rio Madeira.

Referências

OBRAS CITADAS

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Seringueiros, Caçadores e Agricultores: trabalhadores do rio Muru (1970-1990)*. São Paulo: PUC-Dissertação de Mestrado, 1995.

- _____. *Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá-Acre*. São Paulo: PUC- Tese de Doutorado, 2001.
- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão- Pará, c. 1850-1870*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, 2004.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação cultural e social*. Manaus: Valer, 1994.
- CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 34^a. ed. Guimarães Editores, 1982.
- COSTA, Francisco Pereira da. *Seringueiros, Patrões e a Justiça no Acre Federal (1904/1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.
- COSTA, Selda Vale da. *Labirintos do Saber: Nunes Pereira e as Culturas Amazônicas*. São Paulo: PUC, 1997. (Tese de Doutorado).
- CUNHA, Euclides da. *Amazônia: um paraíso perdido*. 3^a ed. Manaus: Valer, 2003.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DAOU, Ana Maria Lima. *A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”:* *Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na Virada do século XX*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 1998.
- FREIRE, Ribamar. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, Editora Atlântica, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis- R. J: Vozes, 2002.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Ditos e escritos vol. II*. Manoel Barros da Motta (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *Estratégia, Poder- Saber. Ditos e escritos vol. IV*. Manoel Barros da Motta (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *História da Sexualidade vol. I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *A ordem do discurso*. Lisboa: Loyola, 2000a.
- _____. *As Palavras e as Coisas*: São Paulo: Martins fontes, 2002b.
- _____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

- _____. Outros Espaços. In: *Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos vol. III.* (org) Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b.
- FREITAS PINTO, Renan. *A Viagem das Idéias*. Manaus: Valer, 2006.
- GALVÃO, Francisco. *Terra de Ninguém*. Manaus: Valer; Edições do Governo de Estado, 2002.
- GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GUEDES, Mário. *Os Seringais*. Rio de Janeiro: Tip. Martins Araújo, 1914.
- LA CONDAMINE, Charles Marie. *Viagem pelo Amazonas (1743-1745)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo:Edusp, 1992.
- LIMA, Cláudio Araújo. *Amazônia, Terra e o Homem*. São Paulo: Companhia editora Nacional,1975.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: A Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MAIA, Álvaro. *Gente dos Seringais*. Rio de Janeiro,1956.
- MENDES, J. A . *A crise amazônica e a borracha*. Manaus, valer, 2004.
- MOOG, Clodomir Viana. *O Ciclo do Ouro Negro. Impressões da Amazônia*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936.
- MORAES, Péricles de. *Os intérpretes da Amazônia*. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1959.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho. *A Conquista Intelectual do Amazonas*. São Paulo, 2000. Dissertação de Mestrado.
- PANTOJA, Mariana. *Os Milton: Cem anos de História nos Seringais*. Recife: Massagana, 2004.
- REIS, Arthur Cezar. *O Seringal e o Seringueiro*. 2^a ed. revista. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1997.
- RICOEUR, Paul. *O Conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago editora, 1977.
- ROCHA, Ayrton Chaves da. *Trabalho e Dominação nos Seringais do Acre*. São Paulo: PUC- Dissertação de Mestrado,1998.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo.*Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquia sociais em Manaus: 1849-1880*. Niterói, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- SENA, Custódia. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: UFG,2003.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. “*Varradouros da Liberdade*”: *Empates no Modo de Vida dos Seringueiros de Brasília - Acre*. Puc - SP, 1996. (Tese de Doutorado).

TARDELLI, Patrício. *Sangue, suor e borracha: representações dos seringueiros na grande imprensa (1907-1917)*. Manaus, 2004. (Iniciação Científica)

TEIXEIRA, Carlos Correa. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1980.

_____. *Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC, 1999.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Manaus: Edições do Governo do Estado, 1966.

_____. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Biblioteca do Exército, 1982.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo. Cia das Letras, 1991.

_____. *Euclides da Cunha: retrato de uma vida interrompida*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. Euclides da Cunha no vale da morte. In: *Cult: revista brasileira de literatura*. São Paulo: Lemos editora, ano IV, agosto de 2000.

VIEIRA, Maria do Pilar de et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec – USP, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E CAPÍTULOS DE LIVROS CITADOS

ANTONACCI, Maria Antonieta. “Cultura, Trabalho, Meio Ambiente: estratégias de empate no Acre. In: *Espaço Plural: revista brasileira de história*, vol. 15, no. 28. São Paulo: ANHPUH- Marco Zero, 1995, pp247-267.

BENCHIMOL, Samuel. O cearense na Amazônia – Inquérito Antropogeográfico sobre um tipo de Imigrante. In: *Anais- X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro, 1944. vol. III.

COELHO, Geraldo Mártires. História e identidade Cultural na Amazônia. In: D` QUEIRÓZ, Jonas, COELHO, Mauro. “Fronteiras da História: Limites do saber” A Amazônia seus intérpretes. In: *Amazônia: Modernização e Conflito*. Belém / Macapá, UFPA / UNIFAR, 2001.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da fronteira Amazônia no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1979, v 10, p. 101-110.

Capítulo 2 – O rio Madeira no “contexto” Amazônico do século XIX²

2.1 Articulando o macro e o micro ou para além de uma abordagem regional.

O estudo da história regional está pautado por uma discussão prévia acerca das idéias que estão fundamentando tal modelo. Para além da perspectiva que reduz o regional ao localizado e descontextualizado, propomos um estudo que leve em conta às relações que se estabelecem entre os níveis micro e macro.

A abordagem prevê o espaço como uma construção social, carregado de historicidade e de contradições, muito distante da concepção que definia a região enquanto espaço natural e homogêneo. Para Janaína Amado, a região deve ser pensada como uma “categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula” (AMADO, 1998, p.8).

Ainda, permitindo que o específico aflore, a história regional valoriza o cotidiano, fazendo a articulação entre individual e o social. Corroborando com tal afirmação, Vera Silva afirma

² O uso de aspas em muitos termos, categorias e conceitos do trabalho, é uma cautela metodológica contra as afirmações fechadas e definitivas. No presente caso, usamos a palavra contexto entre aspas, com o objetivo de não reduzir as especificidades de um lugar ao seu contexto, ou achar que este determina a dinâmica local, por outro lado, seria um equívoco falar de um processo local sem se remeter ao contexto em que está inserido. Isso justifica inclusive a referência de construir a explicação macro histórica a partir do micro, do localizado.

O que não se pode perder de vista, no entanto, é que a significação analítica e a utilidade explicativa do conceito de região dependem de sua referência constante a um sistema global de relações do qual foi recortada. Observa-se deste modo, que o enfoque regionalista não pode limitar-se a coleta de dados e a observação da dinâmica dos processos internos à região delimitada para estudo. A interpretação compreensiva desta dinâmica depende da análise de sua inserção no movimento global do sistema (SILVA, 1998, p. 45).

Sob essas considerações analisaremos o processo de territorialização do rio Madeira no século XIX. Para João Pacheco de Oliveira, a territorialização implica: “1) a criação de uma nova unidade sócio-cultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 3) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

As reflexões levantadas por Oliveira nos ajudarão a pensar a inserção do rio Madeira, em meados do século XIX, em um novo processo de territorialização, na medida em que profundas transformações, oriundas da exploração da borracha, ainda que não se reduzam apenas a essa atividade econômica, afetaram em geral a região amazônica e, particularmente, o rio Madeira.

O rio Madeira, desde o período colonial, sempre foi conhecido como lugar de passagem, extração de produtos e busca de mão-de-obra indígena. Por ocupar uma posição estratégica, ligando o norte ao centro da colônia, foi alvo de expedições e viagens de reconhecimento desde meados do século XVIII (DAVIDSON, 1970).

Em 1954, no X Congresso Brasileiro de Geografia, foi publicada nos Anais, a *Relação Circunstanciada do rio Madeira e seus Territórios*, de Alexandre Rodrigues Ferreira. Neste documento, elaborado na segunda metade do século XVIII, podemos

perceber a importância do rio Madeira para a extração de variados produtos conhecidos na época como “drogas do sertão”. Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira,

Por via da extração das drogas do sertão, e das manufaturas das manteigas e de peixes secos, a que se destinam os cabos das canoas do negócio das povoações do Pará; se bem que estes por semelhante motivo nunca passarão além da praia de Tamanduaçu, [...] Achando todos eles ou nas suas margens, ou as suas ilhas cada hum o negócio a que se destina: ou o cacau, ou a salsa, ou o cravo, ou a casca preciosa, a copaíba. Outros se entretêm pelas praias com a fartura de manteigas de ovos, e das banhas das tartarugas, e das dos peixes bois, outros finalmente com a pesca, e com a salga do peixe para as provisões públicas e particulares (FERREIRA, 1954, p. 372).

Se as “drogas do sertão” eram cobiçadas pelos comerciantes portugueses, o fato que mais aglutinou esforços reais e particulares foi com relação à mão-de-obra. O mesmo Alexandre Ferreira nos diz que, “quanto, porém aos gentios, cuidasse muito a promover o estabelecimento das aldeias, e a civilização dos índios, porque nestes dois pontos consistia o principal interesse do Estado e a eles se dirigiam os principais objetos de ordem de S. Majestade” (FERREIRA, 1954, p.370).

O estabelecimento de missões jesuítas na região mencionada marca o início de um processo de territorialização em que os povos indígenas, das mais variadas etnias, são sistematicamente deslocados. A partir de meados do século XVIII, o processo de pacificação entrará em cena, estendendo –se por todo Oitocentos e Novecentos. Os índios Mura, Munduruku, Arara, Pirahã, Miranha e Parintitin, só para citarmos alguns, serão alvos constantes de descimentos e guerras justas que visavam, sobretudo, à catequização e o controle da força de trabalho indígena.

Com a chegada do século XIX, o rio Madeira irá conhecer um novo processo de territorialização. Longe de sugerir aqui a predominância do econômico sobre os outros

campos da realidade social, notamos que a raiz deste processo está ligado à exploração da goma elástica.

A borracha começa a ganhar popularidade na Europa a partir das pesquisas realizadas pelo naturalista francês Charles Marie de La Condamine. Ao viajar pelo rio Amazonas, em meados do século XVIII, La Condamine observou que os índios extraíam das árvores uma resina que era impermeável à chuva e possuía boa elasticidade. Segundo La Condamine a resina,

Quando fresca, pode ser moldada de forma desejada. É impermeável à chuva, mas o que a torna mais notável é a sua grande elasticidade. Fazem-se garrafas que não são frágeis, botas, bolas ocas, que se achatam quando apertadas, mas que retornam a forma normal quando cessa a pressão. Com o mesmo material os portugueses do Pará aprenderam com os omáguas a fazer bombas ou seringas que não precisam de pistão: tem a forma de peras ocas, perfuradas por um pequeno orifício na extremidade, onde é adaptada uma cânula. Enchem-na de água e, apertando-as quando estão cheias, obtém-se o efeito de uma seringa comum. Esse utensílio é muito usado entre os omáguas. Quando se reúnem em uma festa, o dono da casa não deixa de oferecer, por polidez, uma a cada um dos convidados, e seu uso sempre precede as refeições cerimoniais entre eles (LA CONDAMINE, 1992, p. 67).

Para Roberto Santos, a origem da demanda por borracha na Amazônia está ligada a fatores externos, na medida em que processos tecnológicos permitiram a otimização da utilização da goma elástica na fabricação dos mais variados produtos (SANTOS, 1980, p. 42).

Segundo o autor de *História Econômica da Amazônia*, o uso da borracha pelos indígenas remonta ao século VI d.C, sendo que a sua utilização era comum entre as civilizações antigas da América pré-colombiana. No entanto, somente nas primeiras décadas do século XIX é que a borracha ganhará o cenário internacional (SANTOS, 1980).

Inovações tecnológicas, como as produzidas por Charles Macintosh e Goodyear³, colocaram a borracha como um dos principais produtos de exportação do Brasil. Para Eric Hobsbawm, este processo é marcado basicamente pela construção de uma economia em nível globalizado que articula os mais remotos lugares do mundo não desenvolvido (HOBSBAWM, 1988, p.95).

É nesta *Era dos Impérios* que a Europa irá recorrer à regiões distantes que possam fornecer matérias-primas, devido à sua peculiaridade de clima e solo, para sustentar o desenvolvimento tecnológico europeu. Neste contexto, dois produtos funcionariam como motor de combustão interna para a indústria capitalista: o petróleo e a borracha.

O petróleo era encontrado nos EUA e na Europa (Rússia), já a borracha era exclusiva das florestas tropicais da América e da África equatorial. Para Hobsbawm,

[...] a borracha era produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz dos nativos das florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos antiimperialistas precoces e justificados (HOBSBAWM, 1988, p.96).

Para Paul Singer, a partir de 1870, o âmbito mundial do capitalismo passa por modificações, com a “plena hegemonia do capitalismo industrial,” que vai avançando diante dos “sistemas fechados.” Neste contexto internacional, o Brasil irá se inserir com um produto de sobremesa, o café, e com uma matéria-prima extrativa, a borracha (SINGER, 1992).

³ O fato de a borracha ser extremamente pegajosa no calor e muito dura no frio constituía-se num verdadeiro problema. Este foi resolvido parcialmente Macintosh. No entanto é com a descoberta do processo de vulcanização, realizado por Goodyer, que este problema foi resolvido de vez.

A borracha fazia parte da demanda européia desde a década de 1830, porém, com o aperfeiçoamento do processo tecnológico característico da Segunda Revolução Industrial, há um crescimento da procura de borracha por parte dos países europeus como França e Inglaterra. É neste momento, em que o mercado apresenta as condições favoráveis para o consumo da goma elástica, neste caso o Brasil, mais especificamente a Amazônia, irá se inserir no mercado mundial articulado. Nesse sentido, podemos apontar para um processo específico de territorialização do rio Madeira no século XIX.

Outra mudança tecnológica importante neste cenário foi a introdução, em meados do século XIX, da navegação a vapor, já que, sob responsabilidade de Mauá, a implantação da navegação a vapor diminuiu consideravelmente o tempo de viagem entre as capitais Belém – Manaus e as cidades do interior.

Inicialmente, três companhias nacionais faziam o transporte de mercadorias e passageiros nos rios da Amazônia. Estas companhias foram: Companhia de Navegação e Comercial do Amazonas, Companhia Fluvial Paraense e Companhia Fluvial do Alto Amazonas. Porém, a partir de 1872, a Companhia Inglesa *The Amazon River Steam Navigation Company Limited*⁴, não só desbancou a concorrência como incorporou as empresas brasileiras de navegação (SANTOS, 1980).

Posteriormente, algumas companhias nacionais voltaram a atuar nos rios da região. Embarcações das firmas B. Levy & Cia e de C. R. Cunha & Companhia foram bastante atuantes, principalmente nos altos seringais do rio Madeira. A formação de toda essa estrutura visava facilitar o comércio da borracha e o transporte de mão-de-obra para os inúmeros seringais do Amazonas.

⁴ Como indica Roberto Santos, a abertura dos portos se deu no ano de 1866, porém não foi marcada por grande entusiasmo das nações estrangeiras, embora tenha sido fruto de grande solenidade por parte do poder imperial.

O esforço para que estas transformações “modernizantes” acontecessem não foi pequeno, para tanto, muitos comerciantes e intelectuais se envolveram diretamente nesta construção. Tavares Bastos, autor de *O Vale do Amazonas*, é um dos maiores representantes do liberalismo econômico para a Amazônia, o mesmo defendeu a idéia de que a abertura dos portos traria muitos benefícios para o comércio da borracha no Amazonas.

Todas essas companhias de navegação atuaram de forma intensa no rio Madeira. Na época, último quarto do século XIX, a Comarca do rio Madeira era formada basicamente por três freguesias (Borba, Manicoré e Humaitá) e inúmeras localidades menores. Todas essas áreas eram grandes produtoras de borracha. No relatório de 1861, elaborado pelo engenheiro Silva Coutinho, enviado pelo governo provincial, não como chefe da expedição, mas como responsável pela elaboração do documento, analisando as condições de navegabilidade daquele rio; suas observações são as seguintes: “os seringais abundam nas ilhas e margens do rio Madeira [...] Os melhores seringais que tem a província são os do rio Madeira” (COUTINHO, 1986, p.39-59). Com todo este movimento, muitos navios e vapores eram obrigados a passar, pelo menos a cada quinze dias, por estas áreas. Segundo Gama Abreu ao se referir a área do rio Madeira,

Os vapores das duas linhas subsidiadas pelos governos provincianos são obrigados a tocar tanto quando sobem como quando descem o rio, há muitos outros pequeninos centros, formados cada um deles por um negociante que ali estabelece o seu barracão com suas mercadorias, ao qual concorrem os seus fregueses, onde habitam as suas famílias, tripulações das canoas em que vai negociar. Ali são estabelecidos depósitos de gêneros e na época da colheita da borracha, os vapores tocam não em quinze lugares, mas em oitenta ou noventa (GAMA ABREU, 1992, p.139).

Muitos são os paquetes, gaiolas e igarités que sobem e descem os rios Madeira. Moacir Andrade em *Tipos e Utilidades dos Veículos de Transportes Fluviais no Amazonas*, aponta as principais embarcações da época. Segundo o autor:

Para que toda essa borracha fosse trazida dos altos rios para a cidade de Manaus, foi necessário a mobilização de muitos navios denominados “gaiolas”, “vaticanos”, e “ chatinhas” que marcaram época nesse período áureo(sic). Esses belos navios foram mandados construir na Dinamarca, Holanda, na Inglaterra, nos Estados Unidos. Entre 1885 e 1909 a Amazônia dominou toda a produção mundial de borracha, exportando para o exterior quatrocentas e quarenta e três mil e duzentas toneladas. “ Gaiolas” como o “ Rio Negro” , “ Justo Chermont”, “Monarca”, “Tapajós” , “ Cametá”, “ Tabatinga”, “ Solimões” , “ Purus” , “Arari”, “ Tocantins”, “ Mondengo”, “ Envira”, “ Juruá”, “ Netuno”, “ Contreiras” , “ Moacir”, “ Rio Mar” , “ Tejo”, os magníficos e monumentais, “vaticanos” , “ Cuiabá”, “Distrito Federal”, “ Belo Horizonte”, “São Salvador”, “ São Luis”, “Vitória” , “ Fortaleza” e ainda os “gaiolas” “Lauro Sodré” “ Rio Curuçá” “Alagoas” “Amazonense” , “Miguel Bitar” , “Ajudante” , “Paes de Carvalho” , “Arari”, “ Antimari”, “ Vapor Wallin”, “Independência” , “Índio do Brasil”, “ Vapor Vitória”, “ Amazonas” , “ Augusto Montenegro”, “Iracema”, “ Ariuanã”, “Ajuricaba”, “ Navio Eurico”, “Prompto” , “ Acarahú”, “Seringueiros”, “Soledade”, “ Braga Sobrinho”, “ Cearense”, “ Marcial”, “rio Pauhini”, “ Arinos”, “Mamoriá” , “ Rio Xapurí”, foram alguns dos muitos barcos que singraram, vitoriosamente, os grandes rios produtores da goma elástica, levando mercadorias de sobrevivência e trazendo no fundo de seus porões para a capital amazonense e Belém, produtos regionais, entre eles a borracha. (ANDRADE, 1983, p. 48).

A construção desta estrutura por parte tanto do estado quanto de particulares fica nítida quando lemos os Relatórios de Presidente de Província⁵, pois estes mostram que haviam linhas direcionadas exclusivamente para o rio Madeira.

Os vapores que fazem a viagem mensal neste rio teem a sua estada no porto do Pará e dahido d’alli na madrugada de 26 chegam a esta capital em dias incertos antes de 7 do mez seguinte marcado para a sua partida deste porto, ondem chegam de torna viagem quase sempre depois do dia 20 nas épocas de enchentes di rio e depois do dia 24 nas das vazantes.

Os pontos de escala depois que partem da capital são: Canuman, Borbam Maripity, Sapucaia, Tabocal, Santa Roza, Manicoré, Baetas, Juma, Três

⁵ Embora sejam passivas de críticas metodológicas, as referências aos Relatórios de Presidente de Província, assim como as Exposições e Falas serão feitas com a seguinte generalização e abreviação: RPP.

Casas, Missão São Pedro, Crato, Missão de S. Francisco, Cavalcante, Jamary e Santo Antonio.

Tornam-se mais demoradas as viagens dos vapores desta linha na época da extração da goma elástica porque tocam, além dos pontos de escala estabelecidos pelo contrato, em todos os lugares em que aos carregadores se facilita o embarque de seus gêneros (RRPA, 1879, vol. 22, p.101).

A formatação desse modelo de espacialidade, chamando de processo de territorialização do rio madeira, tem como fio articulador os seringais da região. Para Lobato Corrêa,

Na organização e expansão do capitalismo as redes geográficas assumem diversas formas de manifestação, tornando-se ainda progressivamente importante. A divisão territorial do trabalho em escala crescente e mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista (CORRÊA, 1999, p. 108).

No entanto, não podemos incorrer no erro de pensarmos que a borracha atuava sozinha neste contexto econômico. Como bem lembrou Patrícia Sampaio, trata-se de um mosaico de formas de produção, onde a borracha aparece como um fenômeno em determinada conjuntura, sendo difícil tomá-la como definidora da estrutura (SAMPAIO, 1993).

2.2 O processo de Territorialização e a questão da terra

O processo de construção de instrumentos de controle de recursos ambientais caracteriza um dos pontos chaves da definição do conceito de Territorialização. No caso dos seringais, a forma de controle não estava diretamente relacionada à produtividade da terra, mas de sua extensão. Segundo Euclides da Cunha

A unidade não é o metro - é a seringueira; e como em geral 100 árvores desigualmente intervaladas, constituem uma “estrada”, compreende-se para logo todas as disparidades de forma e dimensões do singularíssimo padrão que é, não obstante, o único afeiçoado à natureza dos trabalhos (CUNHA, 2003, p.335).

Deste modo, o processo de extração do látex se reproduz de forma dispersa na floresta. O seringueiro, com uma estrada apenas, caminha em média seis quilômetros por dia. Essa característica nos ajuda a pensar a extensão dos seringais.

De outro, a partir de 1870, podemos acompanhar, através dos Relatórios de Presidente de Província, o movimento de concessões de terras em toda a Província do Amazonas. Das 141 concessões feitas no ano (1870), as maiores foram nas cercanias da capital (31 concessões) e no rio Madeira (63 concessões). O objetivo dessas concessões era evitar o conflito entre seringalistas que visavam expandir os domínios dos seringais. Segundo o relatório,

Vae-se desenvolvendo o desejo de possuir terras para a cultura, e para a industria extrativa, pela ciência tem adquirido, de que nenhum direito tem eles à terra de que se acham de posse por meios contrários a lei. Muitos desses intrusos, com manifesto abuso de confiança, e infração dos preceitos da lei n. 601, depois de se haverem utilizado dos frutos espontâneos, vão, a título de *descobridores*, alienando estrada de seringas, que não são outra coisa mais do que bens nacionais. O governo imperial, tendo sido informado dessa prática abusiva, procura obstar a usurpação que assim se faz a fazenda nacional (RPP, 1870, vol. 15, p. 38).

Como salienta Carlos Teixeira, a situação fundiária na Amazônia só se modifica realmente a partir de 1870, com a corrida para os seringais. Até então o uso da terra se dava pela posse, e visto que a terra era abundante, naturalmente não despertava maior interesse (TEIXEIRA, 1980).

Para Arthur Reis, esse processo foi marcado por intensos conflitos, principalmente quando aumentavam as dificuldades para constituir novas posses.

O empossamento não se procedia sempre com serenidade, com mansidão. O choque entre seringueiros constituía, quando a facilidade de ocupação começou a diminuir, pelo menos aparentemente, páginas do “rush”. Os assaltos aos seringais novos, na disputa da propriedade, eram constantes. E com assaltos, as perdas de vida nas lutas travadas (REIS, 1977, p.141).

Havia, para o rio Madeira, uma comissão específica só para tratar da questão da terra. A ida desta comissão ao Madeira no ano de 1874, tinha como objetivo tratar dos limites entre os municípios, além de fiscalizar a situação dos títulos provisórios concedidos em 1869 e que teriam validade de 10 anos. O documento oficial deixa transparecer o pouco interesse dos donos de terra em regularizar a situação, conforme:

Os possuidores de terras concedidas por aqueles títulos, livres assim das condições mais essenciais com que a lei facultou a concessão, com o fim de promover e animar o desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, entregaram-se exclusivamente a indústria extrativa, e não se apressam em satisfazer as condições que lhe impõem os títulos de que estão ou não de posse, fundados no largo prazo que lhe foi marcado, até o fim do qual lhe julgam poder usufruir os terrenos que ocupam sem ônus nem qualidade alguma. A mesma natureza da indústria a que se entregam não os torna muito desejosos de ver demarcadas as suas concessões, por quanto não admitindo limitação de área a exploração da única espécie vegetal a qual estão ligados – a seringueira- eles querem a faculdade de estenderem os limites de suas concessões até onde os exijam a necessidade de exploração e o permitam os interesses dos concessionários, posseiros e ocupantes vizinhos, que por sua parte tratam de alargar o mais possível os seus domínios. Daí a colisão de interesses, e as conseqüências questões de terras que constantemente surgem no rio Madeira (RPP, 1874, vol.17, p.155).

Visando evitar conflitos ao poder público, havia interesse para que as terras fossem regulamentadas. O relatório de 1874 anexou um documento dedicado, em sua totalidade, à questão de terra no rio Madeira. O que chama atenção são os vários relatórios de Presidente de Província, pois quando tratam da questão de terras,

geralmente se referem ao Madeira. Tal região torna-se uma preocupação efetiva para o governo provincial. A própria construção da ferrovia Madeira-Mamoré e seus conflitos e a abertura da navegação às “nações amigas” faz com que haja uma preocupação em “ocupar” a área.

Seguindo a leitura do citado relatório, podemos perceber que a grande maioria das terras estavam ilegais ou com a concessão prestes a vencer. Com exceção de algumas posses já legitimadas, o que se via, de forma geral, era a *lei de terras* ser descumprida, como infere a citação:

Quanto as demais, que formam a quase totalidade das posses, estão quase completamente fora da lei de terras, e não se fundam geralmente senão na ocupação primária, de data posterior a referida lei, ou efêmeros títulos de compra feitos pelos atuais ocupantes, não raras vezes por somas consideráveis, aos que primeiro se estabeleceram nos lugares e ali exerceram a indústria extrativa, sem entretanto possuírem título algum legítimo que os autorizasse a vender terras que eram e são devolutas, e como tais pertencentes ao Estado.

A exploração dos seringais, em que abundam os terrenos úmidos e baixos do Madeira, além dos nacionais que para ali concorrem a ocupar os terrenos pelo modo por que fica dito, tem também atraído a cidadãos bolivianos, que ali se estabelecem do mesmo modo por que vem fazerem-nos os naturais do país, isto é, por ocupação das terras ainda não exploradas ou por compra das que já começarão a sê-lo. Cumpre notar que muitos desses estabelecimentos existem já no rio Madeira, especialmente na cachoeira de Santo Antonio, abaixo da mesma cachoeira, e alguns deles importantes pelo número de índios da mesma nacionalidade que empregam na extração e preparação de borracha, e mesmo em alguma cultura (RPP, 1874, vol. 17, p. 155).

A maioria destas terras estavam temporariamente sob domínios de seringalistas. A conclusão a que chegou o chefe da comissão é de que o quadro de leis vigente à época era impróprio para tratar da questão, como mostra o seguinte trecho do relatório:

Tal era o estado territorial do rio Madeira. Há ali interesses de suma importância a atender: interesses do Estado e interesses de particulares. As condições anormais a que se acha a propriedade territorial naquela região não podem se convenientemente atingidas pelas leis gerais que regulam esta

matéria e a legislação nunca poderá ser efetuada sem o auxílio de medidas seriamente refletidas e convenientemente aplicadas. E o que reconheceu o chefe da comissão desde os primeiros trabalhos empreendidos naquele rio, e o que por ele tem sido exposto ao governo nas informações que lhe tem dado (RPP, 1874, vol.17, p.156).

Neste contexto, o conflito entre seringalistas tornou-se um fato corriqueiro. Determinado dono de seringal, ou patrão, reunia os seus fregueses, e, usando os termos da época, dirigiam-se para “tomar” as terras de outro seringalista. Esse choque direto era responsável por muitos mortos e feridos nos seringais.

Os anos vão se passando e os problemas relativos às terras continuam sem solução. No relatório da Comissão de Terras de 1877 estão os mesmos pedidos de regularização das posses contidos no relatório de 1874. O relator Dr. Feliciano Antonio Benjamin nos diz que:

Nos lugares que percorri da província, fui solícito em aconselhar a todos que tinham seus estabelecimentos em terrenos, cuja a posse não estava legalizada, que tratassem de regularizar o seu domínio e fazer demarcar os terrenos, que ocupavam, o que o decreto de 3 de junho de 1874 já tornava fácil, até certo ponto, afim de terem o direito de se oporem a qualquer invasão que de outro modo não poderiam embaraçar, senão pela força ou por meios contrários a lei.

Sobretudo nos rios Madeira e Purus, que são de uma riqueza incalculáveis, acha-se estabelecida uma grande população em terrenos que nunca compraram e de que se vão apoderando contra as expressas disposições das leis vigentes, e o que é pior e que muitas vezes abandonam depois de haver arruinado as suas preciosas árvores para irem fazer o mesmo em outro lugar (RPP, 1877, vol. 20, p. 43).

Alguns anos mais tarde, a disputa por terras no Madeira continua a ser um assunto da maior importância. A leitura do jornal Humaytaense nos mostra a tensão que havia na área por causa da questão da terra. Segundo o jornal,

A 13 de dezembro de [1908], no lugar denominado Igarapé dos Botos, desenrolou-se uma trágica cena de sangue, de que foram protagonistas dois chefes de família ali residentes. Ao que parece, entre Antonio Plácido da Costa e Belarmino de Sales Machado havia antiga rixa por questões de terras, fato, aliás, comum no interior dos Estados do extremo norte.

O que é certo, é que, na tarde daquele dia, encontrando ambos no referido igarapé, Plácido da Costa, sob o fútil e inverosímil pretexto de que Belarmino quizera alagar sua canoa em que o mesmo se encontrava, desfechou sobre ele dois tiros de rifle, indo um dos projeteis atravessar, depedaçando-os os maxilares superior e inferior, da esquerda para a direita, em sentido oblíquo de cima pra baixo, indo alojar-se na clavícula, o outro projétil faturando-o o braço esquerdo da vítima, atravessou-lhe o corpo, de perfil, lado a lado varando o coração.

A morte foi instantânea, tendo o assassino apenas tempo de proferir a seguinte frase “matou um pai de família”. Na ocasião do crime, assassino estava acompanhado de sua mulher Joana Cardoso da Costa. E em companhia um filho menor, de nome Agassis. As declarações da mulher do réu são interessantíssimas, por quanto, perante o subdelegado da 3ª subdelegacia de Piraibas, disse que, tendo Belarmino interpelado a Plácido, porque motivo tirara madeiras em terras de sua propriedade, depois de ligeireza troca de palavras injuriosas, a qual a vítima aproximara mais o seu barco do interpelado, este lançou mão de um rifle e com ele perpetrou o crime. Mais tarde, perante o Juiz Municipal e o Promotor Público da Comarca, ratifica estas declarações, acrescentando, porém, que o réu desfechou os tiros na ocasião em que Belarmino, *armado de terçado* brandiu este, procurando descarrega-lo sobre Plácido, sendo de notar que a esse tempo, as canoas, conforme explicou, estavam a uma braça de distância. E concluiu por atribuir ao iminente perigo em que se achava Plácido diante das ameaças da vítima, de alagar sua canoa, o fato de atirar o réu precipitadamente na direção da canoa do contrário.

Vê-se por ao que o advogado de defesa não tem perdido o seu tempo, devotando-se de corpo e alma a ingrata causa que lhe foi confiada, ao ponto de insinuar, como nos que parecer, a essa preciosa testemunha informante as atenuantes da injúria contida na palavra ladrão, e do ataque a mão armada verificado na ameaça a terçado, atenuante que muito devem pesar na balança da justiça, alegada apresentação espontânea do criminoso a autoridade policial. A justiça, porém, corre o dever de fazer inteira luz sobre o caso e aplicar ao réu todo o rigor da lei, desagravando assim a sociedade.

O inditoso Belarmino de Sales Machado era um homem de idade madura, probo, morigerado e trabalhador no dizer de quantos os conheciam, sendo casado, natural de Muaná, no Pará. Deixou na orfandade oito filhos e filhas menores. Informa-nos que, anos atrás uma das testemunhas do processo incendiara de moradia e comércio da vítima, deixando esta em luta com a miséria.

Depois disto... e logo por causa disto, - é de prever que a testemunha incondicionalmente favorável ao réu (HUMAYTHAENSE, 06/12/1908).

A disputa pelos bens que a terra oferece é o motivo central do assassinato de Belarmino. O fato de um “invadir” as terras do outro para tirar madeira, acabou por gerar esse conflito explícito. O quadro da ação, descrito pela mulher de Plácido e

explorado pelo jornal, é de um realismo extremado, revelando as “atrocidades” cometidas nesses distantes lugares do rio Madeira.

Um outro caso, vinculado pelo mesmo jornal, retrata o acerto de contas entre fregueses de um seringal com fregueses de outro seringal. Segundo a nota do jornal, eram fregueses em defesa das estradas dos seus respectivos patrões.

A Bala - consta-nos que diversos indivíduos que se diziam fregueses do sr. Laurindo Trindade, no rio Machado, resolveram liquidar a questão que neste fôro tem aquele cidadão com o sr. Accacio Ferreira do Valle, e dirigiram-se aos seringais que este obteve por escrituras de um acordo e ali intimaram, a bala, aos fregueses do sr. Accacio para desocuparem as estradas.

Tendo havido resistência, em vista de que as estradas são situadas nas serras que couberam ao sr. Accacio por força de um contrato lavrado em notas de um Tabelião, em Manaus, sucedeu sair um dos agressores com um ferimento. Lamentamos que esse fato tenha dado com a ação da justiça da pólvora, quando aqui próximo há a justiça da lei (HUMAYTHAENSE, 30/06/1907, n. 34, ano XVI).

Esse caso é interessante na medida em que nos ajuda a pensar para além da dicotomia patrão/freguês ou seringalista x seringueiro. Aqui podemos notar nitidamente que alguns seringueiros se juntam para defenderem a propriedade do patrão. O confronto dá-se com outros seringueiros. Claro que na iminência de perderem suas estradas de trabalho para outros fregueses, os empregados de Laurindo Trindade optaram por sair em defesa dos seus interesses e dos interesses do patrão.

Necessitando de estudos mais aprofundados, a questão da terra e da luta por recursos naturais emerge como um dos principais problemas do final do Oitocentos na região do rio Madeira.

2.3. O homem “transformado” em borracha

O equacionamento de questões técnicas relativas à navegação a vapor é apenas uma face do processo de territorialização do Madeira e talvez não seja a mais importante. Considerar as transformações tecnológicas como a única propulsora de mudanças significativas não nos parece o caminho mais interessante, pois o movimento que se tornou imprescindível neste contexto foi a transferência de mão-de-obra nordestina para atuar nos seringais da Amazônia. Concordando com Pilar Garcia Jordán,

[...] la obtención de una abundante mano de obra fue condición imprescindible para la expansión de la empresa cauchera, tanto en la producción y manipulación de látex, como en el transporte de la bola de goma de la unidad productiva al puerto de embarque y posteriormente a la ciudad (JORDÁN, 2001, p. 596).

Independente da área de exploração de borracha, o deslocamento de mão-de-obra foi o movimento que marcou a constituição de todos os seringais. No caso da Amazônia brasileira, essa força-de-trabalho foi deslocada do Nordeste para os seringais.

A lenta e gradual desestruturação da *plantation* nordestina, somada as grandes secas que abateram aquela região, criou as condições históricas, favorecendo a saída de trabalhadores que estavam habituados ao meio rural e as atividades agropecuárias do interior do nordeste. No entanto, estes fatores não são suficientes para explicar a transferência de mão-de-obra para a Amazônia.

Segundo Pedro Martinello (2004), nesta mesma época, o Sudeste necessitava de trabalhadores para a *plantation* cafeeira. Entretanto, como ressalta Roberto Santos,

alguns fatores contribuíram para que os nordestinos não se dirigissem para o Sudeste do país.

- a) pelo preconceito do próprio trabalhador nordestino relativamente aos trabalhos nos cafezais, que era tradicionalmente considerado escravo, ao passo que, em relação a Amazônia, o trabalhador sonhava operar como se fosse empreiteiro de si mesmo, seringueiro autônomo, não sujeito sequer a regime salarial, pois o látex que vendesse lhe pertencia;
- b) pelas ilusões de enriquecimento rápido a que o *boom* da borracha expunha o nordestino, as quais eram suficientes para superar os estímulos de maior salário e remuneração para o sul;
- c) pela propaganda e arregimentação realizada por prepostos de seringalistas do Pará e do Amazonas em Fortaleza, Recife, Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho nos seringais;
- d) pelos subsídios que os governos do Pará e Amazonas concediam ao transporte de imigrantes em vista dos programas de colonização agrícola, mas que redundavam em favorecer, em última análise, a migração para zonas extratoras de borracha;
- e) pela facilidade e proximidades de transportes de cabotagem até o porto de Belém, nesse tempo maiores que para o Sul;
- f) pela ruptura dos senhores de terra nordestinos a saída de homens, numa época em que as secas dizimavam as populações e acumulavam miséria nos campos e nos refúgios dos núcleos urbanos (SANTOS, 1980, p. 108).

Podemos notar nesses fatores apontados por Santos, que alguns elementos presentes no imaginário contribuíram para que os migrantes escolhessem a Amazônia, sem esquecer o esforço por parte da iniciativa privada e do governo em relação ao fomento do deslocamento populacional.

Os dados demográficos, sempre parciais e incompletos para esse período de estudo no Amazonas, apontam para uma migração que varia de 300 mil a 500 mil nordestinos para a região. Arthur Reis nos fornece um quadro para pensarmos a dinâmica populacional nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

Quadro 1

Ano	Pessoas
1879	83.510
1832	149.854
1862	272.014
1872	332.397
1890	386.370
1920	1.346.672

Fonte: Reis apud Martinelo, p.47.

O aumento vertiginoso da população durante esse período é fruto não somente da exploração da borracha, pois havia também o projeto provincial de criar colônias agrícolas, sobretudo com mão-de-obra estrangeira.

Otávio Velho (1979) chama atenção para o fato de que a saída de mão-de-obra da *plantation* agrícola não significou o fim da imobilização da força de trabalho. Os nordestinos fugidos da seca e das precárias condições de vida não eram provenientes, em sua maioria, da região de *plantation*, mas, sim, do sertão nordestino, eles vieram atrás de melhores condições de trabalho, no entanto, acabaram submetidos ao regime de trabalho compulsório.

O fato do seringueiro não estar subordinado legalmente ao sistema escravista não quer dizer que efetivamente ele não estivesse sendo obrigado a um regime de trabalho forçado. O trabalho compulsório era a realidade desses seringueiros. Ciro Cardoso (1984) ao citar Kloosterboer nos dá a seguinte indicação do que seria o trabalho compulsório:

Chamamos de compulsório aquele trabalho do qual o trabalhador não pode retirar-se se quiser sem correr o risco de punição, e/ ou para o qual tenha sido

recrutado sem seu consentimento voluntário a isto, por outro lado, o motivo para a imposição deste trabalho deve ser o de obter o lucro (CARDOSO *apud* KLOOSTERBOER, 1984, p.111).

Com o fim da escravidão indígena, subsiste no Amazonas esta forma de trabalho forçado. Já em 1906, Euclides da Cunha mostrava ao mundo as anomalias que ocorriam na região Amazônica como um todo. O seringueiro era alguém que trabalhava para escravizar-se. Sua escravidão advinha do sistema de endividamento que caracterizava a relação trabalhista. Segundo o relato de Euclides da Cunha, na passagem:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tijelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina Wunchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos nosso homem no *barracão* senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve: 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe baste para três meses: 3 paneiros de farinha d'água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 3 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isso lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho na machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000 (CUNHA, 2003, p.51).

Ainda segundo Euclides da Cunha (2003), toda essa dívida se dá, considerando-se as condições ideais, ou seja, que o sujeito não tenha família, que não adoeça, que não seja afeito a bebidas alcoólicas e que seja econômico. O seringueiro é transformado em uma mercadoria cara, mas, muitas vezes, descartável.

Essas condições ideais descritas por Euclides da Cunha eram difíceis de ocorrer, pois a pressão sobre a força-de-trabalho era constante. Em algumas áreas da Amazônia,

a exploração da mão-de-obra indígena foi a regra e permaneceu durante todas as décadas de exploração da borracha.

Na região do Putumayo, a exploração dos seringueiros, índios huitotos, chocou o mundo. Em áreas imensas de seringais, pertencentes a J.C. Arana, centenas de indígenas foram submetidos a práticas severas de controle do trabalho. Anthony Smith (1990) ao citar Hardenbug nos dá uma dimensão do cenário de exploração e as conhecidas marcas de Arana:

1. os índios não recebiam pagamentos
2. eram mantidos nus
3. roubavam-lhe as mulheres e filhos
4. eram vendidos em Iquitos por 20 a 40 libras
5. os açoites muitas vezes deixavam seus ossos a descoberto
6. não recebiam tratamento médico e muitos morriam
7. como castigo, as vezes cortavam-lhe as orelhas, dedos, braços, pernas e testículos.
8. eram torturados e crucificados com a cabeça para baixo
9. eventualmente, seus filhos tinham a cabeça esmagada contra a árvore.
10. quando não podiam mais trabalhar, os velhos eram mortos.
11. alguns eram fuzilados por divertimento ou para celebrar o sábado de Aleluia. (HARDEBURG *appud* SMITH,1990, p. 365).

O fato de possuir um escritório em Manaus, na época, um dos principais entrepostos comerciais da região, fez de Julio Arana um dos mais importantes, seringalistas de toda a região. Em que pese à descrição dramática feita por Hardeburg e as disputas por versões sobre os acontecimentos no Putumayo que, na época, envolveu o escândalo Arana, o dado ao qual devemos nos basear é que vários autores denunciaram as condições de vida nos seringais.

Essa situação comentada acima resultava diretamente do “modelo” de aviamento característico nos seringais da Amazônia no século XIX. As relações de troca

características do aviamiento marcam, de certa forma, as mais variadas modalidades de extração e circulação de mercadorias na Amazônia. Embora pesquisas futuras mais aprofundadas possam revelar as múltiplas e dinâmicas formas de aviamiento num contexto restrito e localizado, os elementos que dispomos no momento nos permitem apenas refletirmos a partir de alguns trabalhos já consagrados tanto pela historiografia, quanto pela Antropologia e Sociologia, embora de forma muito genérica.

Para o século XIX, a forma como se estruturaram as relações comerciais entre barracões, casas aviadoras, empresas internacionais, sediadas nos principais centros industriais na Europa e nos Estados Unidos, sem falar numa série de pequenos intermediários próximos ao barracão que encareciam o produto, faz parte dessa rede ou cadeia de aviamiento.

O estudo de Carlos Correa Teixeira (1980) aponta para as múltiplas relações embutidas sob a forma do aviamiento, pois além de ser uma forma de exploração de trabalho, ele também aciona formas de dominação política e manifestação do poder pessoal. Neste sentido, há uma exploração extorsiva com base nos juros que perpassa toda a cadeia de aviamiento (TEIXEIRA, 1980, MARTINS, 1997).

Segundo Bárbara Weinstein (1993), no segundo capítulo *Seringueiros e Comerciantes*, diz que a cadeia de aviamiento tem na sua base o seringueiro, ou seja, o extrator direto da borracha. De posse da mercadoria, o seringueiro se dirigia ao barracão para “trocar” a sua produção por mercadorias. O dono do barracão, normalmente o seringalista, era o segundo elemento dessa relação. Este era encarregado de vender, caso seu barracão fosse à beira do rio, a borracha para as casas comerciais de Manaus e Belém. Caso não tivesse acesso aos principais rios, teria que repassar sua mercadoria para terceiros fazerem o trabalho de entregá-la nas capitais.

Nas casas aviadoras das grandes cidades que recebiam a borracha vinda do interior, ocorria o trabalho de distribuição para as casas exportadores/ importadoras. Para a autora, na maioria dos casos, era neste momento da transação que a negociação em dinheiro ou consignação se dava. Por fim, as casas exportadoras transferiam as mercadorias para as companhias importadoras dos países industrializados. Paralelamente a esta cadeia estava o regatão, que podia, eventualmente, negociar com o extrator direto da borracha ou com os donos dos barracões.

Essa estrutura apontada pela autora segue, em certa medida, a construção de Roberto Santos (1983), quando este estabelece o modelo da cadeia de aviamento para o século XIX. (WEINSTEIN, 1993; SANTOS 1983).

Como esse era um processo que visava imobilizar a mão-de-obra que já trabalhava ou vinha trabalhar nos seringais, o principal alvo tornara-se, portanto, as “levas de migrantes nordestinos” que se dirigiam à Amazônia.

2.4. O discurso oficial e a construção da imagem do “migrante” nordestino

2.4.1 Algumas considerações teóricas

Os estudos que tratam da construção da imagem do outro estão basicamente ligados a dois modelos diferenciados de abordagem, embora não necessariamente excludentes. Temos, de um lado, o clássico estudo de Ervin Goffman (1988) sobre o estigma e de outro as pesquisas ligadas à categoria “invenção”, tributária das reflexões de Michel Foucault.

Para os que trabalham a partir da abordagem de Goffman, os estudos das identidades coletivas estão sempre articulados às formas como estas foram classificadas, ou melhor, desclassificadas, por serem diferentes da ordem estabelecida, já que esta ordem sempre busca homogeneizar os grupos, criando estereótipos.

Um outro grupo de estudos está ligado às considerações formuladas por Michel Foucault, cujo trabalho investiga as relações entre poder e discurso. Foucault parte da análise das formações discursivas e suas condições históricas de possibilidade para compreender como objetos são inventados e novas relações de poder são criadas.

Destas duas matrizes analíticas, estamos diretamente ligados à forma de abordagem proposta por Foucault. Em *Nietzsche, a Genealogia e a História* (1979), Foucault aponta a necessidade de fazermos uma crítica direta ao “mito” da origem, pois este busca naturalizar os objetos através de construções essencialistas (FOUCAULT, 1979, p.16).

Neste sentido, não haveria essência nos objetos, pois sua construção é resultado das relações de poder, que são sempre historicamente forjadas. A emergência do termo “invenção”, neste contexto, sinaliza para o fim das essências e abre a perspectiva da construção discursiva dos objetos. Referindo-se ao historiador genealogista (aquele que faz a crítica da origem) Foucault nos diz,

[...]ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de crêr na metafísica, o que ele apreende? Que por trás das coisas não há ‘algo completamente diferente’: não absolutamente seu segredo essencial e sem data, mas o segredo de que elas são sem essência ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas [...] O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade preservada de sua origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate (FOUCAULT, 1979, p. 18).

Após esta crítica contundente à origem, seguiu-se uma série de estudos que procuravam analisar as invenções dos discursos sobre objetos já cristalizados. Neste

sentido, temos o clássico estudo de Edward Said intitulado *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente* (1990), onde ele analisa como o chamado “Oriente” emergiu no campo discursivo ocidental (principalmente europeu) e como este mesmo Oriente ajudou a definir o Ocidente. Para Said, o Oriente não se constituiu como um fato inerte da natureza, sua configuração foi resultado de uma relação de força. Ainda na introdução deste trabalho, Said reconhece que utilizou a noção de discurso de Foucault (SAID, 1990, p. 15).

No Brasil, destaca-se o trabalho de Durval Muniz de Albuquerque *A Invenção do Nordeste* (2001). Para Albuquerque, a categoria Nordeste é muito recente, data da primeira década do século XX e está ligada diretamente à expansão de São Paulo como a chamada “locomotiva” do país. O Nordeste seria muito mais o resultado de uma construção discursiva, quase sempre feita exteriormente e baseada numa imagem negativa, do que uma realidade empiricamente observável.

Articulando regimes de visibilidades e dizibilidades, Albuquerque nos diz que partiu do conceito foucaultiano de dispositivo estratégico para pensar a articulação entre o saber e o poder e de como a idéia de Nordeste encontra sua “invenção” nessa convergência (ALBURQUERUQUE, 2001, p. 24).

Uma série de outros trabalhos poder-se-ão articular a partir da idéia de “invenção”. Inspirados ou não numa tradição foucaultiana, o interessante é que boa parte deles congrega a crítica às origens com os elementos de discursividade.

2.4.2 A “invenção” do migrante como criminoso

Logo após a criação da Província do Amazonas em meados do século XIX, uma das principais preocupações dos governantes era “colonizar” o interior da Província a partir da atração da imigração européia. A idéia de “vazio demográfico” fundamentava tanto o argumento da necessidade de imigrantes, quanto servia para escamotear a existência e o genocídio praticado contra as inúmeras etnias que habitavam a região. Se havia o desejo de mão-de-obra por parte do poder público, esses trabalhadores precisariam estar afeitos ao trabalho, logo não daria para ser qualquer trabalhador.

O indígena era identificado como preguiçoso, avesso ao trabalho disciplinado, indolente e vingativo. Ele estava, naquele momento, inserido em pleno processo de pacificação. De forma geral, o ideal de “colonização” do interior do país excluía o elemento negro, embora tenha existido um projeto de transferência de mão-de-obra negra do sul dos Estados Unidos para a Amazônia, o qual acabou fracassando, no entanto, o desejo era que a colonização fosse feita com o europeu.

O elemento que se “adaptaria” bem ao sistema de trabalho, segundo a concepção dos estrategistas da época, era o trabalhador europeu. Segundo Edinea Dias:

Os preconceitos contra os nacionais permeiam os discursos de muitos homens públicos. A propósito disso, do nordestino, por exemplo, o máximo que se queria era a exploração de sua força- de- trabalho nos seringais, daí serem tão discriminados quanto aos trabalhadores locais; para estes sobravam apenas as acusações de que eram indolentes e preguiçosos. Quando se pensa em imigração para o Amazonas fala-se em europeus, estes sim, seriam os indicados para trazer progresso e engrandecimento para o Estado (DIAS, 1999, p.142).

O anseio por estes imigrantes levou à construção de colônias de povoamento e a transferência de pessoas de várias partes da Europa para a Amazônia. Vejamos o que dizem os presidentes de província sobre esta questão:

[a Província] carece, porém de braços industriosos e morigerados, que aproveitem pela indústria as infinitas riquezas naturais que este vastíssimo vale encerra. A imigração é o único remédio para adiantar-se o futuro do Amazonas; ela aumentará a sua população, desenvolverá a sua indústria e sua riqueza pública (RPP, 1870, vol. 15, p.24).

O discurso da colonização do interior da Província esteve presente na fala dos vários presidentes que ocuparam este cargo, assim como dos viajantes europeus que por aqui passaram. Hideraldo Costa explorou bem esse aspecto nos relatos dos vários viajantes que estiveram na região neste período, ao mostrar que havia um ideal de colonização e embraquecimento da região. Aos brancos endógenos, ainda não civilizados segundo os viajantes, cabia a missão o trabalho de mestiçagem; já a administração da Província deveria ficar a cargo de uma elite branca exógena (COSTA, 1995, p. 115).

Esse debate estende-se por décadas. Alguns anos depois da fala de João Matos, o presidente Passos de Miranda vem com a seguinte proposta:

Esta convicção que nutro deste o momento que me coube a honra de presidir esta província, radicou-me o propósito de promover a imigração e colonização; e declaro-vos que será este o maior empenho para mim, pois é incontestável que esta rica e encantadora região, para elevar-se ao maior grau de desenvolvimento, precise somente de populações laboriosas que, aproveitando a fertilidade do solo, aumentem com a exportação dos produtos a riqueza pública (RPP, 1876, vol. 19, p. 93).

O Presidente de Província não só justifica a importância da imigração e colonização do interior, como apresenta um plano da forma que deve ser efetivado. Acompanhemos seu projeto:

Dois meios temos nós a empregar para a conquista de braços que se dediquem a grande e pequena lavoura nesta província. 1) promovendo a imigração estrangeira com vantagens reais para os imigrantes e suas famílias, a fim de que eles permaneçam no país; 2) Promovendo a catequese por meio de um sistema mais profícuo, do que o empregado até hoje e firmando, nos diversos rios da província, colônias indígenas, onde haja trabalho metódico e ensino prático de agricultura. Ambos os meios devem ser adotados e para este assunto, que considero da maior importância para o prospero futuro do Amazonas, peço vossa ilustrada atenção.

A imigração estrangeira, debaixo do ponto de vista social, é de vantagens incontestáveis. São povos cultos, ricos de experiência e de trabalho, circunstancias certamente mais apreciáveis e que nas províncias do sul tem produzidos belíssimos resultados, mas tem custado aos cofres públicos não pequenos sacrifícios [...] Em vista do que acabo de expor, é minha opinião que devemos tratar com perseverança da imigração estrangeira e estabelecer a colonização indígena, que é nula entre nós. Podemos realizar o nosso intento do seguinte modo: 1) contrato de famílias estrangeiras para se estabelecerem nesta província, dando-lhes no primeiro ano alimentação e casa e concedendo-lhes as terras precisas pelo preço menor da lei, para serem pagas em prazos a prestações; 2) estabelecendo em cada um dos rios mais conhecidos da província uma colônia indígena, dando uma subvenção por três anos somente a pessoa que criar uma colônia com 200 índios pelo menos, obrigando-se a mesma pessoa a vesti-los e pagar-lhes uma diária razoável, que seria arbitrada pela presidência, a qual teria inspeção nas colônias.

Para a realização deste plano talvez encontreis embaraços nas finanças da província, exausta de recursos próprios, mas lembro-vos a suspensão de algumas despesas que são inteiramente improdutivas e que devem desaparecer do orçamento. Além disso, logo que o Governo Imperial, cujo interesse pela imigração estrangeira para o Brasil se tem feito sentir de modo franco, conhecer as vantagens que esta pode trazer a esta província, não deixará de vir em nosso auxílio (RPP, 1876, vol.19, p. 93-94).

Para Passos de Miranda, somente a soma da imigração estrangeira e a colonização indígena poderiam efetivamente contribuir para solucionar o problema da falta de braços na Província. Havia a idéia, forte na época, de que o branqueamento da população era a única saída e solução para um país mestiço como o Brasil e para uma região predominantemente indígena como a Amazônia.

As tentativas feitas tanto pelos governantes quanto por particulares não tiveram êxito. A falta de recursos das famílias que vinham da Europa e as dificuldades de “adaptação” às condições locais, foram fatores que determinaram o fracasso do estabelecimento de colônias com imigrantes.

No entanto, a necessidade de mão-de-obra só aumentava. Se não havia trabalhador estrangeiro em grande escala para os seringais, a saída foi utilizar a força-de-trabalho nacional, embora houvesse desde o início, por parte dos governantes, antipatia com relação a esse trabalhador.

Como não havia saída para os comerciantes e governantes, o jeito foi, ainda que a contragosto, apelar para a “população nordestina” que, naquele momento, passava por sérias dificuldades devido às grandes secas que abatiam o nordeste.

A leitura dos Relatórios dos Presidentes de Província mostra como, aos poucos e gradativamente, foi-se construindo uma imagem do migrante nordestino e do também denominado, pelos relatórios, de “povo amazonense”. Enquanto o nordestino é tido como criminoso, ganancioso e indolente, o dito “povo amazonense” é pacífico, ordeiro e obediente às leis.

Nas notas dos relatórios que tratam da *Tranquilidade Pública, Segurança Individual e de Propriedade*, a construção da imagem do amazonense em relação ao nordestino se dá de forma explícita.

Vejamos o que diz o relatório:

O que é fato porém, é que o aumento da população produzido pela afluência de gente, que de fora se tem dirigido para o Amazonas, tem operado grandes modificações no que antes se observava entre os Amazonenses acerca da segurança individual e de propriedade. Atraídos pelo lucro fabuloso da goma elástica e pela facilidade de extraí-la bons e maus tem se corrido para esta riquíssima região, afim de tentarem fortuna. Quem conhecer os atentados que, contra pessoas e bens, que ultimamente tem se realizado nesta província, e não inquirir das circunstâncias e da proveniência dos seus agentes, há de se acreditar que a índole proverbialmente pacífica e dasambiciosa deste bom povo vem se modificando (RPP, 1883, vol. 26, p.11).

No mesmo relatório, na seção que trata da administração da justiça provincial, a comparação mais uma vez é feita:

Os habitantes do Amazonas são pacíficos, é certo, e a boa índole de que são dotados somente poderia até bem pouco tempo justificar a permanência dessa divisão. Mas hoje os tempos são outros. As correntes imigratórias tem-se estabelecido com grande força para esta Província, onde as riquezas naturais se ostentam com sedução. E nelas, a par de homens trabalhadores e honestos, tem vindo certo número de refugiados [...] Já entraram na cadeia desta capital e foram remetidos a justiça do Ceará, que havia decretado a prisão deles, dois criminosos, Liberato Barroso de Sousa e José Batista Braga, dos quais o primeiro era negociante, e exercia essa profissão no rio Purus, onde consta também que fizera algumas mortes. Estas circunstancias tem alterado profundamente as condições em que se achavam anteriormente a Província. E muito convém, acompanhando o movimento que elas vão imprimindo nos elementos de vida que possuímos apertar as esferas de jurisdição, afim de que a ação da justiça possa chegar sem demora até a sua periferia (RPP, 1883, vol. 26, p. 11-13).

O discurso oficial se esforça por construir uma imagem degradante e criminosa do outro. A própria construção da identidade do “povo amazonense”, na visão oficial, necessita deste outro para se constituir. Os amazonenses representariam a perfeita oposição dos nordestinos. Notamos que não há divisão quando se fala em nordestinos, todos são tratados como se fossem a mesma coisa: cearenses, maranhenses, paraibanos (mesmo entre cada um deles é difícil a generalização).

Pacíficos e de boa índole, o maior defeito da população amazonense (caracterizado pelo relatório como das classes menos favorecidas) seria a embriaguez, como mostra:

A índole dos Amazonenses é tão boa, que parece influir naqueles que vem habitar com eles [...] o habitante do Amazonas muitas vezes está tralho e soffrendo misérias; porém não se tenta a cometer uma baixeza ou violência para tirar-se desse estado. Se for mais cuidada a educação deste povo, que se consiga desterrar o vicio da embriaguez, único motivo que faz aparecer em vez quando, na classe menos desfavorecida, alguns desacatos, com certeza teremos a região amazônica habitada pela melhor e mais policiada população do Império.

Nem se considere exagerada esta nossa asserção; porque hoje se mantém a ordem publica, e há segurança individual e de propriedade em uma área tão vasta, com uma diminuta força pública, sendo as ordens expedidas desta capital executadas a duas milhas de distancia sem a intervenção daquela. Um povo, que assim respeita o princípio da autoridade e ao mesmo tempo rende cultos a liberdade e é altivo, prenuncia um futuro de grande valor (RPP, vol. 22, 1879, p. 115).

Com relação aos nordestinos que foram aceitos a “contra gosto” pelos governantes (já que necessitavam de mão-de-obra), não se poderia dizer o mesmo. O aumento da criminalidade, para a elite local, estava relacionada à chegada destes migrantes, considerados extremamente ambiciosos e capazes de qualquer coisa para enriquecerem.

A índole do povo amazonense é excelente: o homem nascido nesta zona tropical é ordinariamente calmo, refletindo em suas ações, e pouco sujeito a explosões de paixões vivas. [...] Infelizmente outro tanto não poderia afirmar, em relação a índole e hábitos dessas numerosas levas de homens, que, atraídos pelo natural desejo das riquezas, tem concorrido para a exploração das selvas, fecudando-as pelo seu trabalho, com grandes incrementos das rendas publicas e relações comerciais. De seu aparecimento e contrato com os naturais, do choque de interesses, e modificações introduzidas no seu novo gênero de vida, surgiram gravíssimos atentados contra a segurança individual, registrando-se frequentemente crimes bárbaros, que por fatalidades são raramente punidos, em razão das causas que no artigo precedentes foram indicadas (RPP, 1886, vol. 31, pp. 10-11).

O interessante é perceber que todo o arrivismo atribuído aos “nordestinos” escamoteava o fato de que a própria elite local é que desejava enriquecer em um curto espaço de tempo. Foi essa mesma elite, representada por políticos, comerciantes e seringalistas, que criou os dispositivos de controle da mão-de-obra visando uma maior lucratividade de seus investimentos.

2.5 O Controle do Tempo e a Disciplina do Trabalhos nos Seringais

2.5.1 A Vigilância Hierárquica na Província do Amazonas

A transferência de um expressivo contingente populacional para a exploração dos seringais do rio Madeira exigiu, por parte do Estado Provincial e dos proprietários de seringais, um controle sobre a mão-de-obra. Era necessário criar estratégias que dessem visibilidade e permitissem maior controle da população.

Para o rio Madeira, vários fatores contribuíram para atrair a atenção mais detida dos Presidentes da Província; sendo a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (FOOT HARDMAN, 1999), e também o fato de as várias etnias estarem fazendo dura resistência ao processo de pacificação (VIEIRA, 2005), além do crescimento de migrantes nordestinos que vão explorar a borracha, dentre muitos outros, os estimuladores das preocupações do Estado.

A própria construção da imagem do migrante como criminoso e perigoso exigiu, por parte do poder público, resposta imediata, visando conter a pretensa desordem em que estava o interior da Província.

Ao lermos os Relatórios de Presidente de Província do Amazonas percebemos a preocupação por parte dos dirigentes da Província em manter sobre controle a população local a partir da construção de um aparato policial. Em 1873, o Relatório de Presidente de Província traz a seguinte preocupação:

A divisão policial actual não dá as autoridades, a acção rápida que o serviço exige; convinha, por isso uma subdivisão na maior parte dos distritos. Não é possível, porem, attender-se á esta necessidade, pela falta que na província há de pessoas idôneas para ocuparem taes cargos; e no ano findo, apenas foram creados três distritos policiaes no rio Madeira, três no Purus e um no termo de serpa, elevando-se a trinta e cinco o numero de existentes. (RPPA, 1873, vol. 17, p. 6).

A década de 1870, pelo menos para o rio Madeira, marca o começo de um processo de vigilância e controle até então desconhecido. A preocupação em constituir distritos policiais para o rio Madeira e o Purus é bem característico disto. Neste momento, meados dos anos 70, a província conta com 46 distritos policiais, sendo 7 delegacias e 30 subdelegacias (RRP,1876, vol19, p. 87).

A preocupação de Eustáquio Carlos Gama, chefe de polícia da província, ao enviar o seu relatório ao Presidente de Província, incidia diretamente sobre a falta de cadeias no interior, como se percebe no trecho:

Além da que existe nesta capital em más condições e sem as acomodações exigidas pela hygiene, não há em nenhuma outra localidade estabelecimento desta ordem.

Torna-se de absoluta necessidade que sobre este assumpto os poderes competentes evidem seus esforços para que sejam providas ao menos, cada uma das comarcas das províncias com uma casa de detenção, afim de melhormente se possa ter em guarda os pressos que forem recolhidos até que se efetue a remessa para capital (RPP, 1873, vol. 17, p. 39).

A fala do chefe de polícia da província é sintomática, pois, além de revelar a preocupação de novos tempos, deixa explícita a importância que o aparato policial pode ter neste contexto. A relação frouxa, até então existente, entre a polícia e os considerados criminosos precisava ser controlada.

A saída, indicada por Gama, era a construção de mais delegacias e cadeias no interior, vê-se na citação:

Os criminosos de morte que, procedentes do rio Madeira e Purus, vem a cadeia publica desta Capital para serem processados, tem sido por via de regra soltos por *Habeas-corpus*, em consequência de permanecerem na prisão cinco e mais meses, sem se lhes formar culpa, por não comparecerem as testemunhas, as quaes, morando as vezes, a centena de léguas desta capital, esquivam-se, como fiz ver antes, mormente pela impossibilidade de pagarem as passagens, que são caras a bordo dos vapores, único meio de transporte, menos demorado e menos incommodo, que há para aqueles remotos lugares, sem falar na perda de tempo, perda que se torna considerável, além das modificações que se tem de sentir, si a viagem for feita em canoas, montarias

ou igarités. Já houve criminoso que permaneceu na cadeia sem culpa formada por mais de três annos!

Por outro lado não há nesta Província uma cadeia que mereça este nome, pois a da capital, que é, pode-se dizer, a única, não offerece proporções para obter-se a correção, a moralização dos delinquentes, alvo principal das penas que lhe são impostas. Os presos, recolhidos em cadeas semelhantes, não raro sahem mais corrompidos do que estavam, quando lá entraram (RPP, 1877, vol.20, p.28).

Outra medida que devia seguir a construção das cadeias era instruir e melhorar a moralidade dos presos através do trabalho. Vejamos o que diz o relatório.

A Província concorre com uma diária para a mantença dos presos; é bem que elles correspondam a isso com algum trabalho, o qual, sendo com uma compensação a Província, é de proveito moral a elles próprios. Em consequência, procurei informar-me officialmente da profissão dos presos: foi-me declarado que nenhum delles tinha profissão! Comtudo, eu soube particularmente que alli haviam alguns com officio; mas ocultavam-no. Providenciei para que fossem empregados os que pudessem ser em faxinas no deposito de artigos bellicos e em servicos semelhantes. É preciso, porém, para isto que sejam acompanhados de guardas capazes de os guardarem, e isto tem trazido embaraços porque infelizmente os mesmos guardas careciam de ser guradados; entravam com elles em tabernas, com elles bebiam, e fora d'ahi davam-lhes o exemplo de furtos, como succedeu (RPPA, 1877, vol. 20, p. 29).

A ideologia da disciplina para o trabalho começava a perpassar as mais variadas instâncias da sociedade. Como nos mostra Sidney Chalhoub (2001), as últimas décadas do século XIX e os anos iniciais do XX marcam um processo decisivo de implantação da ordem burguesa. Neste contexto, o documento evidencia isso, muito mais do que o tipo de atividade que o preso sabia fazer, era preciso incorporar nele o gosto que ele devia ter pelo trabalho. Foucault nos diz que “em sua concepção primitiva, o trabalho penal não é a aprendizagem de tal ou tal officio, mas a aprendizagem da própria virtude do trabalho” (FOUCAULT, 2003, p.164).

As pessoas passavam a ser enquadradas nesta lógica, como sugere a citação acima, os presos que tinham um officio se negavam a admitir que soubessem fazer algo; pois seriam explorados pelo Estado. Ficar conversando e bebendo com os guardas na prisão ou no bar era a resistência forjada contra ter que trabalhar horas para o governo.

Muitos desses trabalhadores vinham da cidade de Manaus para trabalhar nos seringais. Citando um relatório do governo do Amazonas de 1907, Edinéa Dias nos explicita a seguinte questão:

A exclusão dos pobres e desocupados que circulam pela cidade, neste momento, não é feita somente através do recolhimento em ambientes fechados; há neste período uma prática de deslocamento para os seringais de indivíduos sem ocupação que são pegos pela polícia na vadiagem. Nos seringais encontrariam ocupação e teriam garantida sua manutenção, evitando desta forma que a população trabalhadora da cidade continuasse sendo a ser importunada (DIAS, 1999, p. 148).

Avançando na análise, Francisca Deusa da Costa mostra que a cidade de Manaus funcionava como espaço de recrutamento de trabalhadores para os seringais. As “prisões para averiguações” eram para aqueles considerados “inoportunos” no espaço urbano. Costa cita um caso em que o português de nome José Gonçalves foi capturado na cidade de Manaus depois de ter, provavelmente, abandonado um seringal. Sua condenação foi ter sido mandado para os seringais no rio Branco (COSTA, 1997, p.57). Podemos inferir a partir dessas considerações uma forte articulação entre a cidade de Manaus e os municípios do interior.

Para o rio Madeira, o início dos anos 1880 trazia algumas mudanças como o estabelecimento de um aparato militar mais estruturado com a construção de duas delegacias no rio Madeira; a delegacia de Manicoré, que compreendia os seguintes distritos: Manicoré, Baetas, Três Casas, Machado, Abelhas e Santo Antonio e a delegacia de Borba com 4 distritos: Canumam, Borba, Araras e Aripuanã (RPPA, 1883, vol. 26, p. 17).

Das dez delegacias de toda a Província do Amazonas, o rio Madeira concentrava duas. Interessante é perceber que as autoridades exigiam, pelo menos para a capital, uma cadeia que seguisse o moderno estilo panóptico. Segundo o relatório:

A penitenciária deve ter cinco raios, sendo um destinado para a administração e os outros quatro para presos. Estes quatro raios devem ter duzentas células para duzentos presos. O destinado a administração deve ter mais de um pavimento e conterá um corpo de guarda, uma prisão para detentos, sala para rouparia, cozinha, arrecadação de gêneros, e casa de morada para o administrador. No ponto em que quatro raios para presos começarem a divergir haverá quarto para o carcereiro. O edifício será todo fechado por um muro. Nos espaços entre os raios e o muro terá quatro oficinas espaçosas. O raio destinado para administração deve voltar em ângulo reto para os dois lados, ficando em forma de T, afim de que lhe tornem demasiado cumprido. Todas as células serão abobadadas. Em cada raio destinado para presos haverá um corredor central e duas ordens e células, abrindo para esse corredor. Para ventilação cada célula terá um a abertura para o pátio correspondente, na qual haverá uma forte grade de ferro (RPP, 1883, vol. 26, p. 18).

Segundo Foucault, a construção de uma sociedade disciplinar está fundada em um processo histórico que articula as instâncias políticas, jurídicas, econômicas e científicas. No Ocidente, este movimento está ligado não somente à explosão demográfica do século XVIII, mas, à crescente escolarização e hospitalização dos grupos, visando, sobretudo, o aparelho de produção (FOUCAULT, 2002, pp.179-187).

Ana Maria Daou, citando Matos, nos diz que a implantação da Província é marcada pela constituição:

de um poder administrativo composto não apenas pelo corpo dos empregados públicos, como também pelo conjunto mais amplo de agentes administrativos que atuaram em diferentes níveis a favor da consolidação do Estado monárquico [...] É correlata a isso a construção de espaços públicos, uma questão recorrente em relatórios de presidentes de diferentes províncias. (DAOU *apud* MATOS, 1998, p. 57).

Seguindo esta lógica, podemos pensar que a construção de uma cadeia em estilo panóptico é apenas uma metáfora para refletirmos sobre as formas de controle e vigilância que se estabelecem ao nível macro – histórico. Para Manoel Barros da Motta, apoiado nos trabalhos de Michel Foucault, o modelo panóptico não é apenas uma forma de cadeia, ele é, sobretudo, uma forma de governo, um controle do espírito (MOTTA, 2003, p. XXVII). Nesse sentido, seria importante retomar algumas idéias gerais de *Vigiar e Punir*, livro de Michel Foucault sobre a história da violência nas prisões, a qual

aponta para o modelo de construção de uma sociedade disciplinar (sociedade disciplinar não quer dizer sociedade disciplinada).

Quando Foucault elabora sua leitura sobre o panoptismo, ele inicia pela diferença entre os modelos de controle da sociedade. De um lado há, o modelo da “lepra” e todas as suas características (baseado numa sociedade pura, exila os doentes, exclui, rejeita, divide e marca); do outro teríamos a sociedade da “peste” caracterizada pela (separação múltipla dos corpos, individualização, bom treinamento, recorte e análise repartida). Há, segundo Foucault, dois sonhos políticos diferenciados, no entanto, esses sonhos não necessariamente se excluem, mas se cruzam (FOUCAULT, 2002, p. 164).

Avaliando reflexivamente, o panóptico é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, sem degenerar para a tirania. A função panóptica é polivalente, pois visa aperfeiçoar o exercício do poder, inclusive, pode ser intensificado para qualquer aparelho, ela busca economia e eficácia., portanto, nessa relação entre o visível e o dizível há certamente o desejo de mais poder e mais produção (FOUCAULT, 2002, pp.165-179).

Desse modo e com esses objetivos é que se constroem sociedades disciplinares, onde o poder se espalha de forma relacional, capilar e múltipla. A vigilância generalizada busca a todo custo neutralizar os perigos e fabricar indivíduos dóceis para produzir mais e melhor. A construção de uma sociedade disciplinar exigiu a verticalização, a hierarquização e individualização do poder. Nesse sentido, é nítida a percepção de que o acúmulo de capital exigiu o acúmulo de homens.

A partir dessas considerações, conseguimos articular o processo de construção da vigilância na Província do Amazonas nos últimos anos do século XIX. O estabelecimento de um controle mais detido sobre a população, principalmente para a

região do rio Madeira, se materializou no aumento do contingente militar, na abertura de delegacias e na estreita articulação entre as instâncias burocráticas e os poderes locais, tais como os comerciantes e donos de seringais.

2.5.2 O Ideário da construção de corpos dóceis

Parece que difundida como vai sendo a instrução pública que tem de purificar os costumes daqueles que permanecem infelizmente nas trevas da ignorância, a Província do Amazonas há de ser o modelo de respeito a boa ordem e as autoridades bem constituídas (RPP, vol. 19, 1876, p. 84)

Se não são freqüentes os crimes contra a propriedade, o mesmo não acontece ainda com relação a segurança individual. Atuam as mesmas causas: falta da precisa educação moral e religião, abuso que fazem as classes inferiores das bebidas alcoólicas (RPP, 1874, vol. 17, p.77).

Esses enunciados se repetem nos relatórios oficiais, uma vez que a preocupação em fazer com que a população internalize a ordem e a obediência é uma constante por parte das autoridades públicas, portanto era necessário educar a população para o trabalho.

Com relação aos seringueiros, era necessário fomentar o controle de seus corpos, visando, sobretudo, aumentar a produtividade e diminuir os riscos de revolta.

O estabelecimento da disciplina, forma de impor o controle do tempo e do espaço atuando diretamente nos corpos é, segundo Foucault, uma invenção recente. Esta anatomia política, formada por processos mínimos, diferentes e descontínuos, apóia-se um sobre o outro de forma a ganharem a fachada de um método geral. No pensamento de Foucault:

o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos,

de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, copos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo, faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2002, p.119).

É sobre a materialidade do corpo que irá atuar a disciplina. O controle dos menores atos, tais como o posicionamento do corpo, dos membros, dos gestos e das articulações.

Edward Thompson, analisando o tempo de trabalho e a disciplina do capital, nos mostra como se processou a mudança da percepção do tempo a partir do século XVIII, e como a medição do tempo serviu como meio de exploração de mão-de-obra. A relação entre tempo e dinheiro se estreita, assim como a percepção do tempo do empregador e do empregado são diferenciadas.

O capitalismo industrial disciplinado necessita impor um rígido controle do tempo aos trabalhadores. Tal controle dá-se a partir de normatizações, de folha de controle, de delatores e multas. Para Thompson,

por meio de tudo isso – pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensinamentos, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo. A mudança levou as vezes várias gerações para se concretizar [...] Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força-de-trabalho meramente “passe o tempo” (THOMPSON, 1998, p. 297- 298).

Se o seringal não funciona tal como uma fábrica moderna, o controle sobre o tempo e o espaço dos seringueiros não se fez menor. Múltiplas foram as formas desenvolvidas pelos patrões para que seus fregueses obtivessem boa produção.

As formas de controle iam desde os famosos regulamentos dos seringais, até a construção de um sindicato patronal, que constantemente formulava diretrizes, visando aumentar a produtividade das áreas de extração da goma elástica e o controle dos seringueiros.

O regulamento do seringal foi a forma mais direta de se estabelecer o contrato de trabalho entre o patrão e o freguês. Segundo autores como Charles Wagley (1988, p.110) e Euclides da Cunha (2003, p.54) os regulamentos foram criados nos anos iniciais do século XX.

No famoso estudo sobre a “comunidade” de Itá, que data da década de 1940, Charles Wagley nos fala, citando Euclides da Cunha e Ferreira de Castro, da existência dos conhecidos regulamentos dos seringais. Segundo Wagley:

os ‘regulamentos dos seringais’ eram uma espécie de acordo sistematizado entre os proprietários dos seringais quanto as suas relações com seus seringueiros- devedores. Esses ‘Regulamentos’ foram elaborados com o fim de impedir que os seringueiros fugissem e para os manter sempre em dívida. Segundo os ‘Regulamentos’, o proprietário podia impor uma multa ao seringueiro por ter feito um corte muito profundo em uma árvore, ao sangra-la, ou por ter usado no processo um machado de mais de ‘quatro palmos’. Estabeleciam ainda que os seringueiros não podiam fazer compras senão no posto que lhe havia feito adiantamentos . Se o fizesse, poderia ser multado em 50 por cento dos custos dos objetos comprados. O seringueiro não podia deixar o emprego de comerciante a quem devia, sem primeiro liquidar totalmente a sua dívida. Para impedir que os seringueiros fugissem, os comerciantes instalaram seus principais postos nas embocaduras e afluentes, onde sentinelas armadas com rifles 44 montavam guarda dia e noite a fim de barrar a saída daqueles que quisessem escapar pelos rios. Mas, mesmo que alguns seringueiros conseguissem fugir por terra, através da mata, ou descendo o rio à noite, sem ser visto, o acordo entre os comerciantes proibia até dar refugio ao fugitivo. Todo comerciante era obrigado pelos ‘Regulamentos’ a capturar os devedores foragidos e a devolvê-los aos seus credores. Se, por um golpe de sorte, ao fugir de suas dívidas, o seringueiro conseguisse atingir Belém ou Manaus, ainda podia ser preso pela polícia, rio acima ao seu patrão credor. Os ‘Regulamentos’ não eram decretos governamentais, mas os proprietários dos seringais faziam grande pressão sobre o governo para que os ajudasse a fazê-los cumprir como se fossem lei (WAGLEY, 1988, pp. 110-111).

Esses regulamentos, pois são sempre citados no plural, talvez fossem uma criação do início do século XX. Segundo Bárbara Weinstein, o relato de Wagley foi

baseado nas descrições de Euclides da Cunha quando este esteve na Amazônia no início do século XX e notou uma reunião de seringalistas para formular um regulamento para os seringais (WEINSTEIN, 1993, p. 315).

Percebemos, a partir do relato de Wagley, que uma das principais preocupações dos regulamentos era com a possibilidade de fuga ou desvio de mercadorias por parte dos seringueiros. Toda a divisão social do trabalho, assim como os espaços de poder organizado no seringal, poderia ser descrito e analisado a partir dos Regimentos.

Uma outra descrição minuciosa de um regulamento de seringal foi feita por Samuel Benchimol a partir da doação de um desses regulamentos, a seu pai, feita por um antigo seringalista, que era sócio deste no rio Madeira.

O seringal pertencia ao senhor Octavio Reis, dono de seringais nos rio Abunã, afluente do rio Madeira. A partir deste regulamento, elaborado no ano de 1934, podemos perceber a construção espaço-temporal do seringal, assim como a disciplina que perpassava as relações de trabalho nestas colocações.

Como bem salienta Benchimol, ainda que de certa forma naturalizando o processo, o regulamento é marcado mais por deveres do que por direitos. A idéia aqui não é transcrever o regulamento na íntegra, mas de recuperar os principais pontos, que nos ajudarão a compreender minimamente o funcionamento das atividades no seringal.

Em alguns trabalhos, hoje clássicos, sobre os seringueiros e os seringais, tais como *Entre os Seringais de Euclides da Cunha e O Seringal e o seringueiro* de Arthur Reis, o que geralmente encontramos é uma descrição pura e simples do pessoal que trabalha nos seringais e de suas atividades. Os “tipos” descritos são muitas vezes tomados como auto-evidentes, resultado direto de uma sociologia essencialmente empirista. Seguindo o indicado pelo “Regulamento do Seringal” de Octávio Reis,

podemos notar, com maior profundidade, as atividades relacionadas a cada sujeito que vive e trabalha no seringal.

A posição do gerente encarregado do depósito é caracterizada, segundo o regulamento por:

- a) tratar a todos, quer extrator, quer empregados subalternos, com delicadeza, não os maltratar com palavras ofensivas, nem com outro qualquer meio que venha ofendê-los;
- b) zelar e vigiar tudo o que lhe está entregue, não podendo vigiar o seu tempo e atividade em assuntos alheios aos interesses da casa que dirige;
- c) procurar pela forma mais sensata diminuir as despesas para aumento da receita, tendo em conta que do engrandecimento da casa vem o bem geral para todos que dela dependem;
- d) demitir e admitir empregados, quando preciso for, colocar e descolocar (sic) extratores, e para descolocar é preciso que o extrator por três vezes tenha infringido o regulamento a que está sujeito, fazendo-o com justiça e imparcialidade, e não por qualquer vingança fútil, ou para proteger a um terceiro;
- e) avisar aos 30 dias ao escritório geral as ocorrências dadas em seu departamento;
- f) não aceitar freguês de outro depósito, sem autorização do gerente daquele, e facilitar tudo que estiver ao seu alcance em benefício do outro depósito, facilidade estas que não tragam prejuízo ao seu;
- g) atender com prontidão, na medida do possível, a necessidade do freguês, especialmente em caso de doença;
- h) trazer sempre em equilíbrio a conta do freguês, quando não seja possível traze-la com saldo a favor do mesmo, tendo em consideração que o freguês só é amigo e cumpridor dos seus deveres quando tem saldo. (grifo nosso);**
- i) repara com critério o trabalho de seus empregados e se estes merecerem a continuação do emprego. Não colocar ninguém por proteção, nem deslocar por odiosidade;
- j) fazer com que todos produzam e vivam satisfeitos, tanto empregados como extratores;
- k) consultar sempre que seja preciso o escritório central;
- l) fazer cumprir fielmente o regulamento geral da casa (BENCHIMOL, 1992, 232).

A primeira característica que chama atenção é a disciplina dos corpos e das ações envolvendo a todos. O gerente, braço direito do patrão seringalista, é alvo constante dos dispositivos disciplinares elaborados no seringal. Para alguns, a disciplina é criada para normatizar apenas as pessoas que estariam nas camadas inferiores da sociedade, no entanto, a disciplina possui, nesse caso específico, a intenção de controlar inclusive os que estão numa posição supostamente privilegiada dentro do seringal.

O gerente do seringal, como homem de confiança do patrão, sabendo ler, escrever e fazer contas, o gerente deve manter o seringalista sempre informado, inclusive contribuindo para que um seringueiro fugido retorne ao seu barracão de origem. Segundo o documento, o gerente deve ser gentil e trazer gestos maneirosos com os trabalhadores do seringal, porém uma coisa é o projeto e outra o processo, ou seja, dificilmente o gerente seguiu essas linhas brandas do regulamento. Uma outra recomendação dada ao gerente é a de que o seringueiro só pode ser considerado amigo se possuir saldo, caso contrário deve ser tratado como inimigo. Sua função maior, assim como de todos os outros, é aumentar a lucratividade do dono do seringal.

Uma outra atividade desenvolvida no barracão era a do guarda-livros, ou seja, aquele encarregado da escrita, como nos mostra o regulamento:

- a) trazer em dia a sua escrita
- b) orientar sempre ao gerente das condições financeiras de cada freguês, ou de qualquer outro assunto que, a seu juízo, julgue necessário, tendo em consideração que é a segunda pessoa da casa, e como esta a par da conta de todos, tem capacidade mais que suficiente para qualquer orientação.
- c) explicar com calma ao freguês qualquer dúvida que por ventura este tenha sem suas contas, procurando mesmo não se aborrecer.
- d) fornecer guias com preço todas as vezes que remeter mercadorias para os centros, quer em comboios, quer por embarcação, e mensalmente fornecer os talões ou faturas em geral das compras, durante o mês, e de dois em dois meses fornecer contas correntes.
- e) viver sempre em harmonia com o gerente, trocando idéias, e fazer tudo quanto esteja a seu alcance para o engrandecimento da casa.
- f) tratar bem a todos e com o devido respeito, sem exceção de classe.
- g) zelas pelos interesses gerais da casa, porque do seu bem estar vêm o bem estar de todos que estão ligados a ela.
- h) cumprir e fazer cumprir este regulamento (Idem, pp. 232-233).

O guarda-livros é o responsável direto por fazer a contabilidade do seringueiro. Num sistema baseado na dívida “forjada”, o encarregado da escrita era o sujeito que, a mando do patrão, manipulava as contas dos seringueiros. O fato de a maioria dos seringueiros não saberem ler, escrever ou fazer contas, contribuiu para que tanto o patrão quanto o guarda-livros se aproveitassem da situação e aumentassem o valor das

mercadorias. É interessante que uma das funções do encarregado da escrita é explicar com calma a dívida do freguês e não se aborrecer.

Um outro funcionário do seringal era o responsável pelo barracão. Os deveres desse empregado eram os seguintes:

- a) trazer sempre limpas e asseadas as mercadorias.
- b) vigiar as mercadorias para que não haja falta, e que esta falta venha resultar em seu próprio prejuízo, tendo em conta que um empregado de balcão, relaxado, não pode satisfazer aos desejos da casa, muito menos aos seus próprios interesses.
- c) ser fiel nos pesos e medidas, e não impingir por boa, ao freguês, mercadoria que saiba ser de inferior qualidade, tendo em conta que a casa não precisa do freguês somente por uma vez, e que o homem deve ser honesto para merecer a confiança geral. Ter muito cuidado em suas notas ao remetê-las ao escritório, para que não haja engano que venha trazer reclamação, tendo em conta que o produtor perde dois ou três dias para vir do centro reclamar uma caixa de fósforos que lhe saia por engano a mais na sua conta, deixando de produzir muitas vezes, por este pequeno engano, borracha que lhe daria para comprar uma lata, ficando por este fato mal visto tanto o empregado do balcão como o guarda-livros que forneceu a nota, e por muitos são ainda considerados ladrões. Portanto é preciso a máxima atenção para não se enganar nem a favor nem contra a casa.
- d) tratar sempre ao freguês com bom humor e seriedade, como se estivesse num balcão que ele fosse forçado a comprar e precisasse atraí-lo com boas maneiras e atenciosamente, e nunca de ser a única casa que tem pra servir ao freguês, e por tal motivo não servi-lo bem e com carinho.
- e) ter em conta que o balcão é um lugar de muita responsabilidade e uma escola que elevado muitos homens de bem ao auge da grandeza. Por conseguinte o meu desejo é que imiteis aos que tem sabido se fazer no balcão, e para imitá-los basta somente o trato, a seriedade e todo o cuidado naquilo que esta a seu cargo.
- f) cumprir e fazer cumprir este regulamento para o seu bem e para o bem geral (idem, p.233).

A ética do trabalho proíbe que o funcionário do seringal seja um sujeito relaxado. O balconista deve ser atencioso; pois, se atrasar a produção de um seringueiro, fornecendo-lhe um produto trocado, ficará mal visto diante do patrão.

O autor do regulamento deixa escapar que o barracão possui o monopólio das mercadorias vendidas no seringal ao dizer que o balconista não deve abusar dos fregueses ao vender-lhes os produtos.

Além dessas três profissões citadas, o seringal ainda exigia mais uma meia dúzia de trabalhadores especializados que deveriam, pelo menos no período de abertura das estradas e montagem das colocações, se fazer presentes no barracão. Um deles é o comboeiro. Sua função:

- a) devem ter em consideração que o comboeiro é um homem de muita responsabilidade, porque tem a seus cuidados os interesses alheios. É o condutor dos meios de transporte nos seringais, e como tal precisa ser honesto e cuidadoso para que possa entregar o que recebe nas mesmas condições de conservamento em que recebeu. Muitas vezes o seu relaxamento pode ocasionar sérios prejuízos a terceiros, em razão do que deve se cuidadoso, trabalhador e sobretudo honesto. Como vive sempre em contato com as famílias deve ser também um homem respeitador para que tenham nele inteira confiança. Respeitar para poder ser respeitado.
- b) tratar bem os animais, não espanca-los, não carrega-los demais do que possam suportar para viajar folgadoamente. Só leva-los para viagem os necessários e que estejam em condições de viajar. Quando em viagem não devem dormir amarrados, e o comboeiro deve procurar alcançar sempre pontos de dormida, onde possam pernovernarem soltos. Não viajar mais de oito horas por dia, e viajar devagarinho para que o animal não se maltrate. Quando na margem, deve dar ração pela manhã e à tarde. As rações obedecerão aos seguintes horários: das 5 às 7 da manhã, terminada a ração de costume lava-los, curar alguma enfermidade que tenham, aparar cascos, quando seja preciso e solta-los. Junta-los novamente às 4 da tarde para dar-lhes nova ração, variada da ração que tiveram pela manhã (costuma-se dar cana à tarde).
- c) estando em viagem deve dar ração ao animal pela manhã e lava-lo à tarde.
- d) tratar com zelo e limpeza os arreios e ter constantemente prontos tantos quantos sejam precisos a cada animal, arreios estes que lhe serão entregues em condições de viajar, recebendo-os contados, e, quando já estragados, troca-los por outros, e não os tendo para a devida permuta, lhe serão debitados em conta.
- e) receber nas margens as mercadorias conferidas e entrega-las no centro nas mesmas condições que recebeu, sendo-lhes debitadas as que por falta de cuidado deixar de entregar.
- f) dar ciência ao gerente do ocorrido durante a viagem e de qualquer anormalidade que note nos centros entre os fregueses. Não contar histórias infundadas, que disso venha trazer qualquer desgosto entre os fregueses, ou a quem quer que seja.
- g) ter em consideração de que não pode dispor de animais a não ser para o serviço usual da casa. Mesmo em viagem e estando a tropa viajando descarregada, não pode fornecer animais a quem quer que seja para montada ou para carga e sobrecarga. Esta falta será punida com a multa de cem mil reis que lhe será debitada em c/c. Não obstante, poderá fornecer animais a qualquer pessoa que esteja doente e que precise transportar-se, mesmo que para isso seja preciso deixar cargas nos centros. (idem, p. 235).

Ao comboeiro ficava a responsabilidade de levar as mercadorias da margem até os centros. Aqui, o elemento que chama a atenção é a relação entre a beira ou margem e o centro. O comboeiro seria um desses mediadores entre estes dois pólos do seringal. A beira, considerada o lugar da “civilização”, onde as pessoas se reuniam em frente ao barracão para pegar as mercadorias e conversar um pouco. Na beira ficava a vila, lugar de trabalho leve, da “pesca”, por exemplo, do lazer; espaço onde a natureza é conhecida e controlada. O centro, lugar distante, espaço do trabalho pesado como a roça e a agricultura, era marcado pelo isolamento e por estar próximo à natureza incontrolável e perigosa. Neste sentido, o centro está diretamente em oposição à beira (VELHO, 1979, p.204; TEIXEIRA, 1999, p.116). Entre esses dois mundos encontra-se o comboeiro. Mais uma vez o regulamento ressalta que este deve ser honesto, trabalhador e, sobretudo, respeitador, pois ele está em contato direto com as famílias nos centros. Pelo tom do documento, parece que aquela imagem clássica do seringueiro morando sozinho no centro não se sustenta. A presença de mulheres nos seringais, principalmente a partir do momento de retração da venda da borracha, era uma constante (WOLFF, 1999).

Um outro mediador destes dois mundos, ocupante de uma posição de prestígio para o patrão seringalista e, com certeza, odiado pelos seringueiros fregueses é a dos fiscais de campo. Cabia ao fiscal:

- a) o fiscal do seringal, que pelo nome bem indica a confiança que merece, vivendo em contínuo contato com o produtor, é preciso ser um homem sério e de bem, trabalhador e honesto, tratando a todos com honestidade com imparcialidade em todos os seus atos para assim poder merecer a confiança que a casa lhe deposita;
- b) Tem o dever de fiscalizar todas as estradas e ver se estão trabalhadas de acordo com o regulamento de corte em vigor, e quando não estejam, chamar o dono da referida estrada mal trabalhada e ensinar-lhe, se preciso for, a forma de trabalhar bem e de acordo com o regulamento, avisando a casa dessa anormalidade. Fazer o mesmo pela segunda vez e suspender o produtor de seus trabalhos em caso de reincidência pela terceira vez, e neste caso deverá valorizar os prejuízos causados para que sejam cobrados pela casa. Havendo qualquer dúvida neste seu ato, irá ali o gerente do depósito que verificará a estrada em questão e fará valer ou não a multa aplicada;

- c) É dever do fiscal ensinar ao extrator a forma de corte e, quando preciso, ajuda-lo a melhorar a estrada, caso essa tenha menos de 150 árvores para que se verifique o aumento do leite;
- d) Avisar ao deposito de qualquer anormalidade que note pelos centros, quer seja com extratores ou com empregados;
- e) Cumprir e fazer cumprir fielmente este regulamento, e com especialidade o regulamento do corte, que deve com calma ensinar aos que não tenham ainda bastante prática (Idem, p. 235).

A imagem clássica, presente na literatura (CASTRO, 1950) é a do fiscal truculento. A “natureza de seu ofício”, o nível de subserviência ao patrão e talvez um desejo pelo poder o tenha tornado uma espécie de capataz do seringal. Andando quase sempre armado, o fiscal fazia o papel de capanga do patrão. Era responsável por reprimir com violência as atitudes contrárias dos seringueiros. Havia ainda os empregados de campo e os diaristas. Mais uma vez, a ética do trabalho, da honestidade e da obediência é mencionada pelo patrão.

Suas atividades eram basicamente;

- a) obedecer o horário;
- b) fazer o serviço que lhe for designado, com vontade e capricho, tendo em consideração que tudo o quanto se faz com má vontade não dá bom resultado, quer para quem o faz, quer para quem o manda fazer, e todo o homem bem intencionado deve procurar não prejudicar a quem quer que seja, quanto mais a quem lhe dá serviço, e que deste serviço resulta seu bem estar;
- c) respeitar a seis companheiros e trata-los bem para que não haja desgosto entre os companheiros de trabalho;
- d) fazer com a devida prudência qualquer reclamação que se julgue com direito, quando este lhe seja negado;
- e) respeitar as ordens recebidas dos seus chefes e procura-las executar, quando no mister de seu serviço;
- f) respeitar e fazer cumprir este regulamento (idem, p. 236).

O personagem mais importante no seringal era o extrator direto, ou seja, o seringueiro, freguês do patrão. O seringueiro era responsável por trabalhar em no mínimo duas estradas, o que perfazia a média de 150 seringueiras. Seus deveres eram os seguintes:

- a) viver em harmonia com todos, respeitando para ser respeitado;

- b) obedecer estritamente o regulamento do corte;
- c) trabalhar em borracha, cortando e colhendo as suas estradas em 4 dias na semana, notando que este trabalho lhe proporciona o seu bem e estar e agrada à casa, que é estabelecida para produzir borracha, contando tão somente com a sua cooperação que, falhando, falham também todos os cálculos e esperança que se tem numa certa produção, encarecendo deste modo a vida nos seringais, conseqüência prejudicial para si próprio e para quantos neles habitam. Deve ter em consideração que quando vem para os seringais e se coloca como extrator, é para produzir borracha. Se o seringueiro adotasse trabalhar quatro dias por semana em borracha, empregando o restante dos dias noutra mister, seria um homem rico;
- d) fazer borracha fina e de boa qualidade, e quando seja para ser transportada em animais não deve ter mais de 50 latas de leite, nem menos de 45. É preciso ter em conta que se rejeita a borracha que não for fina e de boa qualidade, e que só pode sair dos centros cortada a borracha que, a juízo do comboieiro, tiver mais de 65 quilos, e tendo também menos de 50 quilos prejudica a casas na condução, e o dever do bom extrator é zelar pelos interesses da casa onde vive, porque do engrandecimento dela depende o seu bem estar;
- e) fazer as suas transações somente com o depósito onde trabalha para engrandecimento deste, e não o fazer com outro depósito, mesmo que seja da mesma firma, muito menos com pessoas estranhas à casa. entretanto lhe é permitido, ao ir para os seringais, levar para o seu uso tudo que julgue conveniente, exceto bebidas alcoólicas que é terminantemente proibida nos seringais;
- f) fazer com calma e bom humor qualquer reclamação para que lhe seja atendida, ser for justa; esta pode ser dirigida por escrito ou verbal, que tendo de ser atendida, será. Levar ao conhecimento da gerencia do depósito, onde trabalhar, qualquer queixa que tenha a fazer de dúvidas entre companheiros, ou com qualquer empregado da casa, antes de tomar qualquer resolução, porque se lhe ouvirá, com toda atenção, e procurar-se-á resolver com o maior critério e dasapaixonadamente;
- g) trazer sempre limpas as suas estradas para que viva com prazer em seu trabalho que lhe proporciona o seu bem estar. Ter limpeza em sua casa, trazer tudo sempre bem limpo e asseado, porque sem asseio não pode haver saúde. Trabalhar em estradas que não vão além das suas forças, para que viva sempre com vontade de trabalhar diariamente, tendo sempre em conta que só se pode carregar a carga que não vai além de nossas forças. O bom extrator não é aquele que tira muito leite e sim aquele que tem o seu trabalho metodizado em condições de ir vê-lo sempre para o que precisa de saúde e vontade;
- h) não fazer negócio com a sua colocação, sem prévio consentimento do depósito onde trabalhar;
- i) pagar fielmente as suas dividas contraídas no depósito onde trabalha, porque isso não só lhe proporciona crédito e mais conceito, como garante a sua estadia no seringal por todo o tempo que lhe convenha nele permanecer;
- j) dirigir ao escritório central as suas reclamações por escrito, quando não forem atendidas no depósito onde trabalha, e que, a seu juízo, tenham deixado de servir espírito de perseguição ou para proteger a terceiros. (Idem, pp.236-237).

Além desta longa lista de dez itens, há uma extensa descrição do modo como o seringueiro deve proceder com o corte da árvore. A boa extração do látex, segundo o

regulamento, livraria o seringueiro do chicote do capataz. O procedimento técnico a ser adotado, visando maior produtividade é o seguinte:

Altura da arreação – 1,60 – 7 palmos mais ou menos.

Largura da arreação e raspagem – 17 centímetros de largura e outro tanto de comprimento, notando-se que a raspagem deve ser bem leve, de forma a não maltratar a árvore. Há seringais em que não se raspa, limpa-se apenas a madeira em vez de raspagem. Recomenda-se não parar de cortar a seringueira estando raspada, perdendo também o extrator o tempo que gastou na raspagem, e a seringueira aquela parte raspada que não produziu. Há extratores que começam raspando uma chave e terminam com dois palmos. Precisa evitar esta anormalidade, tendo máximo de cuidado de não alarguecer a raspagem na produção que vai baixando a arreação. Deve procurar trazer sempre a mesma largura com que principiou.

Comprimento do corte – 17 centímetros – uma chave mais ou menos.

Distância de um corte a outro – ½ centímetro, mais ou menos.

Distância das arreações- o espaço de uma arreação a outra, em volta da árvore, deve ser de 60 centímetros ou 3 palmos, mais ou menos. O produtor é obrigado a adotar este sistema acima explicado, salvo se apresentar sugestões de melhores resultados, sem danificar a seringueira que, neste caso, serão estudadas e, se aprovadas, aceitas para o regulamento geral (Idem, p. 239).

O extrator, ou freguês, categoria sócio-histórica que será analisada mais à frente, deveria cortar borracha pelo menos 4 dias na semana, o que nos leva a pensar, pelo menos para o período em que foi formulado o regulamento, ou seja, a década de 1930, que o extrator poderia trabalhar em uma roça nos finais de semana. Tal reflexão fundamenta-se nos apontamentos de vários autores que viram, a partir da crise da economia gumífera, o nascimento do “campesinato” na Amazônia (VELHO, 1979; TEXEIRA, 1980). No entanto, havia a recomendação de que se o seringueiro adotasse os dias restantes da semana para outro trabalho se tornaria um homem rico. Uma outra abertura, feita numa sessão posterior do mesmo regulamento, indicava que nos meses de janeiro, fevereiro, março até o dia 15 abril, o seringueiro poderia retirar-se para os trabalhos nos castanhais. No entanto, este deveria avisar o barracão com trinta dias de antecedência.

O discurso de que o seringueiro dependia somente de suas próprias forças para enriquecer se tornou, a partir da década de 1910, uma constante. A elite seringalista,

assim como os comerciantes encastelados na Associação Comercial do Amazonas apelaram para esse argumento.

O seringalista não admitia a produção de borracha que não fosse fina ou de boa qualidade e a mesma deveria pesar mais de 50 quilos para o bom andamento da casa. Esse mecanismo de controle, que regula até o peso da mercadoria, visa, sobretudo, que o seringueiro não misture areia ou pedras à borracha produzida, assim como não venha a comercializar com regatões ou outros barracões da proximidade.

Um outro ponto que chama atenção é que a bebida alcoólica aparece como expressamente proibida nos seringais. Tal restrição deve-se ao fato da cachaça ser bastante consumida nos seringais, mostra que certamente incomodava aos patrões. Possivelmente adquirida de “contrabando” com regatões, a cachaça é um elemento sempre presente nos relatos de trabalho de campo feito por pesquisadores que estiveram em áreas de seringais neste período.

Segundo o “Regulamento”, se o seringueiro adoecesse, ele mesmo era o culpado, pois não cuidou devidamente para manter tudo limpo e bem asseado. Como nos mostrou Alexandre Avelino (2004), usando os documentos da Associação Comercial do Amazonas (Aca), desde meados da década de 1910, a Associação Comercial chamava atenção para as condições de saúde nos seringais, apontando no seringueiro e sua falta de higiene o principal causador das doenças. Segundo a revista, “o trabalho de extração não é trabalho que dê febre. Muito pelo contrário, as doenças nascem da má alimentação, por beber água impura e, principalmente, pela falta de higiene, [pois] os rios não são doentes, mas os homens indolentes” (Revista da ACA, 10.09.1910, p. 03).

Ainda para o código disciplinador dos seringais, é dever do seringueiro pagar fielmente as suas contas se quiser manter-se no seringal com crédito e prestígio. Claro

que esse argumento da dívida que precisa ser paga, mesmo desconfiando do roubo do patrão, que aumenta o valor das mercadorias, encontrou eco (pelo menos num primeiro momento) entre os seringueiros, pois fazia parte dos valores morais que estes traziam do Nordeste. A honradez, a integridade e honestidade faziam parte de quadro de valores a ser seguidos. Segundo Airton Rocha, ao referir-se à condição do seringueiro diante da dívida:

o sentimento de moral, de 'honradez', o resignava e ele continuava trabalhando. Até hoje o seringueiro de origem nordestina tem este sentimento [...] Muitos desses valores foram 'enraizados' e vividos por gerações de seringueiros. A honradez, por exemplo, foi transmitida, incorporada como valor moral, por parcela significativa de seringueiros de origem nordestina. Muitos deles mesmo sabendo que estavam sendo de alguma forma 'roubados' nos barracões, não deixaram de trabalhar, em nome da 'moral' de horar com seus compromissos com os patrões (ROCHA, 1998, pp. 117-123).

O objetivo do patrão, ao utilizar o argumento da dívida, era reforçar ainda mais a moral da dívida que precisa ser paga, pois a honra do seringueiro estava acima de qualquer coisa. A disciplina a que estava submetido o seringueiro detalhava até a forma como este deveria proceder com o corte da seringueira.

Por último, o "Regulamento" trazia os deveres do dono da casa com o pessoal extrator dos seringais. Segundo o documento, cabia ao patrão:

- a) fornecer 3 estradas e elementos, quando seja preciso, para que o extrator possa produzir;
- b) ajuda-lo gratuitamente, quando entre a colocar-se, no preparo de sua casa, limpeza de estradas, etc., para que o freguês não comece atrasado, em condições de não poder pagar com brevidade;
- c) trata-lo em caso de doença, ou facilitar-lhe elementos para tal fim, se for necessário;
- d) entregar em sua casa as mercadorias e trazer os respectivos produtos, fazendo isso nos dias marcados de entrada do comboio para a linha de cada freguês;
- e) pagar pontualmente os saldos ao próprio extrator ou a família deste;
- f) fornecer-lhe mensalmente as faturas e c/correntes de 2 em dois 2 meses;
- g) atender as suas reclamações, quando seja, justas;
- h) dispensa-los dos seus serviços nos seringais, quando por três vezes tenham infringido o regulamento em vigor;

- i) respeita-lo e fazer com que os outros o respeitem. (Idem, pp. 239-240).

Após estas recomendações que o dono do seringal deveria seguir, há ainda, no documento analisado, uma conversa de Octávio Reis com o seu pessoal. Essa conversa enumera alguns pontos importantes que passamos a reproduzir;

- a) todos vocês que habitam os meus seringais sabem que tem em mim um amigo. Não é verdade? Vou lhes dizer o motivo. Para que sejam também meus amigos e da casa onde vivem, tomem em consideração de que quem trabalha numa casa onde imperam o respeito e o espírito de justiça, como na minha, só pode viver tranquilo, assim proceda bem;
- b) sabem muito bem quanto procuro interessar-me, por tudo que está ligado a sorte de vocês. Não é verdade? Vou lhes dar as razões: Compreendo que zelar pelo bem estar de todos vocês, vem refletir diretamente em meu próprio benefício. Dar-lhes-ei um exemplo. Suponhamos que eu estivesse viajando pelos seringais, sem levar rancho, e se fosse dar na casa de um de vocês, onde encontrasse tudo farto, e me fosse proporcionada alimentação boa, estaria eu certo, feliz. E de onde provinham estes meus momentos de satisfação? Da sua própria felicidade, do seu trabalho honesto e produtivo, do seu esforço para viver bem;
- c) todos vocês sabem que os não abandono na doença, mesmo que não tenha saldo. E sabem porque? Não é por caridade, porque quem vive em seringal não precisa de caridade, quando trabalha com o fim de viver independente. Faça-o porque o homem doente nada produz, é um inútil, e para que possa produzir os mando tratar;
- d) sabem que recebem seus saldos quando querem. Não é verdade? Faça isso com regularidade para manter o meu crédito perante vocês, que com essa confiança trabalham com gosto e sem receio. Agora desejo que todos vocês me imitem e não deixem de pagar-me quando me devam, porque isto depende o crédito de vocês em minha casa e a confiança que me possa inspirar;
- e) todos vocês sabem que conversam comigo em completa liberdade, como se estivessem falando a um seu colega. Explicar-lhe-ei o motivo: Considero que todo homem que trabalha honestamente, seja qual for a sua profissão, é merecedor do meu inteiro acatamento e respeito assim proceda bem;
- f) sabem vocês que tenho um movimento de transporte organizado, e que recebem suas mercadorias em suas próprias casas e em datas certas, seja de verão ou inverno. Não obstante essas mercadorias serem conduzidas por água, em lancha, e por terra, em costa de animais, vocês a recebem em perfeito estado de conservação ainda lhes dou o direito de devolverem-nas se não estiverem em condições. Sabem quanto isso me custa, e o prejuízo que me causam se o combóio regressa sem o produto correspondente? Devo dizer-lhes para que vocês façam uma idéia, e procurem evitar que isso aconteça. Para trazer a mercadoria de Manaus até a casa de vocês, e em perfeito estado, custa-me muita força de vontade e, sobretudo, muito dinheiro. E se ainda o combóio chega em suas casas e não encontra o produto para o devido pagamento, os prejuízos certos são estes: percas de tempo e gastos com comboios que fez a viagem para entrar e sair carregado; igualmente a lancha que levou a carga e também voltou vazia fez a mesma despesa como se tivesse vindo carregada. O meu

compromisso na praça também não foi atingido, porque falhou a quantidade de borracha com que eu contava de meus fregueses, e este eu considero o maior prejuízo, tanto para mim como para vocês, que deixam de ser servidos a contento na outra viagem de lancha, simplesmente porque se descuidaram de trabalhar o suficiente para o compromisso de vocês, e depois se queixam que a casa lhes serve mal. Digam com franqueza de quem é a culpa? Se tivessem o cuidado de nunca faltar com a borracha que podem produzir, dada a fertilidade de leite nos seringais, podia-se francamente contar com 250 litros mensais de cada homem. Agora, digam-me vocês se produzissem todos, mesmo 200 quilos mensais cada um, em que condições de fartura não viveriam?! E tudo haveria de sobra nos seringais. Eis a razão por que digo que do nosso esforço depende a nossa situação melhor. Portanto, tenham animo e trabalhem com a firme vontade de nunca sofrer necessidade. Tenho observado sempre, quando viajo pelos centros dos seringais, que há casas de seringueiros que são uma verdadeira riqueza, e outras que são uma lastimável vergonha. E por que isso? Porque aqueles são caprichosos e trabalham com cuidado, ao passo que estes são relaxados e pouco trabalham (Idem, pp. 240-241).

Percebemos que o seringalista deveria fornecer 3 estradas para cada seringueiro, além de lhe entregar as mercadorias iniciais para começar o trabalho de extração do látex. A preocupação central residia no pagamento que o extrator tinha que fazer ao patrão. Em vários momentos o documento chama atenção para que o seringueiro evite atrasar o envio de borracha e não deixe de produzi-la para o bom andamento dos negócios do seringalista.

A conversa com o *seu* pessoal é interessante, pois o patrão se coloca como um amigo, colega, quase um pai para os fregueses. A preocupação do patrão com os extratores é uma constante. Este deve zelar pelo bem estar de todos, inclusive cuidando daqueles que, sem saldo, acabam adoecendo. Claro que o objetivo geral, e isso o documento deixa bem evidente, é a produção da goma elástica.

Na relação de poder que se estabelece entre freguês e patrão, é preciso que o dono do barracão utilize mecanismos de controle sem apelar para a violência física. No discurso do bom patrão se esconde o desejo de mais produção. Foucault já havia sinalizado para a força produtora do poder. Para além de qualquer hipótese que reduz o poder à repressão e à força física (manifestações extremas das relações de poder, sua

forma explícita e desesperada), o que Foucault aponta é para esses mecanismos capilares que buscam produzir corpos dóceis visando maior eficácia no trabalho.

Nesse sentido, o poder não é apenas algo que castiga, proíbe e diz não, sua função básica é produzir dominação e não necessariamente repressão. Contra essa concepção negativa de poder, Foucault propõe uma visão positiva, que enxerga o poder como produtor de objetos, realidades e rituais de verdade. Esta positividade do poder volta-se para o corpo humano não para supliciá-lo ou mutilá-lo, mas para adestrá-lo e aprimorá-lo (FOUCAULT, 2002, pp. 117-192).

O patrão recorre a todo momento ao argumento de que o freguês é o único culpado pelo seu próprio fracasso. Em caso de punição, por parte do seringalista, este visa somente corrigir os erros praticados pelos seus empregados.

Silva Lara, no seu estudo sobre a escravidão nos campos do Goitacases, nos fala da dimensão simbólica do poder exercido pelos senhores contra seus escravos. Uma das condições primeiras para o exercício do poder senhorial é colocar-se como pai dos escravos. Tal como o pai, o senhor deveria aliar cuidado e castigo, fixando no escravo a culpa que este carrega. O senhor, assim como o patrão seringalista, esperava de seus escravos e fregueses fidelidade, obediência e trabalho assíduo. Segundo a autora, “esta dominação amorosa que tempera rigor e respeito não só acabava por reforçar os laços pessoais entre o senhor e seus escravos como também pretendia assegurar a convivência escrava ao exercício senhorial do poder” (LARA, 1988, p. 117).

Era preciso que os vários empregados do seringal (gerente do depósito, guarda-livros, empregados do balcão, comboeiros, fiscais, diaristas e extratores) trabalhassem para o bem da casa. O bom trabalhador deve zelar pelos interesses da casa onde vive, porque do engrandecimento dela depende o seu bem estar.

O poder simbólico e mais especificamente a violência simbólica, reside no reconhecimento da autoridade. No entanto, esse mesmo reconhecimento é fruto do desconhecimento da violência simbólica que o patrão exerce. A estratégia utilizada pelo seringalista (mandatário) que se apresenta modestamente e com ar de família, dissimula a usurpação do poder que ele exerce. É neste ponto que reside o que Pierre Bourdieu chama de *mistério do ministério*, ou seja, o patrão, ao anular-se a si mesmo em nome de seus trabalhadores acaba recorrendo à estratégia da abnegação impessoal. No entanto, segundo Bourdieu, não há nada mais profundo e destrutivo do que a abnegação pessoal. Ela faz com que o mandatário se torne o dono da verdade, pois este fala em nome do coletivo e dessa forma se torna necessário para a própria existência do grupo (BOURDIEU, 1984, pp.195- 197).

Uma outra forma de controle dos seringueiros foi buscada a partir da criação não só da Associação Comercial do Amazonas (ACA), mas também do *Club da Seringueira*. Estudando a construção do patronato amazonense no início do século Alexandre Avelino (2004), percebeu na documentação disponível na Associação Comercial do Amazonas (ACA), que os patrões procuraram se organizar, já na primeira década do século XX, para estabelecerem regulamentos, visando o maior controle dos seus empregados.

Analisando o discurso dos donos dos seringais, podemos perceber que o objetivo era construir uma imagem de bom patrão, ou de pai/patrão. O consenso, condição primeira para o perfeito andamento das coisas no seringal é todo tempo enfatizado, observa-se na citação:

O seringal é um pequeno mundo e o patrão é o único comerciante, é o sacerdote, é o governador...é o árbitro de todas as questões sociais que surgem entre o seu pessoal...de empresa industrial e comercial que é o seringal, transforma-se a sua população em uma grande

família, subordinada a um só chefe com interesses comuns. (Revista da ACA, 10.07.1914, p. 01-05).

Por este cenário, o seringueiro, conhecido como freguês, é quase sempre responsabilizado, não só pelo seu próprio fracasso, mas pelo péssimo andamento dos negócios do patrão. Muito mais que um “bode expiatório” para qualquer crise, era preciso reforçar no seringueiro a idéia de que somente um bom trabalhador é capaz de conquistar as coisas, informa na revista:

Uma população laboriosa é naturalmente abastada...se desejas que uma mudança se opere sem demora, começa mostrando ao seringueiro [extrator] que elle é somente escravo por que não quer ser Senhor. Lembrae-lhe que em contacto com os ricos que elle denomina patrão contraiu os mesmos gostos de dissipação e de luxo, dos quais deve emancipar-se incontinenti...quem sabe trabalhar e não se entrega a indolência, quem não conta três domingos por semana, tem sempre o necessário. (Revista da ACA, 05.09. p.1908.)

O rendimento da seringueira é penosamente reduzido pela falta absoluta de cuidado dos seringueiros [extrator] e pelo hábito quase universal de corta-la em V com um machadinho em lugar de empregarem o método hering bone que é actualmente quase universal nas plantações [da Ásia]. (Revista da ACA, 10.06.1913. p. 01-02).

A idéia era não só culpabilizar o seringueiro, mas lhes mostrar que era possível que ele se tornasse patrão. No entanto, este teria que adotar novos hábitos de trabalho. Como nos lembra Texeira (1980), o que está embutido nessa relação entre seringalista x seringueiro, ou patrão e freguês é a noção de relação contratual livre.

No discurso do seringalista, que argumentava sobre a liberdade do freguês para explorar o seringal, e de que este poderia, por sua própria conta e risco, tornar-se também um patrão, reside uma falácia, pois o patrão escamoteia as bases da relação. Segundo Texeira, não pode haver relação contratual livre num sistema onde o mecanismo da dívida (funcionando artificialmente e como instrumento destinado a perpetuar os vínculos de sujeição) articula o contrato (TEIXEIRA, 1980, p. 215).

O controle e a disciplina do trabalho nos seringais decorrem não somente da manipulação do tempo e do espaço, mas, sobretudo, a partir da dívida contraída pelo seringueiro. Segundo Teixeira:

Na verdade o núcleo da relação está aí: trocavam-se produtos por gêneros de consumo imediato ou de outra espécie. Só que essa troca possuía uma especificidade: era contabilizada a fim de que a dependência do trabalhador pudesse ser manipulada. Mas, de fato, o trabalhador nada trocava, apenas recebia uma espécie de remuneração (em gêneros) pelo que produzia e, quem sabe, pelo “direito” de viver no seringal [...] Por outro lado a dívida supõe a existência de uma desigualdade de valores e sua emergência resulta na impossibilidade de os contratantes obterem resultados iguais em relação aquilo que é trocado. Ora a dívida é possível nessas condições (TEIXEIRA, 1980, p. 243-244).

O regulamento do seringal contribuiu para cimentar a idéia de que a relação contratual era livre e igualitária. A ênfase nas relações patronais, apoiadas num certo paternalismo, é mais um fator que contribui para esconder, disfarçar e dissimular a relação.

Para Avelino (2004), a disseminação da idéia de pai/patrão é muito forte. Segundo este autor:

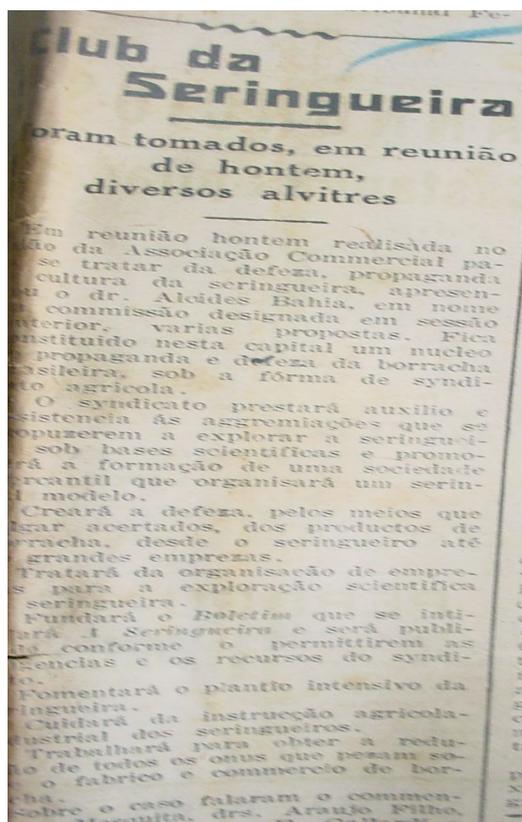
A política paternalista implica a deferência como norma. Deferência unidirecional, sempre do trabalhador a seu bem-feitor. Assim, a Revista da ACA sustenta que os trabalhadores deveriam se convencer de que o patrão, pela sua formação intelectual, experiência e (fato principal) pela sua posição social, estava habilitado a indicar o melhor caminho a seguir. Neste sentido, deveria existir sempre uma relação de trabalho harmoniosa, sem conflitos, o que possibilitaria que o trabalhador pudesse produzir mais e melhor, honrando seus compromissos. O patronato era, então, o “*guia natural*” no caminho que levaria toda a sociedade a superar as dificuldades que se apresentam no momento.

O patrão assume dessa maneira a imagem de pai, que cuidaria do trabalhador como um filho, educando-o, treinando-o e mostrando a ele o certo e o errado dentro das relações capitalistas de produção e no seu cotidiano – lazer, família, diversões. Assim como também o disciplina, como um pai que se preocupa em formar um cidadão, sensato e coerente, afastando-o dos vícios da vida mundana e principalmente das más influências que os sindicatos operários, em especial os revolucionários, fossem anarquistas, anarcossindicalistas ou comunistas. Estes, diz a Revista, contaminam a sociedade civilizada, de forma a corromper então seus filhos e levá-los para a promiscuidade (AVELINO, 2004, p. 28).

A própria constituição do *Club da Seringueira* revela o nível de articulação do patronato seringalista. O *Club* seria o espaço de discussão criado para divulgar as idéias e os interesses dos seringalistas, o qual funcionaria como um sindicato destinado à proteção, cultura e culto da árvore. Nas circulares do clube era clara e aberta a disseminação de métodos racionais para o cultivo, extração e produção de seringueiras (ACA, 1916, p.02).



nota 01



nota 02

Temos acima duas notas de dois jornais da cidade. Podemos perceber, no caso da nota 01, uma convocatória feita a todos os associados do sindicato agrícola a se fazerem presentes no *Club da Seringueira*. Tal notícia foi vinculada no dia 16 de maio de 1916, pelo jornal *O Tempo*, órgão do Partido Republicano Conservador e dirigido na época pelo Desembargador Agapito Pereira.

A segunda nota é do Jornal do Comércio e data do mês de abril de 1916. Administrado por J. Limaverde e dirigido pelo dr. Vicente Reis, o Jornal do Comércio vinha desde os anos iniciais do século XX configurando-se como um espaço múltiplo e contraditório, abrigando os interesses das elites e também dos menos abastados. No presente caso, podemos perceber uma articulação da elite visando a instauração de uma política de valorização da cultura da seringueira em bases racionais.

A criação do *club* marca o processo de construção de determinado seguimento da elite amazonense, ligada diretamente à exploração dos seringais e do sistema de aviamento. Se pensarmos em termos thompsonianos de que uma classe não é dada *a priori*, mas se constitui na própria luta, podemos notar que a preocupação com a crise que se abatia sobre a elite da borracha serviu como discurso aglutinador dos interesses e, dessa forma, contribui para a construção dessa elite que estava representada, sobretudo, na Associação Comercial do Amazonas.

No entanto, como nos alerta Avelino (2004), não podemos pensar que a classe patronal do estado estava unificada e coesa. Havia certas fraturas, e estas se mostravam nos projetos diferenciados para a economia do Estado. Se haviam aqueles que defendiam a exploração da borracha racionalizando o processo de produção, um outro grupo pedia o imediato abandono das atividades de extração do látex, pois acreditavam que somente a policultura salvaria economicamente a região (AVELINO, 2004, p.46).

Neste sentido, compreendemos porque, mesmo com todo o discurso de racionalização e abandono dos seringais, geralmente construídos por grupos de elite que estavam situados na capital, o modelo que prevaleceu até a bancarrota geral foi o da estrutura do aviamento.

Bárbara Weinstein (1993) percebeu que todo o discurso de modernização da produção encontrou uma série resistência nas elites seringalistas do interior, juntamente

com toda teia de aviadores, e este foi, com certeza, segundo a autora, um dos fatores que contribuíram grandemente para a decadência dos seringais, como podemos apreciar:

Para compreender o impacto limitado do negócio da borracha sobre a economia amazônica, sustentarei que se deve, primeiro, examinar as relações de produção e de troca que definiam a economia regional e as forças que impediam toda e qualquer tentativa de transformações de tais relações [...] Contudo, uma discussão sobre a acumulação de capital só trará alguma luz quando colocada dentro do contexto de relações sociais regionais e dos conflitos da classe correntes. Como os próprio investidores estrangeiros descobriram, até mesmo as tentativas mais vigorosamente financiadas de transformar a produção da borracha e pô-la em bases mais “capitalistas” tinham de lutar contra a resistência interna, tanto dos seringueiros que produziam a mercadoria para a exportação, quanto dos intermediários que a comercializavam localmente. Essa resistência nunca chegou a assumir a forma dramática de levantes rurais ou de movimentos nacionalistas mas, ainda assim, contribuiu para traçar os contornos da economia amazônica. E por diversas vezes obrigou esses homens de negocio estrangeiro a modificar suas expectativas em respostas as pressões locais (WEINSTEIN, 1993, p. 16-17).

A pesquisadora americana alerta-nos para o fato de que muito mais do que atrelada há um determinismo exterior, havia uma dinâmica interna da economia local, uma vez que essa mesma dinâmica local pode ser pensada nos termos propostos por Milton Santos, quando este trabalha a força do lugar como fator que influencia diretamente nos projetos e propostas construídas exteriormente. Nas palavras de Santos,

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre a organização e espontaneidade (SANTOS, 2004, p. 322).

É neste lugar que os vários projetos da elite, ou das elites, entravam em conflito. O discurso, muitas vezes contraditório e disperso, escamoteava, no fundo, os vários jogos de interesses, quase sempre momentâneos, tramados pelos setores dominantes.

Mais uma vez recorreremos à Avelino (2004), para compreendermos o campo de formação da elite amazonense, suas contradições e seus embates, principalmente no que

tange ao papel desempenhado pela Associação Comercial do Amazonas. Para este autor:

Ao enfatizar a harmonia e a solidariedade interna à classe patronal no Estado, com um discurso unicista que ia ao encontro das aspirações da sociedade, que de resto buscava apresentar a ACA como o único e legítimo órgão de defesa dos interesses patronais, a burguesia comercial amazonense acabou se distanciando dos outros segmentos patronais, em especial dos donos de seringais e dos aviadores (AVELINO, 2004, p. 46).

Acreditamos que é justamente neste contexto, marcado pela crise e pelo enfraquecimento crescente dos seringalistas e aviadores, que o sindicato agrícola busca organizar-se com a criação do *Club*.

Os idos de 1916 já marcam uma aguda crise da economia gumífera, daí o objetivo da elite buscar novas formas de produção da borracha. Ainda em 1910, esta mesma elite se reuniu em um *Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* para discutir a política econômica para a racionalização da exploração da borracha.

Os donos dos seringais, juntamente com os aviadores, buscaram a todo momento, construir mecanismos de controle da mão-de-obra. Para isso fundaram sindicatos e estabeleceram regulamentos extremamente disciplinadores.

Mapeando alguns seringalistas e aviadores do rio Madeira, percebemos que estes conseguiram organizar grandes redes de controle e vigilância no interior da província. A história de um desses grandes comerciantes pode nos ajudar a compreender a estrutura e o estabelecimento desses seringais.

Nascido na cidade de Ceuta, território espanhol, no ano de 1850, Isaac Barros Levy chegou a Manaus em 1870. Judeu Marroquino de origem, Isaac Barros trabalhou inicialmente em casas comerciais da cidade de Manaus, indo posteriormente trabalhar no interior do estado como regatão (BENCHIMOL, 1994).

Após alguns anos de trabalho como regatão, Isaac Barros conseguiu comprar o seringal Remanso no rio Madeira. Ainda nos anos oitenta, funda na cidade de Manaus a casa comercial Barros & Levy. Nos últimos anos do século XIX, Isaac e seu sobrinho Samuel José Levy, também de Ceuta, abriram a casa comercial B. Levy & Cia.

Considerada uma das maiores casas comerciais do Estado, a firma B. Levy & Cia possuía inúmeros seringais no rio Madeira. Em termos comparativos o poder destes comerciantes para a área do rio Madeira era equivalente ao domínio da firma J.G. de Araújo para a região do rio Negro.

Samuel Benchimol nos indica, citando documentos da Associação Comercial do Amazonas, o quanto a firma B. Levy & Cia cresceu nos anos de apogeu da economia da borracha.

Quadro 2

Ano	Kilo	Valor exportação em libras esterlinas da época
1909	572.910	277.288
1910	522.542	342.265
1911	572.485	235.863
1912	834.541	317.125
1913	830.467	236.683
1914	1.190.642	245.272
1915	1.099.772	219.954
1916	888.242	213.178
Total	6.511.601	2.087.628

Fonte: ACA *apud* BENCHIMOL, 1994, p. 19

O crescimento da firma citada, apontado no quadro acima, deve-se a múltiplos fatores dentre os quais podemos enumerar o intenso controle dos seus seringais, principalmente os do rio Madeira, rio Machado e rio Jamary, para onde, segundo o próprio Samuel Benchimol, a firma mantinha uma linha própria de navegação, através do vapor rio Jamary, que fazia duas viagens por semana para a área (BENCHIMOL, 1994, p. 19).

Não se pode esconder o fato de que esta empresa seringalista explorou fortemente seus aviados por todos os seringais da região. Muitos destes foram conquistados à base da força, utilizando métodos rudes e violentos.

O império dos B. Levy era incalculável. Segundo Benchimol, estes possuíam nada mais, nada menos do que 309 seringais, além de outros tantos castanhais, um acervo considerável de imóveis, casas e outros bens materiais (BENCHIMOL, 1994, p. 24).

Com o desmantelamento da empresa seringalista, já na década de 1940, essas áreas de seringais foram vendidas a preços baixíssimos para pecuaristas e madeireiros vindos do sul e sudeste do país. Vejamos a relação de alguns seringais deixados por B. Levy & Cia quando da falência da firma.

Quadro 3

Nome do Seringal	Localização: Município ou rio	Ano de Aquisição	Áreas em hectares
Reverso	Humaitá	1921	828
Três de Julho	Humaitá	1925	2.270
São João	Humaitá	1926	1.824
Mata Fome	Humaitá	1926	2.001
Esperança	Humaitá	1926	2.601
Sorveira	Humaitá	1922	4.984
Bom Retiro	Humaitá	1922	3.865
Mudança	Humaitá	1922	4.900
Repartimento 1o.	Humaitá	1921	2.457
Repartimento 2o.	Humaitá	1921	2.399
Barra do Meio 1º.	Humaitá	1921	2.429
Barra do Meio 2º.	Humaitá	1921	1.320
Fortaleza 1º.	Humaitá	1921	2.438
Fortaleza 2º.	Humaitá	1921	2.459
São Joaquim 1º.	Humaitá	1921	2.462
São Joaquim 2º.	Humaitá	1921	2.475
Livramento	Humaitá	1936	11
Retiro do Livramento	Humaitá	1936	22
Terra Preta	Humaitá	1919	1.059
Paissandu	Manicoré	1941	1.500
Mirary/Santo Antony	Humaitá	-	46
Bemfica	Humaitá	1926	2.032
Porto Alegre	Humaitá	-	1.000
São João	Manicoré	1941	1.800
Ilha do Tabaqui	Humaitá	1940	248

Castanhal Anádia	Humaitá	-	1.500
Cupim	Manicoré	1926	525
São Vicente	Humaitá	1937	1.000
Victoria	Rio Juruá	1936	2.100
Victoria 1°.	Rio Juruá	1936	2.857
Santo Antonio	Rio Juruá	1936	1.713
Santo Antonio 1°.	Rio Juruá	1936	2.477
Ilha Madeira	Jacy-Paraná	1925	4.826
Ilha Nicteroy	Jacy-Paraná	1925	2.204
Carmen	Jacy-Paraná	1925	3.575
União de Baixo	Jacy-Paraná	1925	3.712
Nazareth	Jacy-Paraná	1925	3.587
Consuelo	Jacy-Paraná	1925	14.063
São Raymundo	Jacy-Paraná	1925	3.507
Victoria	Jacy-Paraná	1925	3.330
União de Cima	Jacy-Paraná	1925	3.318
Tira-Fogo	Jacy-Paraná	1925	3.375
Água Azul	Jacy-Paraná	1925	3.304
Pedras	Jacy-Paraná	1925	3.304
Ordem	Jacy-Paraná	1925	6.670
Lealdade	Jacy-Paraná	1925	4.606
Conceição	Jacy-Paraná	1925	3.557
Estrela	Jacy-Paraná	1925	4.066
Progresso	Jacy-Paraná	1925	3.557
Fé em Deus	Jacy-Paraná	1925	3.927
Lontras	Jacy-Paraná	1925	3.978
Vai quem quer	Jacy-Paraná	1925	4.229
Mata escura	Jacy-Paraná	1925	3.701
Campina	Jacy-Paraná	1925	3.639
Martiniano da Silva - 48 lotes de 450 hectares	Jacy-Paraná	1925	21.600
São João	Jacy-Paraná	1924	-
Boa Vista	Santo Antonio	1917	-
União - 60 lotes c/ 450 há cada	Santo Antonio	1923	-
São Domingos Vida Nova - 20 lotes com terras de seringa com 450 há cada	Jacy-Paraná	1929	9.000
48 lotes com terras de seringa com 450 há cada	Jacy-Paraná	1917	21.600
Pedra Abismo/Oriental/Cacoal	Jacy-Paraná	1937	-
17 lotes de terras situados no Planalto Central de Goiás	Planaltina	1928	-
Total = 309 seringais			Hectares 208.863

ACA *apud* Benchimol, 1994, p.24,25,26.

Percebemos que a maioria dos seringais estão situados no rio Madeira e que foram adquiridos a partir de 1915. Possivelmente foram seringais devolvidos por seringalistas endividados com a empresa B. Levy & Cia.

Consultando os livros de Decisões e Julgados do Tribunal de Justiça do Amazonas é nítido o processo de aquisição de seringais pela firma B. Levy & Cia. Na maioria dos casos o seringal era adquirido na justiça.

Uma das mais longas brigas na justiça por posse de seringais se deu com a família Chaves, de 1918 até o final da década de 1930. Este litígio envolveu várias gerações dos Chaves, que entraram na justiça contra os espólios dos B. Levy & Cia.

No ano de 1918, Antonio Chaves entrou com uma apelação comercial contra B. Levy & Cia, pois estes últimos reivindicavam a posse de seus seringais e castanhais no município de Humaitá. No caso específico, a propriedade estava dividida entre a família de Antonio Chaves e a família do senhor Hermínio Cuellar.

A família de Hermínio Cuellar hipotecou doze seringais aos B. Levy & Cia, no entanto, esta firma queria incluir os castanhais, a casa de moradia, barracas e mais propriedades pertencentes a Antonio Chaves.

No presente caso, a justiça acatou o pedido de Antonio Chaves por entender que os castanhais e outros bens alegados pelo apelante constituíam propriedade distinta e separada do que foi hipotecada por Hermínio Cuellar (LDJJA, 1918, p. 306)⁶.

Três anos depois, em 1921, a firma faz uma nova investida contra os seringais e castanhais da família Chaves. Num pedido de agravo à justiça de Humaitá, a firma aviadora exige que João Evangelista Chaves, Adélia Lideman Chaves e Antonio Chaves Filho, parentes de Antonio Chaves, entreguem os lotes de terra “Barraca do Meio,

⁶ Quando nos referirmos aos Livros de Decisões e Julgados da Justiça do Amazonas, utilizaremos a seguinte abreviação: LDJJA.

Repartição, Reverso, Bom Retiro, São Joaquim, Mudança, Fortaleza e Sorveira” todos situados em Humaitá e que são ricos em castanhais.

Os filhos de Antonio Chaves defendem-se dizendo que possuem aqueles seringais e castanhais por herança e por exploração feita e que tiveram reconhecimento do Governo do Estado através da demarcação do Engenheiro Camillo Lellis Monteiro (LDJJA, 1921, p. 316).

A firma B. Levy & Cia alegou que o engenheiro Erasmo Gnone também trabalhou demarcando essas terras e que elas faziam parte da empresa seringalista. O que se seguiu foi um conflito de jurisdição, pois a família Chaves solicitou do juiz municipal de Humaitá uma interdição proibindo o esbulho da firma aviadora. No entanto, o caso foi encaminhado para a cidade de Manaus, contando com a interferência de vários juizes da capital.

Independente do resultado do agravo, o documento revela como os sujeitos diferenciados recorreram a instâncias também diferentes, exigindo direitos que acreditavam possuir. Parece-nos que a manobra de transferir o conflito jurídico para Manaus poderia favorecer diretamente a citada firma aviadora, porém nem sempre, e parece ter sido esse o presente caso, aquele que apresenta maior poder econômico obtém somente resultados favoráveis.

Em 1926, Roman Chavez e sua mulher Rachel Ortiz Chavez entraram na justiça com o pedido de agravo contra o esbulho de dois seringais em Manicoré. Os lugares Sant’Ana e Suspiro foram tomados pela firma B. Levy & Cia.

Roman Chavez, filho de Antonio Chavez e, possivelmente, parente de Ricardo Chavez, pois segundo Waren Dean este último “estivera envolvido no comércio de borracha como ‘patrão”, isto é, um intermediário que dava adiantamentos a seringueiros, descera o rio Madeira com duzentos índios da tribo Moxo e se estabelecera

num lugar chamado Carapanatuba” (DEAN,1989, p.40). Chavez pedia na justiça a restituição de posse, pois alegava abuso por parte da firma citada. No entanto, o pedido feito à justiça era todo tempo negado por falta de provas do esbulho. Os B. Levy & Cia ainda alegavam que a família de Roman Chavez usara da violência quando da transferência da posse dos referidos seringais. Segundo o documento, foi necessário o uso da força policial para fazer com que a firma tomasse posse dos seringais.

Alguns anos mais tarde, o embate judicial ainda se arrastava. No documento, longo e confuso, de 1928, a família Chavez alega que o lugar denominado de Carapanatuba (comarca de Manicoré) não havia sido incluído na hipoteca feita de seus bens poucos anos antes.

Devendo à firma B. Levy & Cia, a quantia de 136:000\$000 os Chavez haviam dado, para quitação da dívida, seus seringais com todas as plantações e benfeitorias. A dação dos bens correspondiam aos imóveis: lugar SantAnna, à margem esquerda do rio Madeira, município de Manicoré, com uma área de 13.775.00 metros quadrados e um perímetro de 22.310 metros lineares, limitando-se ao sul, com a margem esquerda do rio Madeira, com 4.800 metros de extensão do primeiro marco de “Carará” que é o segundo de SantAnna ao primeiro de SantAnna, a este, com terras do Carará de Antonio Chavez, com 7.240 metros de linhas quadradas, do segundo marco ao terceiro SantAnna e do primeiro ao quarto Carará, a oeste, com terras devolutas, com 6.470 metros. Este lugar possuía seringais, plantações e outras benfeitorias achando-se as terras registradas segundo título definitivo expedido pelo governador do Estado do Amazonas em 13 de dezembro de 1893 (LDJJA, 1928, p. 510).

O segundo seringal hipotecado chamava-se Suspiro. Situado no mesmo município, possuía uma área de 17.257.500 metros quadrados e um perímetro de 28.970 metros lineares, a começar do segundo marco, que é o terceiro do lote de SantAnna e o

quarto de Carará. Em Suspiro havia seringais, plantações e outras benfeitorias registradas pelo governador do Estado do Amazonas, em 31 de dezembro de 1893 (LDJJA, 1928, p. 511).

A dação dos imóveis à firma B. Levy & Cia foi realizada em 24 de novembro de 1925, sendo que a mesma permitira a Roman Chavez permanecer trabalhando no lugar até 30 de dezembro daquele ano, com prazo máximo para eles se retirarem da localidade se estendendo até o dia 25 de fevereiro de 1926. Faltando dez dias para terminar o prazo a firma B. Levy & Cia entrou na justiça contra a família de Roman Chavez alegando espoliação. Segundo a firma aviadora, a família Chavez estaria se negando a deixar o lugar, quebrando o combinado (LDJJA, 1928, p. 512).

Os oficiais de justiça do município de Manicoré, diante do mandado expedido pelo juiz daquela localidade, foram, juntamente com força armada, restituir a posse da empresa seringalista. Roman Chavez e sua mulher alegaram, ao juiz, que não havia motivo de tal ação, pois eles não se opunham a entregar os bens, apenas reivindicavam o lugar Carapanatuba, que não estava na lista de dação.

O parecer do juiz do Supremo Tribunal foi de que a firma B. Levy & Cia não poderia ter dado entrada no pedido de esbulho sem oferecer provas, já que ainda não se completara os 90 dias cedidos a Roman e Rachel Chavez permanecerem em SantAnna. Ainda, segundo o juiz, os oficiais de justiça de Manicoré agiram de má fé e criminalidade, sendo culpados de esbulho violento e com força armada o juiz de Manicoré por tirar a posse do verdadeiro dono, a família Chavez, que foi forçada a abandonar o lugar onde residia.

Para o juiz do Supremo, o esbulho alegado e não comprovado era uma farsa para se apropriar do lugar Carapanatuba, que não fora dado em pagamento. A violência do

esbulho fora cometida pela firma aviadora, que arquitetou um plano para produzir os despejos dos Chavez e locupletar-se de bens que não entraram na dação.

O juiz convocou as testemunhas para falarem sobre o caso em litígio. Das três pessoas convocadas, duas eram empregadas da prefeitura de Manicoré e disseram que desconheciam o esbulho alegado pela firma aviadora. A terceira testemunha, que morava longe dali e fora convocada de última hora, alegou que os B. Levy não haviam cometido violência alguma (LDJJA, 1928, p. 516).

Mais uma vez, a declaração das testemunhas desautorizava a atitude dos oficiais de justiça Antonio Olympio Ribeiro e Roque da Silva Pinto, que foram severamente repreendidos pelo juiz do Supremo Tribunal, assim como o juiz de Manicoré que parecia não ter a prática de julgar, pois não atentou para o prazo de vencimento do acordo para a saída dos Chavez, que ainda não havia vencido, e para a verdadeira alegação de esbulho por parte dos B. Levy (LDJJA, 1928, p. 518).

O posicionamento do juiz do Supremo Tribunal foi a favor de Roman Chavez e sua esposa Rachel Chavez. A firma B. Levy, não conformada com a sentença, recorre da decisão do juiz. Casos como estes nos ajudam a pensar como poderosas empresas aviadoras amargaram derrotas no poder judiciário. Claro que a família Chavez era uma das mais poderosas da região, embora tenham entrado em decadência com a crise da economia gomífera, ainda tinham posses (seringais, plantações e benfeitorias), e sustentavam certo prestígio (se a indicação de Dean estiver correta) na cidade de Manicoré.

Podemos perceber, a partir desses casos, que a principal forma encontrada pela firma B. Levy & Cia para adquirir seringais foi através do pagamento de dívidas, dos antigos seringalistas, contraídas durante os anos de crise de extração do látex. Se atentarmos para o quadro de seringais da firma, perceberemos que a maioria dos 309

seringais foi adquirida, na década de 1920, num período de retração da economia gumífera.

Um outro dado interessante é a indicação de que nos lugares em litígio havia não só seringais, mais também plantações. A historiografia aponta, de forma geral, que a partir da crise de 1912, e principalmente na década de 1920, inicia-se a formação de um “campesinato” na Amazônia. Os seringueiros são obrigados, pelas complicadas condições de vida, a cultivarem uma roça para diminuir a dependência com as casas aviadoras (DEAN, 1989, p.79; VELHO, 1979, p. 193).

Nesse contexto, a elite amazonense, sempre múltipla e contraditória, buscou formas de coesão visando o controle dos seringais. Um bom exemplo disso é criação da Associação Comercial do Amazonas. Dirigida durante muitos anos por seringalistas como Raphael Benoliel, que na presidência da ACA articulou, negociou e beneficiou os projetos dos grandes seringalistas e comerciantes do estado. A Associação Comercial configurou-se como um dos espaços privilegiados de atuação de grandes seringalistas, segundo Samuel Benchimol,

A liderança do diretor Raphael Benoliel era grande perante seus aviados do interior, junto ao grande comércio de Manaus e, no exterior, o seu nome impunha respeito e admiração. Desde 1906 foi escolhido pela Associação Comercial do Amazonas para integrar a sua Diretoria e, por diversas vezes assumiu a Presidência da entidade entre 1914 e 1915. Em virtude de seu talento, como negociador e diplomata, falando fluentemente francês e inglês, foi distinguido pelos seus pares para representar a Associação Comercial e o Estado do Amazonas nas diversas exposições internacionais de Nova York, Paris e Londres (BENCHIMOL, 1994, p. 29).

É importante salientar que toda utilização, por parte da elite, do aparato burocrático e estatal encontrou as mais variadas formas de resistência. Acompanhamos acima, a forma como antigos seringalistas resistiram ao processo de espoliação de seus bens implementado pela firma B Levy & Cia. Eles recorriam, na maioria das vezes, ao tribunal de 2ª instância, pois era aí que residia a possibilidade de que tivessem êxito.

O que nos interessa, a partir de agora, é perceber as modalidades de resistência, sejam elas nos tribunais, sejam elas de forma explícita, materializada na violência física e, principalmente, a resistência ao nível do simbólico, constituinte da estrutura do cotidiano dos seringueiros.

Referências

OBRAS CITADAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FNJ, Massangana/ São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Moacir. *Tipos e Utilidades dos Veículos de Transportes Fluviais do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

AVELINO, Alexandre. *O Patronato Amazonense no Mundo do Trabalho em Manaus (1908-1919)*. Manaus: 2004 (Monografia de Final de Curso).

BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

_____. *Manaus - Memória Empresarial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Universidade do Amazonas/Associação Comercial, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
Janeiro: Brasiliense, 1984.

CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 34ª. ed. Guimarães Editores, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro, Edição Graal, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2001.

COSTA, Francisca Deusa da Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: Trabablhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. São Paulo: PUC, 1997 –
Dissertação de Mestrado.

- COSTA, Hideraldo Lima da. *Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: discurso dos viajantes- século XIX*. São Paulo: PUC, 1995. Mestrado em História.
- COUTINHO, João Martins da Silva. *Relatório sobre alguns lugares da Província do Amazonas especialmente do rio Madeira*. Manaus: Codeama / IGHA, 1986.
- CUNHA, Euclides da. *Amazônia: um paraíso perdido*. 3ª ed. Manaus: Valer, 2003.
- DAOU, Ana Maria Lima. *A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”:* *Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na Virada do século XX*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 1998.
- DAVIDSON, David M. *“Rivers and Empires: The Madeira Route and the Incorporation of the Brazilian Far West, 1737-1808*, Ph.D. diss, Yale Univ. 1970.
- DEAN, Waren. *A Luta da Borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- DIAS, Edinéa. *A Ilusão do Fausto. Manaus. 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis- R.J, Vozes, 2002.
- _____. *Estratégia, Poder- Saber. Ditos e escritos vol. IV*. Manoel Barros da Motta (Org). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem Fantasma: A Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GAMA ABREU, José Coelho da, Barão de Marajó. *As regiões Amazônicas: estudo chorográfico dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. 2ª. ed. Belém – SECULT, 1992.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LCT, 1988.
- HOBBSBAWM, Éric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LA CONDAMINE, Charles Marie. *Viagem pelo Amazonas (1743-1745)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- MARTINELO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “*O Nosso Governo*”: *Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- PANTOJA, Mariana. *Os Milton: Cem anos de História nos Seringais*. Recife: Massagana, 2004.
- REIS, Arthur Cezar. *O Seringal e o Seringueiro*. 2^a ed. revista. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1997.
- ROCHA, Ayrton Chaves da. *Trabalho e Dominação nos Seringais do Acre*. São Paulo: PUC- Dissertação de Mestrado, 1998.
- SAID, Eduardo. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras 1990.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquia sociais em Manaus: 1849-1880*. Niterói, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus: Edua, 2002.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo: T.^a Queiroz, 1980.
- SMITH, Anthony. *Os Conquistadores do Amazonas. Quatro Séculos de Exploração e Aventura no Maior Rio do Mundo*. São Paulo: Best Seller, 1990.
- TEIXEIRA, Carlos Correa. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1980.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- VIEIRA, Fabrício dos Santos. *Assaltos e Escaramuças: Resistência indígena na Província do Amazonas*. Manaus, 2004. Monografia de Final de curso.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica*. 3^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec – USP, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E CAPÍTULOS DE LIVROS CITADOS

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços: In: SILVA, Marcos (Org). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: *Coisas Ditas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

CORREA, Roberto Lobato. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Relação circunstanciada do rio Madeira e seus territórios. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Congresso Nacional de Geografia, 1954.

JORDÁN, Pilar Garcia. En el corazón de las tinieblas del Putumayo, 1890-1932. Fronteras, caucho, mano de obra indígena e misiones católicas em la nacionalización de la Amazonía. *Revista de Índias*, Madri, LXI (223):591-616, septiembre-diciembre, 2001.

MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder- Saber. Ditos e escritos vol. IV*. Manoel Barros da Motta (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da fronteira Amazônia no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1979, v 10, p. 101-110.

_____. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. *Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 4 (1):47-77, abril. 1998.

SILVA, Vera Alice. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos (Org). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1998.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930). In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira vol. III O Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1992.

Cap. 3 - Heterotopias: Construindo Espaços de Resistência

Aconteceu numa “comunidade” do interior de Humaitá. Era mais uma noite quente do mês de junho; o lugar, conhecido como “lago comprido”, próximo ao igarapé três casas, a noite estava agitada para os festejos de São João. Muitos seringueiros saíam de suas colocações para brincar nos tradicionais bailes de junho. O seringalista Francisco Gomes dos Santos resolveu, naquela noite agradável, dar uma volta com a família para apreciar a festa do barracão próximo de sua casa. Francisco Gomes convidou alguns aviados seus para andarem um pouco, tomarem uma cachaça, afinal de contas o período de trabalho duro estava para começar, pois havia terminado o período de chuvas. No momento em que a festa estava começando, alguns deram a idéia de saldarem a São João com tiros de rifle para o alto. Neste momento, Francisco Gomes pede a um aviado seu, de nome Antonio Severino da Silva, para que este fosse até o barracão pegar um rifle, pois queria participar da saudação ao santo. Severino não se negou a tal tarefa, foi até a casa do patrão buscar o rifle. Quando se aproximou de seu

patrão não titubeou, engatilhou a arma e apontou para o mesmo atingindo-lhe um tiro certo na testa, matando-o instantaneamente.

Após o episódio, a nota no jornal informou somente que não havia rixa entre Severino e seu patrão, e que este morreu deixando a esposa e filhos (HUMAYTHAENSE, Humaitá, 30 de junho de 1907).

O assassinato do patrão à queima roupa, no contexto da festa, fora talvez a única oportunidade do seringueiro para acertar as contas com o seringalista, já que este se encontrava longe de seus capangas armados. Antonio Severino da Silva, cansado de ser humilhado, não via a hora de retribuir os anos de sofrimento e exploração praticada pelo seu patrão arrivista, então para Severino este seria o seu dia de festa.

Com certeza este não foi apenas um caso isolado nos seringais do rio Madeira. Embora o jornal não forneça dados suficientes para uma análise apurada, podemos captar nesses pequenos e importantes atos de resistência, um sujeito que, mesmo diante de todas as adversidades, encontra forças para fazer frente aos desmandos de seu patrão.

Não sabemos “exatamente” o motivo do assassinato, talvez uma desavença no cotidiano de trabalho, um rancor guardado que encontrou espaço para emergir e se concretizar no ato de violência física; ou tenha vindo a lembrança dos anos de trabalho e humilhação sofridas no seringal.

Pior do que não conhecer os motivos do crime é inferir, a partir deste ato de rebeldia do cotidiano, uma explicação baseada em atos espasmódicos, uma pura reação de vingança de alguém que, sem explicação mínima e por puro desejo de sangue resolve matar. Pensar dessa forma despolitiza as relações sociais e desqualifica as dimensões que podem tomar as resistências elaboradas pelos sujeitos.

No jornal Humaythaense de 28 de março de 1909, podemos ler o despacho do “Juiz de Direito da Comarca de Humaitá, Dr. Juventino Lins Themudo” contra o

recurso do advogado Luiz Nogueira Bezerra, que solicitava a soltura de alguns seringueiros acusados de furto de borracha.

A nota do jornal dizia que nos seringais União e Victória, pertencentes a Fidel Claire Bacca, ocorrera um grande furto de borracha, praticada pelos aviados Avelino Veloso, Bernardo Rocha, Bemvindo Ramos, Antonio Galdino de Oliveira e Joaquim Benedicto Pires, todos empregados nos seringais de seu Fidel Bacca.

A borracha desviada furtivamente, continua a nota, foi vendida a Antonio Xavier da Fonseca, comerciante no alto Madeira. Para o juiz municipal, os seringueiros citados cometeram o crime de furto, pois subtraíram e se apropriaram de coisa alheia móvel, contra a vontade do respectivo dono, que no caso é Fidel Bacca, patrão e aviador dos seringais onde a borracha foi subtraída e vendida (HUMAYTHAENSE, Humaitá, domingo, 28 de março de 1900).

O valor da borracha vendida a Antonio Xavier da Fonseca ultrapassava a quantia de duzentos mil réis. Acusado como cúmplice do caso, Antonio Xavier acabou sendo inocentado pelo juiz, pois este entendeu que não houve prévia negociação entre os seringueiros e o comerciante. Os seringueiros continuaram presos, já o comerciante, provavelmente um regatão de médio porte da região, acabou sendo posto em liberdade.

Classificado, segundo o Código Penal de 1890, como crime contra a propriedade, o furto (subtrair, para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade de seu dono - artigo 330), podia levar, dependendo do valor do objeto furtado, de um mês a três anos de prisão (FAUSTO, 2001, p. 143).

Neste contexto, o furto deve ser entendido como uma forma de resistência elaborada pelos seringueiros. Pois, segundo Maria Inês Machado Pinto, ao analisar a vida cotidiana do homem pobre e marginal na São Paulo do início do século XX e citando Foucault e Hobsbawm nos diz que:

o furto, como forma espontânea de contestação, exprimia o protesto e a vingança dos trabalhadores contra a opressão e a pobreza a que estavam condenados pelas relações de produção dominante. Estes pequenos atos de vingança, retaliação e revanchismo contra os patrões permitiam, às vezes, que os ricos também fossem espoliados. Era uma espécie de “justiça selvagem” contra as camadas opressoras, umas das primeiras manifestações sutis e silenciosas de revolta do proletariado contra a exploração capitalista. A custa da ilegalidade, os oprimidos impunham certos limites a opressão. O roubo, um crime contra a propriedade - representava uma frontal agressão das leis, das normas estabelecidas e a inversão provisória, individual da ordem do poder (PINTO, 1994, pp. 188-189).

Os dois exemplos mencionados acima abrem a possibilidade de pensarmos alguns aspectos teóricos relacionados à construção da resistência. A análise da construção histórica de estratégias de resistência elaboradas pelos seringueiros nos leva a tratar a questão partindo do crime e da criminalidade como elementos visíveis da resistência para, num segundo momento, recuperamos aspectos simbólicos nas relações de poder nos seringais.

Alguns estudos, no campo da história social do crime, chamam atenção para o fato de que este recoloca os sujeitos enquanto agentes sociais e históricos (MACHADO, 1987, p.09).

Os novos estudos sobre a história social do crime encontram nos trabalhos de E.P.Thompson *Senhores e Caçadores* (1995) e de Michel Foucault *Vigiar e Punir* (2002) seus principais fundamentos teóricos e metodológicos.

Em *Senhores e Caçadores*, Thompson estuda as origens da lei negra na Inglaterra do século XVIII. Após o decreto, em maio de 1723, de 50 novos delitos capitais que perfaziam a média de 250 novos crimes com pena máxima, estabeleceu-se a proibição para diversos setores da sociedade de usufruírem, como faziam a décadas, da floresta de Windsor.

Esse estudo conduziu o autor da análise de casos localizados até a construção da estrutura judiciária e de todo aparato do Estado britânico do século XVIII. A imensa

sensibilidade de Thompson o fez perceber que a famosa tese marxista (ou de determinado marxismo), de subordinação das idéias às bases materiais da sociedade não se concretizava no estudo da lei do século XVIII. Como salienta o historiador José Jobson de Arruda ao comentar a importância do trabalho de Thompson para os estudos da história social do crime, explana:

Exatamente neste ponto, quando ensaia reflexões sobre a natureza histórica da lei no século XVIII, Thompson torna-se um historiador instigante e criador. Investe contra o marxismo vulgar para o qual, o ‘domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe’, ‘fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante’. Nega o caráter de ‘já explicado’, da lei como elemento da superestrutura. Reconhece que a lei entendida como instituição ou pessoas pode ser ‘facilmente assimilada á lei da classe dominante’. Mas, insiste que a ‘lei pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas, que mantém uma relação ativa e definida com as normas sociais, e, por fim, pode ser vista simplesmente enquanto lei’. Neste contexto, a lei negra não expressa apenas a ascendência da oligarquia Whing e a busca da legitimação de sua propriedade. Reflete também outras formas de propriedade que estavam em jogo e que atingiam diretamente o interesse do proprietário rural, do trabalhador rural, dos funcionários das floretas, dos habitantes das florestas. A lei acabava por ser o fruto da pratica efetiva nos campos e seguida desde tempos imemoriais. Por isso estava visceralmente ‘imbricada nas próprias bases das relações sociais de produção... endossada por normas tenazmente transmitidas pela comunidade’ não podendo ser simplesmente descartada como ideologia (ARRUDA, 1989, p. 130).

Nas conclusões de *Senhores e Caçadores*, há um tópico esclarecedor, intitulado *o domínio da lei*, onde o autor aponta a lei como uma arena de conflitos. Para Thompson:

a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais tem se travado. Em parte, as próprias relações de produção só tem sentido, nos termos de suas definições perante a lei: o servo, o trabalhador livre, o trabalhador rural com direitos comunais, o habitante sem eles, o proletário não livre, o grevista consciente de seus direitos, o diarista rural sem terras que ainda pode processar seu patrão por agressão. E se a eficácia da operação da lei em sociedades divididas em classes tem faltado repetidamente à sua própria retórica de igualdade, ainda sim a noção de domínio da lei é, em si mesma um bem incondicional (THOMPSON, 1977, pp. 358-359).

A eficácia da lei residia justamente no fato dela parecer justa, igualitária e universal. Com base neste argumento é que se podia impor determinados limites à dominação, ou seja, a reapropriação do discurso por aqueles que se viam prejudicados pela lei fez com que ela servisse de arma para a luta (FORTES, 1995, p.93).

Esse mesmo século XVIII, estudado por Thompson na Inglaterra, é analisado por Foucault na França. Em *Vigiar e Punir*, Foucault analisa as transformações na forma de punir, a partir do abandono do suplício e o estabelecimento da prisão. A lei

não é a preocupação central de Foucault, mas os mecanismos capilares que garantem exercícios de poder e contra - poder numa sociedade. A prisão, criticada como modelo historicamente fracassado, foi a responsável por produzir os delinquentes. Talvez resida aí sua manutenção e permanência durante tanto tempo, pois são os considerados delinquentes, os mesmos que irão se infiltrar nos partidos políticos e servirem como fura greves, espiões e carrascos de toda ordem. Em *Nietzsche, A Genealogia e História* (2001), Foucault se aproxima mais uma vez de Thompson, ao comentar as relações de poder entre os sujeitos, a existência da lei e de regras, o autor nos diz assim:

É justamente a regra que permite que seja feita violência a violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam. Em si mesma as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir a isso ou aquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns de outros. O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar os lugar daqueles que a utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que a tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras (FOUCAULT, 1979, pp. 25-26).

Esses elementos apontados acima foram recuperados pelos historiadores Boris Fausto, autor do clássico estudo sobre o crime em São Paulo *Crime e Cotidiano* (2001)

e Maria Helena Machado autora de *Crime e Escravidão* (1987). Para estes dois autores, é preciso contextualizar a relação existente ente crime e criminalidade.

Boris Fausto, por exemplo, aponta para seguinte diferenciação entre os dois termos:

[...] as duas expressões tem sentido específico: 'criminalidade se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e corte; 'crime' diz respeito ao fenômeno na sua singularidade, cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções (FAUSTO, 2001, p. 19).

Neste sentido, Maria Helena Machado percebe como determinados crimes colocam o escravo enquanto agente social e sujeito histórico, pois eles desgastam a dominação senhorial, através de resistências e confrontos, além de contribuírem para a construção de espaços de sobrevivência e autonomia. Segundo a autora, a nova história social do crime tem por mérito perceber o seguinte:

à medida que se considera o crime enquanto produto orgânico da vida cotidiana de determinado grupo histórico localizado, o enfoque proposto pela nova corrente da história social do crime afasta-se da tentativa de cotejar, através da análise da criminalidade, um padrão psicológico e grupal. Abordando-o como mediação legítima, (quer dizer, não desviante), estabelecida intergrupos e classes sociais, que assim expressam a realidade básica de suas vidas, a resistência aos sistema de dominação que condiciona suas existências e as tensões das relações sociais de produção. De acordo com estas novas concepções, ressurge renovado o conceito de crime social como ato consciente de resistência ao sistema de dominação material e ideológico, expressando as concepções das camadas dominadas a respeito do justo e do injusto e da importância de seu papel na construção da sociedade (MACHADO, 1989, p.25).

Podemos acompanhar, a partir dessas considerações acima referidas, como os seringueiros, envoltos numa complexa e dinâmica teia de relações sociais, construíram espaços de autonomia, impondo, mesmo que através da violência física, dos pequenos desvios de produção de seringa, da fuga, das pequenas faltas, determinados limites ao poder do patrão.

Mesmo a aceitação de determinadas normas estabelecidas pelo patrão deve ser tomada como momento de resistência. Para muitos autores, a própria acomodação ao sistema deve ser considerada como estratégia válida para continuar vivendo (MACHADO, 1989, p.20, PINTO, 1994, p. 206).

Analisando as notas dos Livros de Decisões e Julgados da Justiça do Amazonas, todos relacionados ao Tribunal de 2ª. Instância, percebemos, em vários momentos, o embate no campo jurídico travado pelos seringueiros contra seus patrões, ou até mesmo um patrão e seus fregueses contra outro patrão e seu conjunto de aviados.

O recurso criminal de número 1094, impetrado no ano de 1929, no município de Humaitá trata da seguinte questão: O dr. Juiz de direito de Humaitá pediu a punição de Antonio de Oliveira Carará, Antonio Peixe de Sousa, Gabriel Barbosa da Silva, João Ferreira de Brito, José Luiz da Silva, Manoel Antonio de Oliveira, Manoel Perreira de Carvalho, Manoel Roberto de Carvalho Filho, Pedro de Souza, Raimundo Roberto de Carvalho e Virgilio Magno Froes, todos residentes em Humaitá, por se haverem apropriado de modo clandestino, durante as safras dos anos de 1925, 1927 e 1928, de 26 barricas [provavelmente de seringa] e 1/3 de barrica de castanhas, dos castanhais de propriedade denominada Três Casas, situado no município de Humaitá e pertencente a M. Lobo (LDJJA, 1929, pp. 221-224).

Em Manaus, para onde foi encaminhado o pedido, os juristas analisaram e decidiram negar o provimento de recurso ao recorrente juiz municipal de Humaitá, por falta de provas que demonstrassem a existência plena do delito.

No processo foram ouvidas quatro testemunhas. Das quatro, três disseram conhecer o fato de que há quatro anos que Antonio de Oliveira Carará vendia castanha ao comerciante Antonio Peixe de Sousa, indicando inclusive a quantia de (11/2) caixa de castanhas que regula (1/2) barrica, ou melhor, cinqüenta (50) litros, ou seja, meio

(1/2) hectolitro, desses frutos; porém, disseram também desconhecer se tal castanha foi furtada, ressaltando inclusive que nunca ouviram qualquer coisa que desabonasse a reputação de Carará.

Por sua vez, Carará confirmou ter vendido por (8\$000) oito mil réis, a caixa e meia de castanha que licitamente adquirira de Antonio Peixe. Este também confirmou ter comprado de forma lícita e que sempre teve o melhor juízo sobre Carará.

Somente a quarta testemunha, também comerciante, confessou ter comprado castanha furtada por Carará para devolver a M. Lobo e que também sabia, por ouvir dizer, porém sem esclarecer quem disse, que há quatro anos Carará vendia castanha furtada de seu M. Lobo a Antonio Peixe.

No entendimento dos magistrados, os argumentos de acusação da última testemunha são frágeis e vagos, não merecendo crédito. Citando o artigo 119 do Código do Processo Penal do Estado, que dizia ‘somente os indícios veementes, isto é, os que revelam entre o indiciado e o fato delituoso uma relação imediata de causa e efeito poderão dar lugar à pronuncia’ o sr. Desembargador Procurador Geral do Estado Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto decidiu negar o pedido feito pelo juiz municipal de Humaitá.

Este caso nos ajuda a relacionar alguns dos aspectos teóricos mencionados anteriormente. Os seringais e castanhais pertencentes a Manoel de Sousa Lobo, proprietário fundador do lugar Três Casas e um dos grandes seringalistas do rio Madeira, datam das primeiras décadas do século XX. Segundo Carlos Teixeira, baseado em entrevistas com antigos seringueiros de Três Casas, o “seu” Lobo, como era conhecido por seus aviados, sempre foi respeitado, tanto pela coragem como pela forma como tratou os índios Parintintin (TEIXEIRA, 1980, p.187).

Entretanto, pode-se observar outra versão da personalidade de Manoel Lobo, através do romance, *Terra de Ninguém*, escrito em 1936 por Francisco Galvão. O livro trata da relação entre Manoel Lobo e seus aviados no seringal Remanso. Segundo Galvão:

era de aspecto rude o Manoel Lobo. Cearense. Desconfiado e tímido, como ninguém. Com as manobras políticas em Humaitá desalojara aos poucos os caboclos das suas terras, demarcando-as em seu nome. De uma feita mandara atear fogo as barracas dos seringueiros porque, teimosos, recalcitraram em desobedece-lo quando o Teodolito do engenheiro passou para medir as áreas cultivadas. Homem de poucas palavras, sibilino. Profundamente tacanho e mau, somente disfarçava a fisionomia moral e se avistava com algum lêmure político da cidade. Então, nem parecia aquele sujeito perverso, caprichoso, de vinganças requintadas, que sorria os reclamos dos escravos, dos que lhe davam o ouro através das peles de borracha e das amêndoas de castanha que atestavam o paiol e o armazém, se tinha próximo o chefe político, ou qualquer membro da sua digna família. Escorregadio, untuoso, cheio de salamaleques, o coronel tornara-se num boneco sem vontade, sem ânimo, acionado pelos desejos mais absurdos dos Monteiros, que dominavam a política. Quando havia eleição, mandava os seringueiros descarregarem na chapa do governo. Gastava dinheiro a rodo preparando o pessoal, nesse dia, embarcando-os na “jarina” para o pleito (GALVÃO, 2002, p. 83).

A documentação indica Manoel Lobo como uma das figuras mais importantes da região. Aliado político da família Monteiro, uma das mais poderosas de Humaitá, Manoel Lobo manteve uma articulação próxima ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sendo que seu desejo era fundar um posto do SPI dentro do seringal Três Casas. Curt Nimuendaju cita no seu trabalho sobre os índios Parintinin, as várias tentativas feita por Lobo para atrair os índios, como evidencia:

Na mesma época [1913], mais ou menos, começou Manoel de Souza Lobo, proprietário dos seringais Três Casas, no Rio Madeira, a estender as suas explorações para o Sul e o Sudeste, chegando, desta forma, a bacia do Rio Mayci. Como uma guerra aberta aos Parintintin teria sido incompatível com a exploração industrial dos seringais, cauchas e castanhais desta zona, Manoel Lobo compreendeu que estava no seu interesse próprio, fazer todo o possível para assanhar os índios, por isso proibiu que atirasse contra eles, sem necessidade eminente e deixou por diversas vezes presentes, já além do Micy-Mirim, sofreu um ataque (NIMUENDAJU, 1924, p.212).

Retornando ao processo analisado, “seu” Lobo teve que amargar o resultado da justiça. Os seus aviados acusados de furto de castanha acabaram sendo absorvidos por

falta de provas. Ao mesmo tempo em que o caso aponta para o furto como uma estratégia de resistência elaborada pelos seringueiros que durante o período de chuvas, nos meses de janeiro a março, extraíam castanha, sinaliza também para a possibilidade de vitórias nos tribunais.

O caso foi julgado em Manaus, no tribunal de 2ª. Instância. Quando os processos tramitavam nos municípios de origem, quase sempre o resultado era favorável aos comerciantes e seringalistas, mas quando vinham a Manaus, para o tribunal de recursos, aumentavam as possibilidades de pequenos aviadores e seringueiros obterem ganhos reais.

Isso nos conduz diretamente à estrutura jurídica montada na Província e depois no Estado. O primeiro aspecto a ser observado é que a justiça não é um todo coerente e articulado, mas que há fissuras, contradições e disputas internas no judiciário. Se em nível local, ou seja, a realidade dos municípios aponta para uma maior articulação entre juízes municipais, polícia, grandes aviadores e seringalistas, a coisa muda quando a relação se dá com os magistrados da capital.

Uma nota do jornal O Manicoré é reveladora desta relação entre poder local e a justiça. Estava afixada na porta da Intendência Municipal de Manicoré a notícia de que o 1º. Suplente de juiz Municipal, o sr. José Gentil Monteiro atende na rua quinze de maio do município de Manicoré. No entanto, a nota do jornal ressalta de forma irônica a constante ausência de José Gentil, que passa a maior parte do tempo em Marmelos, no seu seringal Santa Maria de Marmelo (O MANICORÉ, dezembro de 1889).

A cidade passava boa parte do ano sem magistrado titular para resolver os problemas. Até mesmo os substitutos se ausentam de suas funções para cuidar de assuntos particulares. Esse exemplo nos conduz a um problema de maior envergadura

na administração da justiça, tanto durante a Província como posteriormente no Estado do Amazonas.

O problema a que nos referimos é o “abandono” do trabalho por parte de juízes e magistrados de toda a ordem, quando se trata de exercerem suas funções no interior. O Relatório de Presidente de Província do ano de 1883 traz a seguinte nota:

Nomeado um juiz de direito, toma posse e entra logo em licença, que se vai prorrogando até alcançar sua remoção. Assim tem acontecido com as comarcas do rio Negro, do rio Madeira, e é de recear que se dê com a de Parintins, da qual ainda não tomou posse o que para ela foi ultimamente nomeado. Com os “Termos” tem-se dado coisa ainda pior, porque, não havendo quem os solicite, ou aceite para eles a nomeação, estão constantemente entregues a juízes iletrados. De dez “Termos” que se contam nas seis comarcas, que possui a Província, só a da capital e de Tefé tem juízes formados (RPP, 1883, vol. 26, p. 15).

No caso do rio Madeira, o relatório nos diz que ao juiz de direito desta comarca, bacharel José Cavalcante Albuquerque Uchoa, a Província concedeu, no dia 27 de março de 1882, três meses de licença. Esta licença foi em 31 de maio prorrogada pelo Governo Imperial por mais seis meses, e em 28 de dezembro por mais dois anos. Com todos os prazos já esgotados, o dito juiz ainda encontrava-se ausente do exercício de seu cargo (RPP, 1883, vol.26, p. 16).

Seguindo o exemplo do citado juiz, o promotor público da mesma comarca, o sr. Theodoro de Almeida Ribeiro solicitou três meses de licença para cuidar da saúde, bem como fora concedido seis meses de afastamento para o primeiro suplente de juiz municipal do termo de Borba a fim de cuidar da saúde (RPP, 1883, vol.26, p.16).

Se o desejo dos Presidentes de Província era de criar mecanismos eficazes de controle da “população” do interior, eles tinham que trabalhar com as dificuldades, que nasceram dentro da própria administração burocrática, entavando o pleno exercício do poder de Estado. Esse processo guarda suas contradições; pois, se o aparato de repressão do Estado não chegava para punir os supostos “crimes” praticados pelos

seringueiros, ele abria também o precedente para a ação livre dos seringalistas e seus capangas.

No jornal, O Rio Madeira, de 1917, os moradores do rio Aripuanã denunciavam, para um informante do jornal, a ação de um capanga a serviço do truculento seringalista da área. Segundo a nota:

somos informados que o sr. José Caripé, tem a seu serviço no rio Aripuanã, como capanga, um indivíduo que já praticou ali três assassinatos. O nosso informante conta que esse indivíduo conhecido vulgarmente por Bahia matou a sua primeira vítima enforcando, a segunda com um terçado 48 e a terceira afogando no rio. Ignoramos os nomes das vítimas, no entanto sabemos que esses crimes são bem conhecidos do sr. Caripé que segundo nos informaram, **aproveitando os serviços desse criminoso em mandar surrar os seringueiros quase sempre amarrados de pés e mãos.** Como o Bahia outros criminosos devem estar por aquela zona grossando a impunidade de seus delitos. Denunciando um bandido de tal jaez, cremos as providências da polícia não se esperar farão (O Rio Manicoré, 13 de dezembro de 1917 – grifo nosso).

Alguns autores falam que se desenvolveu, nos seringais, um modo de vida baseado no terror e na violência. Carlos Teixeira chama de carrancismo a disseminação do terror e o emprego da violência nos seringais visando à manutenção da ordem e a eliminação da resistência no período anterior a Segunda Guerra Mundial (TEIXEIRA, 1999, p.168). Essa “cultura do terror”, denunciada por Taussig (1993), foi também identificada por Márcio Meira, na realização do seu trabalho sobre o extrativismo entre os índios do rio Xié, no alto rio Negro. Marcio afirma que a violência era uma das principais características da “cultura do aviamento” (MEIRA, 1993, p. 94).

Neste contexto, muitos moradores, sem poder recorrer ao poder público, acabam utilizando das páginas dos jornais para protestar e denunciar os abusos cometidos por seringalistas ou autoridades públicas. Na maioria dos casos, o protesto dá-se contra a demarcação, feita por um só proprietário de uma área que envolve castanhais ou seringais pertencentes a vários donos.

Um caso interessante pode ser acompanhado no O Rio Madeira, jornal do município de Manicoré. No dia 26 de maio de 1918, no lugar chamado Mariepaua, alguns proprietários foram ao jornal denunciar a ação de um grupo de lavradores que, à mão armada, queriam se apossar dos castanhais da área. A matéria diz o seguinte:

já proibiram qualquer demarcação – alguns moradores do rio Mariepaua no intuito de assenhorasem dos castanhais daquele rio armaram-se de rifle e ameaçam de morte a qualquer pessoa que pretender demarcar castanhais no trecho compreendido entre o lugar Boa Vista e a foz do mesmo rio. Os valentes atravessaram a mão armada na frente dos aludidos castanhais e proibem a qualquer comerciante ou castanheiros de entrar nos castanhais para fazer colheita. O sr. Raimundo Pereira Brasil, que demarcou no Mariepaua o lugar Boa Vista, está ameaçado de não tirar castanha ali no fabrico vindouro, caso insista pagará com a vida a tentativa. Apoiados no 44, proibem os profissionais de correr as linhas de demarcação. São os principais cabeças desse movimento Laurentino Alves, João Dias, Ângelo das Chagas, Antonio Serafim e outros nomes. Somos informados também que Ângelo das Chagas, já tem em armas cinco homens para impedir a demarcação que o sr. Carlos Lindoso pretende fazer no lugar São Sebastião, daquele rio, neste município. Os prejudicados podem providenciar contra audaciosa atitude daqueles inimigos da ordem (O Rio Madeira, domingo, 26 de maio de 1918).

Algumas semanas depois, os lavradores, acusados pelos donos de castanhais de estarem impedindo a demarcação das terras, vão ao mesmo jornal defender-se e protestar contra os proprietários. A nota de protesto dos lavradores tem o seguinte conteúdo:

nós, abaixo assinado, moradores e lavradores no rio Mariepaua, percorrendo a leitura deste conjurado e respeitado jornal de 26 de maio p.f, deparamos com um artigo que diz estarmos de mãos de 44 para impedir a colheita dos produtos em castanhais existentes nos fundos dos terrenos que ocupamos nos serviços da lavoura, isto não deixa de ser um conto do vigário, escrito ou informado por indivíduos cuja vida não passa de uma sucessão de crimes e perversidades, julgando com as suas caluniosas informações venha alcançar tudo ao contento dos seus desejos. Apelamos para as autoridades deste rio, que com sua franqueza atestem qual tem sido o nosso modo de proceder perante as perseguições que temos sofrido, perseguições estas que tem sido movidas por mantenedores de abusos inqualificáveis, que se tem reproduzidos por diversos moradores deste rio. Porém para repelir semelhantes abusos temos armas de superior calibre que é justamente a justiça distribuída pelo benemérito Dr. Alcântara Bacellar, atual governador de Estado que não trepidará em prestar-nos o seu valoroso auxilio (O Rio Madeira, Manicoré, 23 de junho de 1918).

O documento de protesto foi assinado pelos lavradores Laurentino Alves de Souza, Ângelo Estevam das Chagas – vulgo cabeça de fósforo - João Dias Pinheiro, Antoni Alves de Souza e Luiz Antonio Gomes Pereira. Sua nota, denunciando a ação espoliativa, foi respondida na mesma edição pelo representante da força policial do lugar.

O subdelegado, Matias Brasil Junior, se pronunciou com relação ao caso dizendo estas palavras:

atesto sob o cargo que ocupo, independente de qualquer pedido que é falsa a informação que foi publicada no jornal “O Rio Madeira” de 26 de maio findo. Pois eu como autoridade percorro este rio e relaciono-me com o acusado Laurentino Alves de Souza e outros, e nada do que consta no artigo “Mariepaua em foco” existe, o que afirmo que tais coisas não passam de embustes feitos por bajuladores também afirmo que estes homens estão sendo injustamente perseguidos e prejudicados em suas lavouras devidos a demarcação levantadas no rio Mariepaua. É justamente o que afirmo sob minha palavra de honra e que os acusados podem fazer deste o uso que lhe convier (O Rio Madeira, Manicoré, 23 de junho de 1918).

Os trabalhadores acabaram conseguindo o apoio do subdelegado da área – embora não conheçamos a relação de forças do momento – é interessante observar que a luta por recursos naturais tornou-se uma questão bem explosiva na época. O caso acima mencionado marcou uma vitória, ainda que parcial, dos lavradores contra o processo de demarcação de terras que os expulsava de castanhais tradicionalmente utilizados.

Nem sempre os embates se restringiam às páginas dos jornais. Inúmeros foram os casos em que a violência e a prática do terror davam o tom das relações nos seringais. O jornal O rio Madeira, de 8 de abril de 1917, deu o seguinte informe:

consta-nos que foram assassinados, por pessoal da Aensi & Cia, no rio Machado, 6 indivíduos que tentavam fugir do lugar tabajara de propriedade daquela firma. Entre as pessoas que compunham a diligencia saiu ferido um comboeiro. Os fugitivos eram em número de 9, apareceram somente 3, sendo 2 em terras de propriedade do sr. Acácio Ferreira Vale e uma moça que encontra-se nos “Maruins” (O rio Madeira, Manicoré, 8 de abril de 1917).

Sabe-se que a firma Aensi & Cia assim como o sr. Acácio Ferreira Vale são possuidores de seringais no rio Machado. O coronel Acácio, como era conhecido, possuía seringais no rio Mayci e em Calama. Ele era casado com Mathilde Monteiro, filha do poderoso coronel do rio Machado, o seringalista José Francisco Monteiro.

Os seis indivíduos que foram assassinados pelos empregados da firma eram provavelmente seringueiros e seringueiras que decidiram fugir de sua colocação.

A nota nos remete também para a existência de uma rede de proteção, controle e vigilância, pois seu Acácio devolveu dois fugitivos que estavam em suas terras para a empresa aviadora.

A reação a esses atos de violência não foi pequena. Muitos seringueiros, em oposição aberta aos seus patrões, optaram pela violência física como forma de resistência. O jornal O rio Madeira, de 1º. de março de 1918, nos dá a seguinte informação:

no seringal Nova Esperança, no rio Antimary o seringueiro Domingos Pinto, aproveitando o momento em que todos dormiam, penetrou pé ante pé no barracão central onde dormia o patrão deste seringal o Sr. Lucio Santos, e apunhalou-o fugindo em seguida. Na manhã seguinte foi encontrado desventurado o patrão morto na rede, com uma punhalada no coração. Capturado o criminoso pelos seus companheiros, devido a antipatia que sempre inspirou aos mesmos e em virtude de seu procedimento, foi por estes linchados (O rio Madeira, Manicoré, 1 de março de 1918).

A riqueza do caso reside justamente em não se reduzir ao simples assassinato do patrão. Ele mostra como a relação entre os seringueiros estava permeada por tensões. Os próprios seringueiros capturam o considerado criminoso e o lincharam.

No jornal O rio Madeira, de 22 de maio de 1918, pode-se ler a seguinte notícia:

No rio Aripuanã – Para não pagar a conta um seringueiro feriu o seu patrão. A serviço do sr. Manoel Antonio Soares vivia na cachoeira do Samaúma, rio Aripuanã, o seringueiro Ludorico Soares. Em fins do próximo mês findo, o Sr. Manoel Antonio Soares chamou Ludovico a prestação de contas e no

momento em que se abaixava para pegar a conta numa mala, Ludovico, sem que houvesse a menor troca de palavras, puxa de uma faca e crava nas costas de seu patrão, dando-lhe duas facadas. Perpetrado tão covardemente seu crime, Ludovico fugiu com Raimundo de Lima refugiando-se no lugar Providência (O rio Madeira, Manicoré, 22 de maio de 1918).

As facadas do seringueiro podem ter sido o resultado dos abusos cometidos no aumento dos produtos repassados aos fregueses. Cansado de voltar para a colocação sem saldo, só com dívidas, Ludovico combinou, com seu amigo Raimundo, uma vingança para aquela situação.

Num outro caso, só que agora no rio Preto, próximo à Manaus, a contradição reside entre os próprios seringueiros. Após uma discussão alguns seringueiros acabam entrando numa confusão, como podemos perceber neste relato:

Em Manaus, rio Preto, conversava um seringueiro, apelidado de Paca, com diversos companheiros, quando, em dado momento chega Francisco Xavier e diz: o que Paca está dizendo é mentira – aquele imediatamente retrucou, fazendo-lhe esta observação – mentira não- e eu não autorizei a desmentir-me. Ato contínuo Xavier sacou do cinturão, e com ele dá uma lambada no Paca, este procura reagir; mas antes de entrar em ação, recebe de Xavier uma forte punhalada no estomago, do qual veio a falecer horas depois. Vendo Paca debater-se nos estertores da morte, disse Xavier – Que pena não ter matado este miserável, com ele seria 5.

Diante do monstruoso crime, os seringueiros amigos da vitima exigiram do gerente do seringal o Sr. Francisco Muller, a prisão do delinquente, o que uma vez efetuada, tiraram eles um grande feixe de varas e com elas açoitaram o assassino até matá-lo (O rio Madeira, Manicoré, 18 de março de 1918).

Esses dois exemplos nos colocam distantes da hipótese que reduz às relações de poder nos seringais à dicotomia entre patrão x seringueiro. Sem negar a realidade de exploração presente no “sistema de barracão”, fruto da relação de aviamento, produtora da dívida, a análise mostra um quadro mais complexo que a redução estruturalista (dicotomia binária), pois estavam presentes as tensões, os acordos e alianças mais variadas.

Alguns conflitos entre padrões acabavam envolvendo também muitos seringueiros. No relato do chefe interino de polícia da província, o Sr. José Antonio

Bastos, presente no relatório de Presidente de Província de 1885, podemos acompanhar o seguinte caso:

em 19 de fevereiro, nas margens do lago Carapanatuba, por ocasião de executar-se um mandato de despejo requerido pelo boliviano Manuel Telesphoro Salvatierra contra o português Álvaro César da Conceição, sócios da extração e venda de borracha, deu-se entre eles e seus assalariados um grave conflito de que resultou seis mortes e muitos ferimentos, dos quais já são conhecidos os que foram feitos em sete indivíduos.

No dia 23, numa viagem que fazia pelo rio Madeira, ao passar no lugar Três Casas - procurou-me o subdelegado do respectivo distrito e, comunicando-me aquele lamentável acontecimento, disse-me que tinha ido com grande dificuldade e receio ao lugar do conflito, mas que, nem ao menos, tinha podido fazer corpo de delito nos mortos e feridos por não encontrar quem quisesse prestar ao desempenho das funções de escrivão, peritos e testemunhas, e declarou-me que tendo conhecimento de minha viagem, um dos dois referidos sócios tinha se transportado com seis de seus referidos assalariados feridos e aguardavam em um lugar um pouco distante daquele em que nos achávamos. Segui acompanhado do subdelegado e, ao chegar ao lugar indicado e que tem o mesmo nome do lago referido, presenciei, com magoa, o quadro horroroso que oferecia uma situação do interior, onde cercado de pessoas sobressaltadas, sem recursos médicos, gemiam sete indivíduos, alguns feridos gravemente e com risco de vida.

Desembarquei com o subdelegado, um médico e outros distintos cidadãos, passageiros no vapor em que eu viajava, e, pondo a disposição daquela autoridade um empregado de minha secretaria, que me acompanhava, mandei que procedesse a corpo de delito nos feridos e procedesse ao competente inquérito e na vila de Manicoré, cabeça de comarca do rio Madeira, a que pertence o lugar em que se deu o conflito, fiz as devidas recomendações as autoridades, e confio que serão conhecidas todas as circunstâncias que acompanharam o fato criminoso referido e que se fará a inteira justiça, principalmente porque tenho plena confiança na energia, independência e moralidade do distinto juiz de direito da comarca do Madeira, um dos ornamentos da magistratura brasileira, o bacharel Arminio Adolpho Pontes e Souza. De acordo com este magistrado argumentei com seis praças da guarda policial o destacamento da dita comarca, que passou a ser comandada por um alferes da mesma guarda a quem nomeei delegado de polícia (RPP, 1885, vol. 29, p. 5).

A luta por seringais, castanhais e outros produtos extrativos acabou gerando muitos conflitos entre os próprios patrões. Se havia uma rede de controle dos seringueiros, havia também muitas frestas e fissuras nessas relações.

Dois anos depois, Saltvatierra manda assassinar o comerciante português. Mais uma vez é através do relatório de Presidente de Província que temos acesso ao caso, vê-se:

Na tarde de 25 de julho, quando subia o igarapé – Carapanatuba- foram barbaramente assassinados o comerciante Álvaro Cezar da Conceição, um caixeiro e um tripolante, conseguindo um outro evadir-se na ocasião do conflito.

Pelo inquérito procedido verificou-se que foi mandante destes assassinatos o boliviano Telesphoro Salvatierra. Logo que tive conhecimento desse triste acontecimento, fiz seguir com uma força necessária o chefe de polícia interino bacharel Raimundo José Rebelo com o fim de fazer restabelecer o império da lei e tranquilizar os ânimos abalados por tão ferozes assassinatos e conduzir para a cadeia pública desta cidade os verdadeiros criminosos, fato que não se pode realizar por já haver começado o processo perante o juízo competente.

Quando o chefe de polícia chegou a Manicoré; achou recolhido a cadeia o boliviano Telesphoro Salvatierra, como mandante e Francisco Antonio Franco como mandatário. Aos esforços do tenente José Soares de Souza Fogo, que acompanhou aquela autoridade, deve-se mais a prisão daquele afamado criminoso Domingos José de Freitas Guimarães, o terror de Carapanatuba. Não havendo a precisa vigilância, o preso Salvatierra conseguiu evadir-se da cadeia na noite de 21 de setembro. Por esta falta gravíssima esta sendo processado, o sargento comandante do destacamento daquela localidade Francisco Antonio Franco e Manuel Ignácio dos Santos, cúmplices dos horrorosos crimes daquele lugar, já se acham por minha ordem, recolhidos a cadeia desta capital, visto a de Manicoré não oferecer a precisa segurança para a guarda de presos tão perigosos. A fuga de Salvatierra alarmou a população do rio Madeira, levando o sobressalto e o terror a todos os pontos daquele importante rio.

E, segundo constou-me, está ele homisiado no centro de seus seringais, tendo a sua disposição pessoal formado, e famulos fregueses. Deixa-lo ali, sem tentar sua captura, era acoroçoá-lo na perpetração de novos delitos, entregando-se uma população enorme a voracidade de um lobo humano.

Por isso fiz seguir para aí o atual dr. Chefe de polícia, Sebastião José de Magalhães Braga, com uma força suficiente para fazê-lo prender, isto depois de ter chamado da capital o dr. Juiz de direito, com quem conferencie e o Dr. chefe de polícia afim de tomar as providências necessárias. De volta, chegou o Dr. chefe de polícia que, em relatório existente na secretária de governo deu conta de sua missão.

Refere-se essa autoridade que deixou de efetuar a prisão de Salvatierra por ter se evadido de sua residência duas horas antes de ali chegar a diligencia, visto ter tido aviso de aproximação da força.

No barracão do mesmo Salvatierra foi capturado o criminoso de morte Antonio Francisco Ventura, um dos cúmplices do assassinato de Álvaro, o qual já se acha pronunciado pelas autoridades de Manicoré, e recolhido a cadeia pública desta capital. Do resultado desta comissão dei conta ao Exc. o Sr. Ministro da justiça, remetendo-lhe por cópia o relatório do mesmo chefe de polícia (RPP, 1887, vol. 32, pp. 94-95).

A disputa entre os dois importantes seringalistas ganhou destaque nos relatórios apresentados aos presidentes de província. O fato do conflito ter se dado entre dois seringalistas de nacionalidades diferentes poderia sugerir, tal como analisou Sidney Chalhoub para o Rio de Janeiro, a existência de tensões entre estivadores de diferentes nacionalidades; aqui, as tensões eram entre seringueiros e seringalistas de

nacionalidades distintas. A presença de bolivianos no rio Madeira era grande e em vários momentos os relatórios mostram casos envolvendo bolivianos.

No entanto, muitas das contradições perpassavam as relações entre os próprios bolivianos, que se envolviam em múltiplas disputas.

Por ofício do Subdelegado do distrito de S. Antonio, foi comunicado a esta chefia que no dia de 17 de outubro, no lugar Liverpool, foi barbaramente assassinado um súdito boliviano de nome Luiz Velasco Perez, por um seu patrício chamado Felisberto Barra. A referida autoridade procedera nos termos da lei. O criminoso foi preso e acha-se recolhido a cadeia daquela cidade (RPP, 1886, vol. 31, p. 46).

Nesse relatório de 1886, o discurso sobre os bolivianos aparece em tom moralista.

No rio Madeira, mais que em outro lugar trabalha um número considerável de Bolivianos. Por mais de uma vez tem se deixado arrastar estes estrangeiros a cenas de violência, já entre si, já em relação a outros estrangeiros e também a nacionais. Não obstante as recomendações feitas as autoridades locais, tem sido impossível evitar tais cenas. Entretanto, cumpre conter estes estrangeiros, na obediência e no respeito as leis do país onde vem eles buscar fortuna. E um dos meios mais eficazes será o que noutra lugar aponte: crear naquele rio uma comarca, ou pelo menos, um termo judiciário, pois a distância em que se acham da capital, sede do termo a que pertencem, e as dificuldades de qualquer ação judicial, por isso e pelos recursos para fugir a justiça, os vão animando na incidência dos delitos (RPP, 1877, vol. 20, p. 31).

Mais do que retratar um contexto de conflito, o relatório elabora uma visão moral sobre os bolivianos. Eles seriam os criminosos que, além de virem ganhar dinheiro no país, desrespeitam as leis.

O discurso moralista oficial é estendido para todos aqueles que, morando nos seringais, acabam se envolvendo em incidentes. Todos não passam de criminosos covardes e sanguinários. Ao comentar a ordem pública e a segurança individual da província o relatório diz que:

o mesmo não se pode dizer com relação a segurança individual constantemente ameaçada e atacada, principalmente nos seringais do interior da província onde habitam populações quase nômades e sem instrução que emigraram de algumas províncias do norte do império e das repúblicas vizinhas com o fim de explorarem os produtos naturais de que tão abundante é nesta província (RPP, 1888, vol.32, p.30).

Mais uma vez as construções dicotômicas que opõem seringueiro x seringalista, estrangeiro x nacional, mostram sua inconsistência. É preciso atentar que as relações de poder estão presentes no cotidiano dessas pessoas e que as colocam, internamente, em disputa e conflito. Recorremos e concordamos com as reflexões de Maria Inês Pinto quando ela diz:

reconstituindo-se a delicada teia de relações sociais, observa-se nessas situações o rompimento das tensões e dos conflitos nos seio dos vínculos familiares provocados pela divergência de expectativas, pela violação do direito de o indivíduo se autodeterminar e pela tentativa de dominação e espoliação dos pais sobre os filhos. As relações de poder e a luta pela sujeição e exploração do outro não se travam apenas entre elementos de classe sociais diferentes e antagônicas, mas também entre indivíduos do mesmo grupo social (PINTO, 1994, p. 207).

Nesta complexa teia de relações sociais, muitas das disputas, dos conflitos e das acusações eram resolvidas nos tribunais. Como já dito, não podemos tomar o espaço do judiciário simplesmente como campo de legitimação do poder das elites. Ele representa, principalmente, o tribunal de recursos, um campo de forças, com suas contradições e fissuras.

Neste sentido, podemos analisar alguns casos que foram parar no tribunal de 2ª instância, dando ganho de causa, mesmo que parcial, para seringueiros, castanheiros e pequenos produtores, contra patrões e poderosas firmas aviadoras.

Em 1923, o livro de Decisões e Julgados do Tribunal de Justiça do Amazonas relata o seguinte acontecimento no seringal “Calama” no rio Madeira:

em fins de 1922, no seringal Calama, situado na comarca de Humaitá, deu-se o levante e subsequente êxodo dos trabalhadores no serviço da extração

da goma elástica, devido a baixa do preço deste produto e falta de pagamento de seus salários. Sabedora, aqui em Manaus, a Casa M. Corbacho & Cia, do que estava passando naquele seringal, fez para lá seguir um de seus sócios, Augusto César Fernandes, com o fim de pacificar e tomar as providências que o caso exigisse (LDJJA, 1923, p. 48).

O outro sócio do seringal, ligado à firma Asensi & Cia, estava em Manaus, receoso pela impossibilidade de quitar a dívida com os trabalhadores e com a massa falida da firma e ainda sem poder pagar aos credores ligados a casa Corbacho & Cia.

O coronel Augusto César Fernandes foi a Calama com o objetivo de negociar com os seringueiros e fazer com que eles voltassem ao trabalho o mais rápido possível, analisando o documento:

chegado que foi a Humaitá, entendeu-se com o primeiro grupo de seringueiros revoltados, que havia baixado de “Calama”, comprometendo-se a saldar todas as contas dos trabalhadores daquele seringal, e os aconselhou a regressarem a “Calama”, para lá se entenderem com os seus companheiros, também revoltados, e com aqueles que fossem encontrados na baixada. O resultado não se fez esperar, voltou a ordem e o trabalho em “Calama”, sendo aos seringueiros pagos os seus salários, retirando-se os que preferiram trabalhar em outras propriedades (LDJJA, 1923, p. 48).

O documento tinha por objeto uma disputa judiciária envolvendo as duas firmas aviadoras e a promotoria pública. No entanto, suas páginas deixam escapar a situação dos seringueiros, seus protestos, sua capacidade de negociação e articulação enquanto grupo. A situação complicada de baixa no preço da borracha gerou, em certa medida, um estado de tensão constante, pois segundo o mesmo documento:

o levante que repercutiu em Calama, não era uno, não era isolado, ele se desdobrava dolorosamente em todo o Estado do Amazonas. A esse tempo a borracha baixara a menos de 2\$000 por kilo, dando lugar a inúmeras falências, ao derramamento de pânico em todo o comércio do interior e de Manaus, estabelecendo um desânimo geral e conseqüente falta de meios para serem satisfeitos compromissos tomados, e dentre estes, pagamentos aos extratores da goma elástica.

Em todo o Estado, por quase a totalidade dos seringais, os levantes, as desordens, os crimes se repetiam, e pior que tudo, assistia-se a esse êxodo quase completo de trabalhadores do interior do Amazonas, para outros Estados, de onde talvez não voltem mais.

Esses levantes, essas depredações, esses crimes eram praticados por massas compactas de seringueiros que, em desespero de causa, se revoltavam contra tudo e contra todos pela falta de seus pagamentos (LDJJA, 1923, pp. 48).

Percebe-se o poder de negociação dos seringueiros, que só retornaram aos trabalhos depois de efetuados o pagamento. Até mesmo aqueles fregueses que quisessem buscar outras colocações estariam liberados. Talvez em outros momentos as coisas fossem mais difíceis para os seringueiros, talvez até mesmo as dificuldades da economia local, para aquele período, ajudem a entender essa margem de manobra e liberdade dos seringueiros.

O que não podemos é tributar os momentos de levante e protesto a características que venham a menosprezar o poder de articulação e luta dos trabalhadores, julgando-os por aspectos exteriores, sem levar em conta as possibilidades históricas que se colocam e são construídas pelos sujeitos.

Em alguns casos, os seringueiros que supostamente tivessem praticado algum crime eram severamente punidos pela justiça. Referindo-se aos momentos de fracasso e derrota dos trabalhadores, Thompson nos fala dos becos sem saída da história.

Em 1914, o seringueiro de nome André de Barros Cardoso deu entrada, a seu favor, em uma Petição de Graça, pois havia sido condenado a 24 anos de prisão por ter assassinado o seu patrão no seringal Primavera. O documento do promotor de justiça é explicitamente estigmatizante ao chamar André Barros de criminoso feroz:

o assassinado praticado pelo impetrante no dia 6 de julho de 1907, no lugar Primavera da comarca de Humaitá, na pessoa de seu patrão Antonio Alves, põe em flagrante evidencia a ferocidade de seus instintos e o alto grau de sua temibilidade. Explicando a seu filho Manoel Savador de Barros Cardoso a razão porque havia assassinado a Antonio Alves diz o impetrante que a vista se lhe tinha escurecido pela raiva e atirara em seu patrão, que, de costas para ele, se curvara para apanhar um rifle que estava no chão.

Entretanto, não precedeu ao traiçoeiro atentado alteração ou luta entre o mesmo impetrante e a sua incauta vítima. Concebido o criminoso designo, o impetrante, aproveitando-se de um momento em que seu desprevenido patrão lhe dá as costas, desfecha-lhe o tiro letal.

Condenado o impetrante a vinte e quatro anos e seis meses de prisão simples, o júri da comarca de Humaitá foi mais benigno do que justo (LDJJA, 1914, pp. 156-157).

Imbuído por um discurso moralista, o promotor se posicionou nitidamente do lado do patrão e da defesa da ordem. Mesmo com toda essa carga depreciativa, podemos detectar o momento de resistência em que o seringueiro se vinga do seu patrão. Contra todo o processo de exploração e humilhação sofrida no seringal, André Barros viu a oportunidade de “acertar as contas” com Antonio Alves e atirou em seu patrão. A solicitação de Petição de Graça para comutação da pena foi negada. Para o promotor, a pena de André Barros ainda foi pequena pelo crime que praticou, sendo as últimas palavras do promotor “o júri de Humaitá foi mais benigno do que justo” (ibidem).

No mesmo ano, 1914, o seringueiro chamado João Pedro Lima deu entrada, pessoalmente, a uma Petição de Graça, a seu favor, pela pena de 14 anos de prisão por ter assassinado no lugar Apuí Grande, no rio Aripuanã, seu companheiro de seringal. No entanto, João Lima obteve dos tribunais o indulto que solicitara, pois o juiz constatou que, na primeira versão do processo não foi dada importância à versão do réu, apenas considerando o dito por três testemunhas. O juiz, após ouvir a versão de João Lima, considerou-a coerente e deferiu o pedido:

Das três testemunhas, que depuseram no sumário, a 1ª, Manoel Ramos de Assis, diz que “ouviu dizer no rio Aripuanã, da comarca de Borba, que o impetrante, há dois anos matara a Raimundo Nonato no Apuí Grande, não sabendo, porém, como se deu essa morte, nem os motivos que levaram o denunciado a assim proceder”; a 2ª, Raimundo Lima dos Santos diz que “chegando a Aripuanã, há mais de três anos, soube que o acusado matara no Apuí Grande, a Raimundo Nonato com uma garrucha, não sabendo o motivo que teve o acusado para assim proceder. Que o fato lhe foi contado por seu patrão Antonio Pereira da Silva, já falecido”; A 3ª, e última testemunha, Raimundo Porfirio Delgado, diz que: “pela chegada da lancha ‘Hercules’ nesta vila no corrente mês (fevereiro de 1907), soube que o acusado presente havia morto no Apuí Grande do Aripuanã, com uma garrucha, a Raimundo Nonato, há anos, adiantando um passageiro da mesma embarcação, não era a primeira morte que o acusado praticara, não indagando a testemunha como se tinham dado estes fatos pela pouca demora da lancha neste porto”. Destituídos de valor como são os depoimentos, cuja súmula acaba de ser feita linhas acima, o conselho de sentença não tinha outro ponto para firmar

sua decisão, a não ser a confissão do impetrante. Mas desta confissão se constata:

a) que o impetrante cometeu o fato delituoso em defesa da própria pessoa e já ferido por seu agressor;

b) que precedeu ao ato criminoso, provocação e agressão do mesmo Nonato. Reconhecida as atenuantes pelo conselho de sentença, a condenação do impetrante teria sido no grau mínimo do art.294§ 2º do Código Penal, isto é, a sete anos de prisão simples, pena que o impetrante já cumpriu (LDJJA, 1914, pp. 159-160).

O caso nos ajuda a pensar as possibilidades de pessoas simples terem não só acesso, mas serem efetivamente ouvidas pela justiça. Alegando legítima defesa e já tendo pago boa parte da pena, o seringueiro João Pedro Lima obteve sucesso no seu pedido e conseguiu o indulto com o qual tanto sonhara.

Em 30 de maio de 1900, o seringueiro José Gonçalves de Moura deu entrada no pedido de *habeas-corpus* na justiça municipal de Humaitá para não permanecer preso sem justa causa. Por falta de provas, o juiz municipal entendeu que José Gonçalves teria direito à liberdade.

O caso de José Gonçalves de Moura pode ser acompanhado a partir do processo criminal de no. 37/1900. Segundo as informações do processo, podemos saber que o seringueiro foi preso em Santo Antonio, província de Humaitá, por ter supostamente ferido, no dia 28 de abril de 1900, a Pantaleão José da Silva com um cabo de espingarda.

No dia 31 de maio, José Gonçalves foi até a casa do juiz municipal, José da Costa Crespo, prestar esclarecimentos sobre o caso. Na ocasião, José Gonçalves passou pelo seguinte interrogatório:

Qual era seu nome? – Respondeu-se chamar José Gonçalves de Moura

De quem era filho? – De João Gonçalves de Moura

Que idade tinha? - Vinte e sete anos

Seu estado? - Casado

Sua profissão ao curso da vida? - Seringueiro

Sua nacionalidade? – brasileiro

O lugar do seu nascimento? – Estado do Ceará

Se sabia ler e escrever?- respondeu que sim.

Perguntado se sabia o motivo de sua prisão respondeu que não e que não lhe acusa consciência de haver cometido crime de espécie alguma.
 Perguntado se não ouviu falar no ferimento praticado em Pantaleão Jose da Silva com o cabo de uma espingarda? – respondeu que não
 Perguntado como se explica o fato de atribuir-lhe a autoridade desse fato criminoso? Respondeu que nunca lhe contou tal ação criminosa, mas caso o caso exista pode ser explicado pela má vontade e espírito de intrigas que reinam em Santo Antonio a todos que se dedicam ao trabalho honesto.
 Perguntado se não podia presta a respeito do caso criminoso outras explicações? respondeu negativamente

Em sua lacônica defesa, o seringueiro acusa a todos aqueles que intrigam com quem trabalha honestamente. Seguindo as interessantes sugestões de Carlo Ginzburg, temos que ter clareza que os pensamentos, crenças e esperanças dos seringueiros chegam, até nós, através de filtros e intermediários que os deformam (GINZBURG, 2004).

O detentor também estava presente no momento do interrogatório de João Gonçalves. Após o seringueiro ter se pronunciado foi a vez do detentor, que informou:

Qual era o nome, nacionalidade, estado e profissão? Respondeu Francisco Correia Lima, natural da cidade de [Araraty] do estado do Ceará, casado, cabo da guarda local e carcereiro da cadeia publica da cidade de Humaitá.
 Perguntado a ordem de quem tinha preso o paciente e a quanto tempo? –foi preso pela ordem do juiz de direito no dia quatro de maio e posto a disposição do juiz municipal no dia seguinte.

Partindo da constatação que tanto o detentor quanto o seringueiro acusado eram do Estado do Ceará, poderíamos pensar que, para esse caso específico, pudesse haver uma relação de amizade e companheirismo, travada entre os dois conterrâneos, e que isso pudesse favorecer a José Gonçalves.

3.1 Outros campos da resistência: cultura e apropriação simbólica

Pensando relacionalmente e situando o debate

Os estudos relacionados à cultura e à cultura popular não estão no campo do consenso. Muito pelo contrário, os estudiosos da questão se envolvem em intermináveis discussões acerca da melhor forma de se trabalhar com o conceito; já os que trabalham com o conceito de cultura são acusados de incorrerem numa significativa homogeneização do conceito; outros que utilizam o conceito de cultura popular são acusados de recorrerem a uma categoria erudita (CHARTIER,1995).

Nossa idéia é apresentar alguns autores importantes que trabalham com o conceito de cultura popular e o conceito de cultura, para depois apontarmos o caminho escolhido para a pesquisa.

No campo da historiografia, os principais trabalhos que utilizam o conceito: “cultura popular” são: *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento* de Mikhail Bakhtin; *Cultura Popular na Idade Moderna* de Peter Burke; *O Queijo e os Vermes* de Carlos Ginzburg; *Costumes em Comum* de E.P. Thompson, *Culturas do Povo* de Natalie Zemon Davis e *Notas para a desconstrução do Popular* de Stuart Hall.

Alguns autores desconstroem a idéia de cultura popular e trabalham com o conceito de cultura como apropriação. Neste campo, os principais nomes são os de Roger Chartier, com *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*, Michel Foucault, *Nietzsche, a genealogia e a História* e Robert Darton com *O grande Massacre de Gatos*.

O trabalho mais importante para as principais formulações teóricas sobre o conceito de cultura popular é a obra de Mikail Bakhtin sobre François Rabelais. Neste trabalho, Bakhtin formula o conceito de cultura popular a partir da idéia de “circularidade da cultura”. Se existe diferença entre cultura popular e cultura oficial, ela não pode ser tomada como estanque.

A especificidade da cultura popular residiria na forma como ela carnavaliza aspectos da cultura oficial. Esta carnavalização, que pode ocorrer através de um ritual cômico, está no centro da cultura popular. Para Bakhtin:

todos estes ritos e espetáculos organizados a maneira cômica apresentavam uma diferença notável, uma diferença de princípio, poderíamos dizer, em relação as formas de culto e as cerimônias oficiais sérias da Igreja ou do Estado feudal. Ofereciam uma visão de mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferentes, deliberadamente não-oficial, um segundo mundo e uma segunda vida aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles viviam em ocasiões determinadas. Isso criava uma espécie de dualidade do mundo e cremos que, sem levá-las em consideração, não se poderia compreender nem a consciência cultural da Idade Média nem a civilização renascentista. Ignorar ou subestimar o riso popular na Idade Média deforma também o quadro evolutivo histórico da cultura popular européia nos séculos seguintes (BAKHTIN, 1999, pp. 4-5).

A dualidade de mundos sugerida por Bakhtin, onde o cânone oficial se encontra com o popular, está marcada por entrelaçamentos e influências de ambos os lados. Segundo o autor, “sempre houve entre os dois cânones muitas formas de interação: luta, influências recíprocas, entrecruzamentos e combinações” (BAKHTIN, 1999, p.7).

Segundo Ronaldo Vainfas, quem melhor desenvolverá esta idéia de “circularidade cultural” é o historiador italiano Carlos Ginzburg, ao estudar o caso de um moleiro, Menochio, perseguido pela inquisição. Ginzburg não só demonstra a possibilidade de se trabalhar com a idéia de “circularidade cultural” como vai além de Bakhtin, pois trabalha com a “mentalidade” de um camponês popular. Reconhecendo que escreveu sobre um caso excepcional, o que interessava a Ginzburg era analisar como as idéias oficiais ganharam novos significados e como foram lidas de maneira original e peculiar por um moleiro do século XVI (VAINFAS, 1994, p.152).

Para Carlo Ginzburg, a cultura popular filtra, assim como a erudita, e seguindo interesses específicos, os objetos e informações que estão disponíveis. Neste contexto,

não se perde a oposição entre a cultura oficial e cultura popular, porém estas formas estão sempre em contato. Seguindo os passos de Bakhtin, Ginzburg diz o seguinte,

É bem mais frutífera a hipótese formulada por Bakhtin de uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante [...] Portanto, temos, por um lado, dicotomia cultural, mas por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, particularidade intensa na primeira metade do século XVI (GINZBURG, 2004, p. 23-24).

Para historiadores como Peter Burke, a cultura e a cultura popular podem ser definidas como:

Um sistema de significados, atitudes e valores compartilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados [...] Quanto a cultura popular, talvez seja melhor de início defini-la negativamente como uma cultura não oficial a cultura da não elite, das “classes subalternas” como as chamou Gramsci (BURKE, 1995, 25).

Alguns autores se preocupam com as generalizações que o conceito cultura popular pode ocultar. Nessa linha de estudo estão os trabalhos do historiador marxista inglês E.P. Thompson. Para Thompson, o conceito cultura popular pode dar a falsa impressão de ser ultraconsensual. Sua utilização tem que estar inserida dentro de contextos históricos específicos.

No seu estudo sobre a economia moral da multidão inglesa no século XVIII, Thompson buscou analisar como a cultura popular tradicional forneceu elementos para a construção da identidade da “classe subalterna”. Para o autor, as classes populares constroem sua identidade tanto a partir de valores que lhe são próprios como no processo de luta.

Buscando compreender as resistências populares, Thompson foi atrás de valores e comportamentos que, apesar de serem aparentemente insignificantes, foram fundamentais no processo de construção da identidade social. Ao comentar a obra de

Thompson, o historiador Ronaldo Vainfas nos diz que: “o campo teórico da cultura popular em Thompson valoriza, portanto, a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação” (VAINFAS, 1997, p.157).

Em *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*, Thompson reúne uma série de artigos sobre os camponeses da Inglaterra do século XVIII. Neste trabalho o autor define cultura como:

Um conjunto de recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole, é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa- , por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante- assume a forma de um ‘sistema’. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 2005, p. 17).

De forma geral estes são os autores que trabalham com o conceito de cultura popular. A influência destes estudos na historiografia brasileira tem sido cada vez maior. Parece-nos que o termo cultura popular tem operacionalizado melhor o trabalho dos pesquisadores.

Questionando o conceito de cultura popular até então em voga, temos o trabalho do historiador jamaicano Stuart Hall. Para Hall, fica difícil falar em cultura popular quando se tem como debate as teses da autonomia da cultura popular ou do encapsulamento da mesma. Sem jogar fora o conceito de popular, o autor propõe um novo significado para o conceito, segundo Hall:

Portanto, opto por uma terceira definição para o termo “popular”, embora esta seja um tanto incômoda. Esta definição considera, em qualquer época, as formas e atividades cujas as raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporadas nas tradições e práticas populares. Neste sentido, a definição retém aquilo que a definição descritiva tem de valor. Mas vai além, insistindo que o essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a “cultura popular”

em uma tensão (de relacionamento, influencia e antagonismo) com a cultura dominante (HALL, 2003, p. 257).

As críticas elaboradas por Hall foram em grande parte incorporadas pelos historiadores. Muitos dos nomes já citados buscaram superar a dicotomia das propostas críticas por Hall.

Natalie Zemon Davis, por exemplo, prefere falar em culturas do povo, ou cultura das “pessoas modestas”. Tendo clareza que a cultura popular guarda uma multiplicidade importante, a autora de *O Retorno de Martin Guerre*, prefere deixar o termo cultura no plural (DAVIS, 1990).

Operando com o conceito de cultura como apropriação, temos o trabalho do historiador americano, Robert Darton. Autor do interessante e sugestivo artigo *O Grande Massacre de Gatos* Darton trabalha a partir de três grandes vertentes: o estruturalismo levi-straussiano, a antropologia interpretativista de Clifford Geertz e o modelo da história cultural tal como praticada por Peter Burke.

Darton abandona a distinção entre cultura popular e a cultura letrada. Seu objetivo era analisar tanto como as pessoas comuns quanto as letradas lidam com o mesmo tipo de questão a partir da recepção e apropriação dos bens simbólicos. Para Darton,

Enquanto o historiador das idéias esboça a filiação com o pensamento formal, de um filósofo, para outro, o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tentar descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e expressavam em seu comportamento. Não tentar transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia estratégia. Operando ao nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a “se virar”- podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos mas, em vez de tentarem conclusões lógicas, pensam com coisas, ou com qualquer material que sua cultura lhes ponha a disposição, como histórias e cerimônias (DARTON, 2001, XVI).

A teoria da recepção e das formas de apropriação está mais fortemente presente em Roger Chartier. Um dos grandes nomes da história cultural, Chartier prefere pensar a cultura popular com “um tipo de relação, um modo de utilizar os objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras” (CHARTIER, 1995, p.184).

A cautela de Chartier deve-se às generalizações que o termo cultura popular pode ocultar. É preciso atentar para a observação de que os bens simbólicos são objetos de lutas e confrontações e a questão da hierarquia, classificação e desclassificação se fazem presentes. Portanto, diz o autor:

Compreender a “cultura popular” significa, então, situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos de dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e modos de apropriação do que é imposto (CHARTIER, 1995, p. 185).

Muitas das formulações de Chartier foram pensadas a partir do trabalho de Michel Foucault. A idéia de apropriação estratégica de elementos da cultura está presente no texto: *Nietzsche, a genealogia e a história*, escrito em 1971. O modelo de história cultural de Foucault, segundo Lynn Hunt (1992), encontra no conceito de genealogia sua principal formulação, sendo que os trabalhos que tomam o conceito de cultura como forma de apropriação dos bens culturais disponíveis, recorrem a estas fontes. Nesse sentido, tanto Chartier quanto Michel de Certeau, com o seu trabalho: *Invenção do Cotidiano* devem muito às reflexões de Foucault. Para Lynn Hunt, a relação da história cultural com o trabalho de Foucault residiria justamente:

a principal preocupação de Foucault, compartilhada por muitos historiadores sociais do pós-guerra, foi a formação cultural. É aí que se encontra a grande

promessa de sua obra- a promessa de integração na história da cultura. O poder/saber é uma faceta do poder/cultura. A fragmentação, segmentação e “capilaridade” dos historiadores culturais pós-marxistas contemporâneos – aqueles que estudam mulheres, pequenas cidades, tribunais, famílias, prisões, adultério, odores, epidemias, o *welfare state* e congêneres – podem acomodar-se no universo de Foucault, no qual as tecnologias de poder estão enraizadas em múltiplas instituições seriais, e no qual os temas, o sexo, os indivíduos, a alma e a própria cultura ocidental são vistos através das rupturas nos discursos (HUNT, 2001, p. 58).

Penso que este debate ainda não chegou a um consenso, não sei nem se isso seria desejável. Talvez não se trate de opor o conceito de cultura como apropriação ao de cultura popular, mas tomá-los como complementares, buscando as possíveis e interessantes contribuições, a partir da articulação dos autores.

Neste sentido, acredito que realizamos uma mínima apreciação dos conceitos que funcionarão como aporte para problematizarmos algumas questões relacionadas ao campo da cultura.

Na densa trama de relações sociais presentes nos seringais da Amazônia, a violência como resistência aos mecanismos de dominação e exploração não foi a única possibilidade construída pelos seringueiros. Visando ampliar o entendimento das lutas travadas nos seringais, buscaremos os significados culturais das ações dos sujeitos, observando como seringueiros e seringueiras não só viveram, mas procuraram, na medida do possível, organizar suas vidas recriando-as (GOMES, 2005, p.27).

3.2 Conflitos e relações de gênero nos seringais do rio Madeira

Permeando o cotidiano dos seringueiros do rio Madeira, os conflitos e as relações de gêneros perpassam de alguma forma, os vários relatos encontrados. O tema da presença de mulheres nos seringais, que sempre foi um tabu para a historiografia, principalmente no estudo do chamado “boom” da borracha, vem nos últimos anos ganhando destaque nas pesquisas.

O discurso clássico da historiografia, no que tange aos anos de grande corrida para os seringais, apontou para estes seringais como espaço privilegiado para atuação masculina. Isolados na floresta, os homens passavam longas temporadas sem encontrar uma mulher, sendo que nas festas, estes acabavam dançando entre si.

Essa imagem ainda foi totalmente desconstruída, sendo necessário que as pesquisas as quais trabalham as relações de gênero nos seringais ganhem densidade. No entanto, alguns trabalhos começam a desconstruir o discurso da inexistência de mulheres no período de maior exploração dos seringais.

Neste campo, o trabalho que mais se destaca é o de Cristina Wolf. Pesquisando as “mulheres da floresta”, Wolf analisou como a presença das mulheres foi importante na constituição dos seringais do Juruá (WOLF, 1999). Essas mulheres “invisíveis”, pois a historiografia silenciou sobre elas durante muito tempo, vem sendo recuperadas, a partir de um novo aporte teórico e da busca de novos documentos, no cenário historiográfico contemporâneo.

Muitos autores indicam que uma parte das mulheres levadas para os seringais saíram de casas de prostituição de Manaus e Belém (REIS, 1997, p.122). Cristiana Wolf conta-nos uma história que ouviu em conversas com seringueiros e que fora confirmada por outras fontes, orais e escritas mais antigas. Na ocasião, ela se baseia no relato de Lustrosa Cabral, que afirmara ter ido para os seringais do Juruá, no ano de 1905, mulheres saídas dos cabarés, como mostra o trecho:

Foi por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que, certa ocasião, a polícia de Manaus, de ordem do Governador do Estado, fez requisição nos hotéis e cabarés dali de umas cento e cinquenta rameiras. Com tão estranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá. Houve, dessarte, um dia de festa, - a de maior pompa, que se tinha visto. Amigaram-se todas, não faltou pretendente. Contudo, umas não se deram com o clima, adoeceram e morreram. Outras conseguiram voltar para Manaus e muitas, por fim, foram mais felizes... É que mais tarde apareceu um sacerdote e as casou (WOLF *apud* CABRAL, 1999, 86).

Levis- Strauss, quando de sua passagem pelo rio Madeira no final da década de 1930, narra o encontro que teve com as mulheres que viviam nos seringais. Era dia de casamento, e elas, com muito esforço e solidariedade, se organizaram para dar uma festa:

Essa “mulherada” às vezes se cotiza para dar um baile, contribuindo cada uma com cinco mil réis, ou com o café, ou com o açúcar, ou emprestando o seu barraco um pouco mais espaçoso, sua lamparina abastecida para a noite. Chegam com um vestido leve, maquiadas e penteadas, ao entrar beijam as mãos dos donos da casa. Mais a maquiagem é mais para aparentarem saúde do que para darem a ilusão de que estão bonitas. Debaixo do ruído e do pó-de-arroz, disfarçaram a sífilis, a tuberculose e a malária. Vieram com sapatos de salto, do “barracão do seringueiro”, onde estão instaladas com “o homem”, maltrapilhas e despenteadas todo o resto do ano, mas nesta noite, nos trinquês; porém, mesmo assim tiveram que atravessar, de vestido de baile, dois a três quilômetros pela lama das picadas da floresta. E para se embelezarem, lavaram-se vestiram-se à noite nos igarapés sórdidos, debaixo da chuva, pois choveu o dia todo. É comovente o contraste entre essas frágeis aparências de civilização e a realidade monstruosa que espera na porta (LEVI-STRAUSS, 1996, p. 350).

Conseguimos, através da documentação consultada, mapear alguns casos envolvendo conflitos, inclusive com assassinato, de seringueiros e suas parceiras. Tais casos, embora estejam encobertos sob uma “densa nuvem de poeira”, ajudam-nos a entender alguns valores importantes para os seringueiros e seringueiras.

No dia 22 de maio de 1918 foi noticiado no jornal, O Rio Madeira, da cidade de Manicoré, o seguinte episódio:.

em uma das barracas do senhor Manoel Antonio Soares, no rio Branco, afluente do rio Aripuanã, vivia em companhia de Antonio de tal o seringueiro Balbino Fonseca. Balbino que é um negro de maus instintos, era demasiado ciumento e no dia 13 de abril último simplesmente porque passava por sua barraca um seu companheiro, Antonio Balbino, levado pelo ciúme, lança de um rifle e com três tiros certos arranca a vida ao infeliz seringueiro sem que este desse motivo de suspeitas. Em seguida volta-se para o interior da barraca e deparando-se com sua amasia deitada em uma rede alvejou-a com um tiro que atingindo o abdômen saiu pela costa da pobre mulher.

A vítima era cearense e contava com 25 anos de idade. O assassino é também cearense e conta com 34 anos de idade. Preso em flagrante foi o

criminoso conduzido para a foz do Aripuanã (O Rio Madeira, Manicoré, 1918).

Segundo Airton Rocha (1998), os seringueiros nordestinos, quando vinham para a Amazônia, traziam consigo alguns valores fundamentais. Os sentimentos de integridade, honradez e honestidade ocupavam um lugar central no modo de vida destes seringueiros. Casos como ciúme e traição eram, segundo muitos relatos de época, resolvidos na violência. Talvez, trata-se muito mais de uma imagem construída e de certa forma incorporada pelos próprios sujeitos, do homem nordestino como símbolo de masculinidade. Os trabalhos de Durval Albuquerque tem contribuído para relativizar determinadas cristalizações sobre o “homem nordestino” (ALBUQUERQUE, 2004).

Se o crime foi motivado pelo ciúme, o que chama atenção é a naturalização feita da imagem de Balbino, chamado de negro de maus instintos, a possível crueldade do crime deve-se, para o discurso do poder a índole de Balbino.

No ano de 1926, os pais de Raimunda Ribeiro foram até a delegacia denunciar à Antonio Alves da Cunha por ter deflorado a sua filha no dia 24 de outubro de 1925, no lugar chamado “boca do Mirari”. O juiz de direito da comarca de Humaitá formalizou a denuncia e enviou-a ao Superior Tribunal de Justiça.

Convocados para depor, tanto Raimunda Ribeiro, quanto Antonio da Cunha expuseram sua versão sobre o acontecido. A fala de Raimunda nos diz que:

nunca namorou com o denunciado, pois sabia que era um homem casado e tinha companheira consigo, que ele nunca dera mesmo a entender gostar dela, que a vinte quatro do ano próximo passado, estando a lavar uma roupa a beira do Madeira, o denunciado, vendo-a desacompanhada, pegou-a pelas costas subjulgou-a, e teve com ela relações sexuais, nada tendo dito em casa porque o denunciado, depois de a ter deflorado, prometeu casar-se com ela, porém não queria, por saber ser ele casado (LDJJA, 1926, p. 202).

Na acareação, foi dada voz a Antonio Alves da Cunha, que deu a seguinte versão:

Que nem forçou nem ofendeu em sua virgindade e nem teve com ela relações a beira do rio Madeira, e, sim, na estrada de seringa, onde indo ela ter ido espontaneamente, a primeira vez, mandou-a embora, e voltando lá a estrada, da mesma forma, pela segunda vez, então tiveram relações sexuais, já não a tendo encontrado virgem. [Raimunda Ribeiro retrucou dizendo] que: nunca fora a estrada de seringa, tivera relações, uma segunda vez, sim, no mato próximo a sua casa, onde fora buscar um pau de lenha (ibidem).

Diante do exposto, o juiz observou que, o fato dos familiares de Raimunda terem denunciado a Antonio Cunha um ano depois, acabou por enfraquecer a acusação. Além disso, segundo o parecer do juiz, o caso não estava conforme a jurisprudência, pois o crime de defloração requer: “copula completa ou incompleta com mulher virgem, que esta seja de menor idade, e que tenha consentido por meio de sedução, engano ou fraude” (ibidem, p.200). Como Raimunda não questionou o argumento de Antonio quando este disse que ela não era mais virgem no momento da relação e que ela não era menor, tendo já completado vinte e um anos, além de ter se encontrado em duas ocasiões com o acusado, o juiz acabou por absorver a Antonio Cunha.

Para Samuel Benchimol, os dois grandes problemas na exploração do rio Madeira dos primeiros tempos, final do século XIX, eram “o sexo e a seringa”. A solidão nos seringais, principalmente no período chamado por João Pacheco de apogeu de extração do látex, foi responsável por inúmeros crimes. Numa interessante perspectiva psicanalítica, Benchimol nos diz que:

A grande angustia do tapiri era a solidão. E solidão é falta de mulher e amor. Isso até já se tornou tema comum e obrigatório em todo romance sobre a Amazônia. O seringueiro daqueles tempos e ainda hoje, com intensidade já muito diminuída, pela importação do elemento feminino que passou a acompanhar o homem, ou era um homossexual ou um onanista. Há, ainda, uma análise minuciosa a fazer-se entre o sexo e a seringa, entre a mulher, o tapiri, a urbe. Talvez residam numa bem estudada psicologia da seringa, as origens daquelas alucinações dos “áureos tempos da borracha”. O Teatro Amazonas seria assim a versão psicanalítica do tapiri. O coronel do seringueiro. A champagne do “choro”. A taça da tigelinha, O delírio da solidão, - a borracha na gênese da urbe – Manaus – “uma cidade de 10 anos sobre uma tapera de dois séculos” (BENCHIMOL, 1944, p.261).

Álvaro Maia (1956), conta-nos, em suas narrativas sobre os seringais do rio Madeira, outro caso, que ele ouviu de antigos seringueiros do local, envolvendo ciúme e traição. O crime do Candeias, como ficou conhecido, ocorreu em Quixadá, no Ceará.

De certa feita, o coronel Tônico, o mais poderoso do rio Jamari, contratou para trabalhar nas suas estradas de seringa um casal cearense, João Lima, homem do sertão do Cariri, e sua esposa Josefa, receberam, de primeira, farto aviamento, uma ótima estrada, sem borrachudos e pium, que dava cerca de doze galões. Enfim, um lugar bom para morar e trabalhar.

Todos no seringal conheciam a fama do coronel Tônico, que sempre se gabou por deitar-se a mulher dos outros. O fato de João Lima e sua esposa terem recebido todos os privilégios do seringal com pouco tempo no local acabou por gerar a desconfiança dos amigos do seringueiro (MAIA, 1956, p.276).

As visitas do coronel à barraca de João Lima ocorriam sempre em horas impróprias, a seringueirada começou a murmurar. João Lima, desconfiado, começou a ficar de tocaia, fingia que ia trabalhar, mas cortava apenas as estradas próximas a barraca. O tempo passava e nada do coronel. No entanto, ele notou que sua esposa passou a referir-se ao coronel simplesmente pelo nome de Tônico. Sem o respeito devido, por isso, João Lima, ficou ainda mais desconfiado com tanta intimidade.

O plano do seringueiro era pegar o coronel de surpresa, quando ele estivesse vistoriando as estradas. Assim, ninguém saberia que foi assassinato. Redobrando a vigilância, João Lima descobriu o lugar onde se encontravam para as “safadezas”. No meio das guaranaranas, embaixo de esconderijos escuros, que cheirava a macanga - poranga, eles se encontravam para o ato pecaminoso (MAIA, 1956, p. 280).

Agora, com a certeza de ser traído, embora todos já rissem de João a algum tempo, o seringueiro preparou a armadilha para pegar o coronel. Mataria o sujeito e depois jogaria a carcaça para os bichos, quanto a Josefa, cairia na cachoeira.

Tudo planejado, já de tocaia, esperando o coronel, quando escuta o barulho de tiro. Caiu o salafrário, pensou. Correu até lá, não encontrando ninguém. Só se deu conta do fracasso com o estrondo de uma bala na perna. Caído, gemendo de dor, ouviu o coronel dizer que retornasse, daquela forma, a sua barraca.

Coronel Tônico contou a traição aos seringueiros que, segundo relata Álvaro Maia, ficaram com pena que a bala de João Lima tivesse se perdido na mata. Humilhado, João Lima passou a noite ao relento, sem nenhuma peça de roupa. Josefa, colocada na frente de João Lima, foi “dada” de presente, pelo coronel, a todos os seringueiros que ali se encontravam (MAIA, 1956, p. 282).

Após o ocorrido, o coronel Tônico expulsou-os do seringal. Derrotado física e moralmente, João Lima decidiu retornar ao Ceará, quanto a Josefa, esta ficaria em Manaus.

Passados alguns anos, quando o coronel Tônico retornou ao Ceará para visitar os parentes, foi visto por João Lima. Este se lembrou de anos de exploração e de toda a humilhação sofrida no episódio de Josefa. O reencontro foi a oportunidade de João Lima de acertar as contas com a sua história. Não contou conversa, na primeira brecha que encontrou, atacou o velho seringalista dando cabo a vida do explorador.

3.3 “Entre f(r)estas”: politização do cotidiano e resistência simbólica

Por essa razão o riso, menos de que qualquer outra coisa, jamais poderia ser um instrumento de opressão e embrutecimento do povo. Ninguém conseguiu jamais torná-lo inteiramente oficial. Ele permaneceu sempre uma arma de libertação nas mãos do povo.

Na politização do cotidiano, muitos seringueiros construíram a resistência a partir de formas rituais de poder e enfretamento. Nesse sentido, como sinaliza Flávio dos Santos Gomes (2005), as ações de resistência e rebeldia não podem ser analisadas tão somente como reações diretas às práticas coercitivas dos patrões, pois elas seguem uma lógica própria, sendo mediadas por condições e contextos históricos específicos (GOMES, 2005, p. 31).

Alguns autores defendem que, como resultado desse processo de luta, foi construído, lenta e gradualmente, um novo modo de vida nos seringais (ROCHA, 1998; ANTONACCI, 1995). Esse novo modo de vida está marcado pela religião, ou melhor, pelo “catolicismo popular”, tal como sinalizam alguns autores.

Nossa análise dessa construção cultural como modo de vida está permeada pela leitura crítica de autores que contribuíram através da literatura, dos estudos fundamentados na idéia de “folclore” ou com trabalhos de descrição etnográfica de antropólogos que pesquisaram na Amazônia.

A experiência, tal como formulada por E.P.Thompson, ou seja, pensada como um sistema denso e complexo em que relações de parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, de hegemonia e deferência, de formas simbólicas de dominação e resistência, de fé religiosa e impulsos milenarista, leis, instituições e ideologias (THOMPSON, 1981, p.189), nos possibilita pensar a cultura como campo de contradições e lutas entre os valores e visões de vida alternativos (TOMPSON, 1981, p.194).

Um dos principais elementos que caracteriza a forma como os seringueiros organizam simbolicamente o seu mundo é a religião. Organizadora do tempo e do

espaço de seringueiros e seringueiras, a religião foi um elemento que articulou muitas lutas nos seringais.

Na belíssima monografia sobre o sistema religioso na Amazônia, Eduardo Galvão (1976), nos fala da importância do catolicismo na constituição do sistema religioso na Amazônia. Em Itá (Gurupá- Baixo Amazonas), local onde foi realizada a pesquisa, Galvão nos mostra a importância da festa de São Benedito para os seringueiros, vejamos o trecho:

o culto a São Benedito é generalizado em todo o Baixo Amazonas, mas sua imagem em Ita é tida como muito milagrosa. Atende não somente aos seus protegidos, os seringueiros e roceiros da vizinhança, como aos barqueiros, pescadores e donos de embarcações. A zeladora da igreja estima em cerca de 500 quilos de borracha, a contribuição anual dos seringueiros, além das esmolas em dinheiro (GALVÃO, 1976, p. 32).

São Benedito, considerado o advogado dos seringueiros, recebe destes grandes quantias em borracha para garantir a festa de 27 de dezembro. É importante observar a prevalência da lógica simbólica para os trabalhadores extratores de látex. Espoliados diariamente nos barracões, o dinheiro adquirido com o trabalho poderia ser, se pensássemos como um materialista vulgar, acumulado para que o seringueiro pudesse se livrar o mais rápido daquela situação. No entanto, a força religiosa e a devoção ao santo protetor fazem com que boa parte da produção e do dinheiro recebido seja dedicado à São Benedito.

Santo milagroso, sua festa realizada em dezembro chega a durar três dias nos vilarejos e barracões do interior. Muitos receberam dádivas de São Benedito, embora Galvão faça a ressalva que tais relatos sejam de data muito recente, o importante é que o santo é conhecido entre os seringueiros pelos milagres e também pelas punições que causa a quem o desrespeita.

Após se referir à força e expressividade de São Benedito entre os seringueiros, Galvão nos presenteia, baseado nos relatos dos seringueiros e em suas “observações”, com uma das passagens mais importantes para a história cultural. Segundo Galvão, São Benedito pune quem não cumpre com as promessas e quem o desrespeita. Neste sentido, podemos observar que:

as narrativas acentuam um outro aspecto do poder do santo, de fazer cumprir as promessas que lhe são feitas ou de punir aqueles que lhe faltam ao respeito. Um desses milagres foi assim relatado “Quando São Benedito (sua imagem) voltava com a folia de uma viagem de coleta de esmolas, passou pelo barracão de um comerciante. Os fregueses que aí estavam quiseram receber o santo e enviar uma canoa para saudar a folia. O patrão não estava interessado e negou a canoa e a hospedagem à folia. Quando esta já seguia adiante, o barracão ruiu sobre a água, com prejuízo de toda a mercadoria. O patrão salvou-se nadando. Arrependido e compreendendo que ofendera ao santo que desse modo o castigara, fez a promessa de que, se nada mais lhe acontecesse e voltasse a gozar de prosperidade, ofereceria muitas velas e esmolas ao santo. No ano seguinte, já estabelecido com um novo barracão, deu pousada à folia que aí passavam e fez uma grande festa em honra do santo” (GALVÃO, 1976, p.33).

A festa ganha uma centralidade para a vida dos seringueiros, pois é o momento em que eles encontram para se descontraírem num ambiente carregado e tenso. A dimensão da festa vai além desta característica citada acima, pois ela não só permite que os laços sociais entre os fregueses se fortaleça, mas também favorece que um rico imaginário aflore.

Segundo Airton Rocha que, estudando estratégias de resistência dos seringueiros acreanos, aponta na festa um dos instantes de romper com a solidão da floresta,

os seringueiros encontravam na festa, umas das formas de compensarem a solidão, sentida nos cinco, seis dias de trabalho nas estradas de seringa. Ao se fazerem presentes nas festas, transgrediram, contrariavam os interesses dos patrões que queriam os fregueses integralmente produzindo borracha [...] a festa foi, desde o período de constituição dos seringais, presença constante, no cotidiano dos seringueiros, como forma de dissimular a solidão, chegando a ser normal homem de formação rígida, dançar uns com os outros com naturalidade (ROCHA, 1998, p. 87).

Os festejos eram realizados sempre no barracão. Conforme Galvão, a estrutura de um barracão em Itá é a seguinte:

[o barracão] é uma grande estrutura de madeira com a cobertura de palha. Está construída sobre estacas, próximo à margem. Um trapiche que avança sobre o rio uns vinte metros além do barraco serve para a atracação das embarcações de comercio. O barracão esta dividido em três peças principais, a primeira logo a entrada é a *taberna*, um quarto com balcão e prateleiras onde estão empilhados gêneros de toda a sorte [...] a segunda é o *salão*, equipado com uma banca para refeições, cadeiras e um fogão num canto. É no salão, todo assoalhado de tabua que se realizam os bailes da freguesia. No extremos do salão está o *quarto*, pequena divisão fechada, onde dormem, o patrão, esposas e filhos menores (GALVÃO, 1976, p.21).

Neste sentido, o barracão pode ser considerado como o lugar da *heterotopia*. No prefácio de *As Palavras e as Coisas*, Michel Foucault (2002) nos convida a fazermos uma releitura de Tomas Morus e da sua idéia de utopia. Para o filósofo francês, a idéia de utopia, definida como lugar nenhum, como espaço irreal, serviu para consolar os homens, pois dava-lhe a promessa de um lugar onde se “abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quase quimérico” (FOUCAULT, 2002, p. XIII).

No artigo intitulado *Outros Espaços* (2001a) Foucault argumenta que, para além da reflexão sobre a utopia, devíamos analisar o processo de constituição da heterotopia. A heterotopia seria a construção de um outro lugar, não irreal, mas real, espaço outro que se estabelece como lugar de resistência.

A heterotopia pode justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que por si só são incompatíveis. O barracão, lugar marcado pelas “trocas” econômicas, espaço de dominação e controle do seringueiro, onde o seringalista exercia o seu poder, se transforma em espaço privilegiado para a festa. É a essa utilização do espaço, essa transformação, que chamamos de heterotopia. Segundo Airton Rocha, o barracão era o lugar das contradições:

Além de ser o espaço da dominação e do controle do seringueiro dos castigos no tronco, da vigilância, e do comércio, foi também, o espaço onde as relações pessoais se desenvolveram; foi o espaço coletivo da convivência entre os seringueiros (e patrões), do encontro, das festas e da alegria. Enfim, o barracão foi o espaço das contradições (ROCHA, 1998, p. 59).

Visando garantir os festejos de São Benedito, os seringueiros utilizavam, repetiam, tal como uma *copie*, as histórias de castigo de quem desobedecia ao santo. Jogando com os temas da cultura, eles acabaram tornando essas experiências significativas para suas vidas. Para alguns patrões, os mais arrivistas, três dias de festa representavam menos três dias de trabalho na coleta do látex, o que seria uma redução da lucratividade.

Como a maioria dos patrões seringalistas também acreditava na força dos santos católicos, foi mais fácil para os seringueiros manipularem, a seu favor, os símbolos do catolicismo contra seus patrões. Pois como nos mostra esse outro episódio:

De outra feita um patrão ofereceu um bezerro a S. Benedito. Dois anos mais tarde quando a folia passou por sua casa para recolher a promessa, o bezerro se transformara numa das melhores novilhas de todo rebanho. O homem imaginou um meio de burlar o santo, e ordenou que fosse abatida uma outra novilha, magra e pequena. Os “foliões” embarcaram a rês abatida e já haviam largado do porto quando a novilha que o charlatão prometera originalmente lançou-se a água e acompanhou a canoa. Vendo seu truque descoberto, entregou-se a folia. São Benedito fez com que ele pagasse com duas rês ao invés de uma (GALVÃO, 1976, p. 34).

Longe de problematizarmos estas passagens em termos de verdadeiro ou falso, o que nos interessa é que, metodologicamente, estas passagens nos lembram as observações feitas por Robert Darton (2001), quando este nos fala da manipulação dos símbolos feita pelos tipógrafos contra seus patrões.

Presente no imaginário (também palco de conflitos), essas histórias de punição atingiam não só ao patrão, mas a todo aquele que desrespeitasse o santo. Mais uma vez, conta-nos Galvão, o santo punia um faltoso.

Um outra história assim corre – Um certo João M. morador do outro lado do rio, estava muito doente. Fez promessa a seu Benedito de oferecer-lhe o seu peso em borracha. Já havia recuperado a saúde quando a folia do santo parou em sua casa. Recebeu-a e pediu que depositassem a imagem do santo na balança, anunciando que prometeu dar a este a borracha equivalente ao peso de sua imagem. Esta era, naturalmente, a imagem pequena que os foliões depositavam em sua canoa. Ninguém duvidou, sabiam apenas que fizera uma promessa. João começou a empilhar, mas imediatamente todos perceberam que o peso estava ultrapassado de muito o da imagem. Os braços da balança continuavam pendidos para o lado do santo. Quando afinal atingiram o equilíbrio, o homem entre curioso e arrependido trepou na balança. Seu peso equilibrava com o da pequena imagem. O santo o fazia pagar o voto tal como o prometera (GALVAO, 1976, p.34).

Como salienta Galvão, a religião, muito mais do que representar a especificidade de uma região, guarda uma função extremamente importante na estrutura da sociedade rural. No cotidiano das “populações amazônicas” os santos católicos convivem com as visagens. Estas visagens nos ajudam a entender e colocar ordem no mundo.

Eram nas festas de santo do mês de junho que muitos seringueiros, católicos convictos, aproveitavam para apadrinhar seus filhos. Os escolhidos eram geralmente patrões tidos como benevolentes com a situação dos fregueses. Essas relações de compadrio são descritas por Charles Wagley, no seu estudo sobre Itá. O autor de *Uma Comunidade Amazônica* nos conta a história de dona Dora, importante comerciante da citada cidade que possuía inúmeros afiliados entre os filhos de seus fregueses.

Em Itá, quanto maior o prestígio e a fortuna, maior o número de afilhados e compadres. De fato, pode-se mesmo dizer que o número de afilhados e compadres que uma pessoa pode reivindicar é um índice de sua posição social. A frequência com que uma pessoa é convidada para padrinho ou para pular a fogueira de São João ou São Pedro é um reflexo de sua posição social, econômica, política, bem como de suas condições de nascimento. Dona Dora, proprietária da Casa Gato, cuja renda e posição social talvez sejam as mais altas de Itá, dizia ter 142 afilhados e mais de trezentos compadres e comadres, pais e mães desses afilhados (WAGLEY, 1988, p.167).

Ter os filhos apadrinhados por poderosos comerciantes era a estratégia encontrada por muitos seringueiros para sonharem com dias melhores para a família. No

entanto, era também uma tática dos patrões que visavam diminuir ao máximo as tensões nos seringais.

Outras descrições de festas nos seringais podem ser encontradas no romance *A Selva* (1982), de Ferreira de Castro. O autor viveu alguns anos no seringal Paraíso, no rio Madeira.

A imagem literária criada por Castro é da selva soberana, personagem principal que encarcera o homem numa prisão sem muro. Mesmo num universo marcado pela exploração do homem pelo homem, há lugar para a festa. Segundo Castro, um baile de vez em quando e a cachaça diária eram as únicas aspirações naquele mundo. O autor narra, rapidamente, a cena de um pagode no barracão regado com muita cachaça e pouca mulher, indispensável para os seringueiros, que muito se divertiam. Segundo o narrador, “a cachaça para o uso diário e um baile de quando em quando, para desentorpecer as pernas, em qualquer barraca das margens, constituía as suas únicas aspirações” (CASTRO, 1982, p. 53).

Outra cena de festa, narrada pelo então político e escritor Álvaro Maia, no livro *Gente dos Seringais*, conta-nos as cenas da vida cotidiana no seringal Goiabal, também no rio Madeira.

Na visão de Álvaro Maia eram os forrós e a cachaça que animavam a vida da rapaziada. Nestas festas dos beirradões, o que chamava atenção eram as canções e desafios travados no meio da festa. Estas recebiam o nome de desfeiteira e eram caracterizadas pelas provocações e desabafos cantados durante o baile.

Algumas dessas desfeiteiras podiam até acabar com a festa, pois o alvo da brincadeira poderia não gostar e avançar agressivamente contra quem iniciou o canto. No entanto, a maioria das desfeiteiras tinha como objetivo provocar o riso nos brincantes. Um desses cantos narrados por Álvaro Maia (1956, p.306) diz que:

Cuiatã do centro grande,
 Teu rosto tem rosas e beijos
 Eu vejo a vida e morte
 No teu corpo de saculejos

 Sacudi um lenço branco
 Por cima daquela palha...
 Quero falar com aquela menina
 E a velha logo atrapalha

 Sacudi um lenço branco
 Por cima da tiririca...
 Falei com a minha menina
 E a velha ficou sangica.

Esse tipo de desfeiteira, cantados por homens e mulheres, narra suas queixas, ciúmes e conquistas. A estrutura desses cantos populares está permeado por um rico imaginário que, ao mostrar o sonho do seringueiro de conseguir uma mulher para casar, rompe simbolicamente com o próprio limite imposto pela sociedade, pois o canto não pode ofender a honra de ninguém, sendo, desta forma, aceito por todos como brincadeiras “bobas”.

O caso de Tom Zé é interessante. Numa festa agitadaíssima do barracão goiabal, o sanfoneiro começou a cantar. Tom Zé, ao ouvir que ele era o alvo das brincadeiras, começou a cantar:

Só se ouvi nesta sanfona
 Tocador de cara suja,
 Esturro de paca e cotia,
 Agouro de anu e cutia

O sanfoneiro parou de tocar e foi correndo abraçar o brincalhão. Neste caso, como não houve ofensa a honra, a festa correu normalmente. Como bem lembrou o autor, no interior não se pode faltar com o respeito com “tocadores, parteiras, benzedores, e donos de motor [pois] são criaturas com quem ninguém briga, pela necessidade de seus serviços de uma ora para outra” (MAIA,1956, p.305).

Festas feitas para o riso, esses bailes eram sempre aguardados com ansiedade. Como nos lembra Bakhtin, o riso foi sempre um elemento de libertação nas mãos dos povos, pois ele marca um caráter subversivo e criador da “cultura popular”.

[...] o mundo infinito das formas e manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, e feudal da época. Dentro de sua diversidade, essas formas e manifestações – as festas públicas, carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e tolos, gigantes, anões e monstros, palhaços de diversos estilos e categorias, a literatura paródica, vasta e multiforme, etc. - possuem uma unidade de estilo e constituem partes e parcelas da cultura cômica popular, principalmente da cultura carnavalesca, uma e indivisível (BAKHTIN,1999, p.3).

Neste sentido, a festa era o espaço privilegiado para o seringueiro expressar a sua subjetividade. Infelizmente, não encontramos um canto que se referisse diretamente à relação entre freguês e patrão.

Gostaríamos de fechar com uma descrição dessas festas dos seringais do rio Madeira. Em 1938, quando da sua expedição pelo interior do Brasil, o antropólogo Claude Lévi-Strauss acompanhou um desses bailes. Sua narração é rica e poética, nas palavras do autor:

Dançam passos de outra época. Sobretudo a ‘desfeiteira’, composta de estribilho entre os quais a música sanfonada (acompanhando as vezes o violão e o avaquinho), para a fim de permitir que todos os cavalheiros improvisem, cada um na sua vez, um dístico cheio de subentendidos zombeteiros e carinhosos, e os quais as damas, por sua vez, devem responder da mesma maneira, não sem dificuldades, aliás, pois estão atrapalhadas, “com vergonha”; umas se esquivam, enrubescendo, outras soltam a toda velocidade uma estrofe ininteligível, como garotinhas recitando a lição. Eis o que foi, numa noite em Urupá, improvisado a nosso respeito: “

Um é médico, outro professor, outro fiscal do Museu / Escolhe entre os três qual é o seu”.

Para alívio de Lévi-Strauss, a moça, para quem a estrofe foi dedicada, não soube replicar.

OBRAS CITADAS

BAKHTIN, Mikail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 34^a. ed. Guimarães Editores, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2001.

COSTA, Francisco Pereira da. *Seringueiros, Patrões e a Justiça no Acre Federal (1904/1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

- DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FORTES, Alexandre. O Direito na Obra de E.P. Thompson. In: *Revista de História Social*. Campinas-SP, 2, 89-111, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis- R.J, Vozes, 2002.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. Outros Espaços. In: *Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos vol. III*. (org) Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.
- _____. *As Palavras e as Coisas*: São Paulo: Martins fontes, 2002.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa em Itá Baixo Amazonas*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- GALVÃO, Francisco. *Terra de Ninguém*. Manaus: Valer; Edições do Governo de Estado, 2002.
- GOMES, Flavio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAIA, Álvaro. *Gente dos Seringais*. Rio de Janeiro, 1956.
- MEIRA, Márcio. *O Tempo dos Patrões: extrativismo da piaçava entre os índios do ri Xié (Alto Rio Negro)*. Dissertação de Mestrado: Campinas, julho de 1993.
- PINTO, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*. Edusp, 1994.
- REIS, Arthur Cezar. *O Seringal e o Seringueiro*. 2^a ed. revista. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1997.

ROCHA, Ayrton Chaves da. *Trabalho e Dominação nos Seringais do Acre*. São Paulo: PUC- Dissertação de Mestrado,1998.

TEIXEIRA, Carlos Correa. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1980.

_____. *Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC, 1999.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade.(volume I)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1995.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica*.3^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia,1988.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec,1999.

ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E CAPÍTULOS DE LIVROS CITADOS E CONSULTADOS

ANTONACCI, Maria Antonieta. “Cultura, Trabalho, Meio Ambiente: estratégias de empate no Acre. In: *Espaço Plural: revista brasileira de história*, vol. 15,no. 28. São Paulo: ANHPUH- Marco Zero,1995,pp247-267.

ARRUDA, José Jobson de. A Nova História Social do Crime. IN: *Revista de História*. São Paulo, 121, p.127-173, ago/dez, 1989.

BENCHIMOL, Samuel. O cearense na Amazônia – Inquérito Antropogeográfico sobre um tipo de Imigrante. In: *Anais- X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro, 1944. vol. III.

- CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos: cultura e história urbana*. Rio de Janeiro, vol. 8, no.16, 1995- julho/dezembro, pgs. 170-192.
- GARCIA, Maria Angélica Momenso. Processos Criminais como fonte para o estudo das relações de trabalho nas fazendas de café de Ribeirão Preto. In: *Revista História*. São Paulo, 13:93-106, 1994.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: *A Micro História e Outros Ensaio*s. Lisboa: Difel, 1994.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Humanitas (editora da UFMG); Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Seringal. In: *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIMUENDAJU, Curt. Os Índios Parintintin do Rio Madeira. In: *Jornal de la Societé des Americanistes de Paris*. Nouvelle Serie, t. XVI, 1924, p. 201-278.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro, LINHARES, Maria Yeda (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Considerações Finais

Em 22 de maio de 1918, moradores e lavradores do lugar “Água Azul”, no município de Manicoré, recorreram ao jornal *Rio Madeira*, para protestar contra José Francisco da Silva Santos, pois este queria demarcar para si os lugares “Parayba de Água Azul”, “Santa Luzia” e “Bruno”, todos situados no lugar “Água Azul”.

A nota de protesto veiculada no jornal está fundamentada nos seguintes pontos:

1) é porque no lugar “Parayba de Água Azul” terras devolutas, ocupadas pelo senhor José Francisco Silva, tem um terreno de cem metros de frente aproximadamente que o mesmo senhor vendeu a Francisco Pereira dos Santos pela quantia de cem mil réis; 2) porque o lugar “Santa Luzia” pertence a viúva e filhos de Gabriel Antonio Barbosa, que nele tem plantado 1.200 seringueiras, cafeeiros, roça de mandioca e varias áreas frutíferas; 3) porque nos lotes de terras de José Francisco da Silva pretende requerer tem as seguintes posses: seringueiras e castanheiras de Filismino Pereira com as plantações seguintes: seringueiras e árvores frutíferas; 4) porque a referida demarcação, o senhor Francisco dos Santos quer apossar-se de um castanhal a que sem direito algum já impõe; 5) porque vários moradores deste lugar tem estradas de seringueiras [Itaúba] de que tiram o preciso para manter-se e que com a proteção do senhor Jose Francisco da Silva, terão os maiores prejuízos possíveis (Rio Madeira, Manicoré, 22 de maio de 1918).

Com base nestas denúncias, os moradores encerram a nota dizendo que iam continuar lutando por seus direitos e denunciando os abusos de poder contra o povo, afirmando ainda, que estavam prontos para fazer protestos de forma judicial.

Penso que ter partido em busca das relações de poder nos seringais acabou me levando, ou tem me levado a questões que eu não suspeitava, pois as fontes tem indicado para as lutas por seringais, e não somente para as lutas pontuais e individualizadas. Acabaram aparecendo formas de protestos organizados coletivamente contra a invasão ou demarcação de seringais e castanhais que acredito serem de uso comum”.

Neste sentido, as lutas se articulavam em torno das disputas por recursos naturais, tendo nas estradas de seringas um dos campos mais conflituosos. No entanto, a pesquisa não foi necessariamente sobre isso, pois o que atraiu foram as relações de poder nos seringais.

Com base nisso, essa pesquisa buscou, desde o seu inicio, dialogar com as questões levantas por João Pacheco de Oliveira quando, em 1979, convidou os pesquisadores a trabalharem com as relações sociais nos seringais sem reduzi-las a aspectos puramente econômicos.

Havia a necessidade de recuperar a dinâmica dos seringais a partir de características políticas e culturais. Com exceção da historiografia acreana, que há pouco mais de duas décadas vem produzindo análises interessantes e inovadoras sobre as relações sociais nos seringais, os pesquisadores situados em outras partes da Amazônia, salvo os já mencionados trabalhos de Teixeira, pouco manifestam interesse em rediscutir a questão.

Nesse meio tempo a historiografia veio construindo novos referenciais teórico - metodológico e problematizando novas questões. A História Social da Cultura, fundamentada em grande parte nos trabalhos do historiador inglês E.P.Thompson tem se mostrado vigorosa e possibilitado a releitura de importantes processos sociais.

Percebendo a possibilidade de aprofundar as questões levantadas por João Pacheco e utilizando um aporte teórico renovado, parti em busca de uma releitura dessas relações sociais nos seringais do rio Madeira.

Neste processo tive que repensar velhas construções historiográficas, as quais estavam articuladas a uma visão simplista, pois, quando não escamoteava, opunham de forma esquemática seringueiros e patrões. Revisitar esta historiografia foi fundamental, pois me permitiu situar um debate que estava, há décadas, assentado num solo epistemológico comum. Fundamentado no modelo analítico de “ciclo econômico”, os autores tinham dado pouca importância para as relações sociais e culturais presentes nos seringais.

Após essa leitura introdutória da historiografia, passei a deter-me sobre os Relatórios de Presidente de Província. A partir dessa documentação, comecei a perceber a importância que o rio Madeira tomava para o Estado. Embora tenha sinalizado para os vários fatores que justificam esta preocupação, acredito que pesquisas sistematizadas,

neste campo, tendem a revelar muito mais coisas, principalmente os estudos comparativos entre os rios, visando recuperar as dinâmicas próprias desses espaços.

No último capítulo trabalhei a documentação relacionada às várias estratégias de resistência desenvolvidas pelos seringueiros; cheguei à conclusão parcial de que é extremamente difícil partir de situações “concretas e específicas” de relações de poder para possíveis inferências e generalizações. Os sujeitos lançam mão de estratégias múltiplas e variadas e, às vezes, as menos suspeitas possíveis, visando reconstruir um cotidiano suportável.

Sobre isso, acredito que este momento da pesquisa, o qual tenho que colocar um ponto final, represente muito mais uma abertura para questões relacionadas à lutas e conflitos pelo uso de recursos naturais ao esgotamento do estudo dos seringueiros. Talvez seja esse o lado apaixonante da pesquisa, pois ela nos leva a lugares inusitados, e nos coloca diante questões instigantes.

Fontes Consultadas

Manuscritos

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Amazonas - Depósito Público

Processo Criminal no. 37 – Humaitá - rio Madeira – 1900

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Amazonas – À época da pesquisa- Biblioteca do Tribunal de Justiça do Amazonas – hoje encontra-se no Centro Cultural Palácio da Justiça.

Livro de Decisões e Julgados do Tribunal de Justiça do Amazonas- 1914-1930

Impressos

Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas

Relatório de Presidente de Província –1870-1888

Jornais Microfilmados

Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas e Biblioteca Pública do Estado do Amazonas

Correio do Madeira – de setembro de 1885 a janeiro de 1890.

Humaytaense – de março de 1880 a junho de 1907.

Rio Madeira- janeiro a dezembro de 1882.

Alto Madeira – outubro de 1905 a fevereiro de 1917.

Comércio do Madeira – abril de 1884 a novembro de 1885.

O Rio Madeira – maio de 1905 a dezembro de 1906.

Referências

OBRAS CITADAS E CONSULTADAS

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Seringueiros, Caçadores e Agricultores: trabalhadores do rio Muru (1970-1990)*. São Paulo: PUC- Dissertação de Mestrado, 1995.

- _____. *Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá-Acre*. São Paulo: PUC- Tese de Doutorado, 2001.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FNJ, Massangana/ São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Mauro, CUNHA, Manuela Carneiro da. (orgs). *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: praticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- AMAZONAS, Lourenço de Araújo. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Tipografia Comercial de Meira Henrique, 1852.
- ANDRADE, Moacir. *Tipos e Utilidades dos Veículos de Transportes Fluviais do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.
- ARAÚJO, André. *Introdução à sociologia da Amazônia*. Manaus: valer, 2004
- AVELINO, Alexandre. *O Patronato Amazonense no Mundo do Trabalho em Manaus (1908-1919)*. Manaus: 2004 (Monografia de Final de Curso).
- BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN, Mikail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão- Pará, c. 1850-1870*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, 2004.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação cultural e social*. Manaus: Valer, 1994.
- _____. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- _____. *Manaus - Memória Empresarial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Universidade do Amazonas/Associação Comercial, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
Janeiro: Brasiliense, 1984.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- CANCELLI, Elizabeth. *A Cultura do Crime e da Lei*. Brasília: UNB, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro, Edição Graal, 1984.
- CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 34^a. ed. Guimarães Editores, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COSTA, Francisca Deusa da Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. São Paulo: PUC, 1997 – Dissertação de Mestrado.
- COSTA, Francisco Pereira da. *Seringueiros, Patrões e a Justiça no Acre Federal (1904/1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.
- COSTA, Hideraldo Lima da. *Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: discurso dos viajantes- século XIX*. São Paulo: PUC, 1995. Mestrado em História.
- COSTA, Selda Vale da. *Labirintos do Saber: Nunes Pereira e as Culturas Amazônicas*. São Paulo: PUC, 1997. (Tese de Doutorado).
- COUTINHO, João Martins da Silva. *Relatório sobre alguns lugares da Província do Amazonas especialmente do rio Madeira*. Manaus: Codeama / IGHA, 1986.
- CUNHA, Euclides da. *Amazônia: um paraíso perdido*. 3^a ed. Manaus: Valer, 2003.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DAOU, Ana Maria Lima. *A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”:* *Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na Virada do século XX*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 1998.
- DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- DAVIDSON, David M. “*Rivers and Empires: The Madeira Route and the Incorporation of the Brazilian Far West, 1737-1808*”, Ph.D. diss, Yale Univ. 1979.

- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEAN, Weren. *A Luta da Borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- DIAS, Edinéa. *A Ilusão do Fausto. Manaus. 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Paris: Flamarion/Champs, 1991.
- _____. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERRARINI, Sebastião Antonio. *Transertanismo: sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1979.
- FERREIRA FILHO, Cosme. *A borracha: problema brasileiro: inquérito sobre a atual posição da borracha amazônica e proposição sobre medidas para a sua valorização*. Manaus [s/n] 1938. 48 p. [Biblioteca Instrutiva do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado do Amazonas, v.02].
- FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem Fantasma: A Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FORTES, Alexandre. O Direito na Obra de E.P. Thompson. In: *Revista de História Social*. Campinas-SP, 2, 89-111, 1995.
- FREIRE, Ribamar. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, Editora Atlântica, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis- R.J: Vozes, 2002.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Ditos e escritos vol. II*. Manoel Barros da Motta (Org). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *Estratégia, Poder- Saber. Ditos e escritos vol. IV*. Manoel Barros da Motta (Org). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *História da Sexualidade vol. I . A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *A ordem do discurso*. Lisboa: Loyola, 2000a.
- _____. *As Palavras e as Coisas*: São Paulo: Martisn fontes, 2002b.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

_____. Outros Espaços. In: *Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos vol. III*. (org) Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b.

FREITAS PINTO, Renan. *A Viagem das Idéias*. Manaus: Valer, 2006.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa em Itá Baixo Amazonas*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

GALVÃO, Francisco. *Terra de Ninguém*. Manaus: Valer; Edições do Governo de Estado, 2002.

GAMA ABREU, José Coelho da. *As regiões Amazônicas: estudo chorográfico dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. 2^a. ed. Belém – SECULT, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p.203-206.

GOMES, Flavio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP, 2005.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUEDES, Mário. *Os Seringais*. Rio de Janeiro: Tip. Martins Araújo, 1914.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

HELER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWM, Éric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JACOB, Paulo. *Andirá*. Manaus: valer, 2003.

LABROY, M.O. *Culture et exploitation du Caoutchouc au Brésil*. 1913.

LA CONDAMINE, Charles Marie. *Viagem pelo Amazonas (1753-1745)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteir; São Paulo: Edusp, 1992.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: UNB/Paralelo 15, 1999.

_____. *Entre árvores e esquecimentos. História Social dos Sertões no Brasil*. Brasília: UNB/ Paralelo 15, 1996.

LIMA, Cláudio Araújo. *Amazônia, Terra e o Homem*. São Paulo: Companhia editora Nacional,1975.

LOUREIRO, Antonio. *A Grande Crise*. Manaus: T & Loureiro,1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas.(1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense,1987.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: A Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MAIA, Álvaro. *Gente dos Seringais*. Rio de Janeiro,1956.

MARTINELO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEIRA, Márcio. *O Tempo dos Patrões: extrativismo da piaçava entre os índios do ri Xié (Alto Rio Negro)*. Dissertação de Mestrado: Campinas, julho de 1993.

MELO, Octaviano. *Topônimos Amazonenses: nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação*. Manaus: Imprensa Oficial,1986.

MENDES, J. A . *A crise amazônica e a borracha*. Manaus, valer,2004.

MOOG, Clodomir Viana. *O Ciclo do Ouro Negro. Impressões da Amazônia*. Porto Alegre: Livraria Globo,1936.

MORAES, Péricles de. *Os intérpretes da Amazônia*. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1959.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *“O Nosso Governo”: Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT/CNPq, 1988.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho. *A Conquista Intelectual do Amazonas*. São Paulo, 2000. Dissertação de Mestrado.

PALMER, Bryan. *Eduard Palmer Thompson: objeções e posições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1996.

PANTOJA, Mariana. *Os Milton: Cem anos de História nos Seringais*. Recife: Massagana, 2004.

- PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*. Edusp, 1994.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REIS, Arthur Cezar. *O Seringal e o Seringueiro*. 2^a ed. revista. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1997.
- _____. *História do Amazonas*. 3^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- RICOEUR, Paul. *O Conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago editora, 1977.
- ROCHA, Ayrton Chaves da. *Trabalho e Dominação nos Seringais do Acre*. São Paulo: PUC- Dissertação de Mestrado, 1998.
- SAID, Eduardo. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras 1990.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquia sociais em Manaus: 1849-1880*. Niterói, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus: Edua, 2002.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo: T.^a Queiroz, 1980.
- SENA, Custódia. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: UFG, 2003.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, César Mucio. *Processos- Crime: Escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVA, Otávio Félix Ferreira e. *Exploração e Levantamento do Rio Jamary*. Rio de Janeiro: Pap. Luiz Macedo, 1920. 30 p.
- SMITH, Anthony. *Os Conquistadores do Amazonas. Quatro Séculos de Exploração e Aventura no Maior Rio do Mundo*. São Paulo: Best Seller, 1990.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. “Varradouros da Liberdade”: *Empates no Modo de Vida dos Seringueiros de Brasília - Acre*. Puc - SP, 1996. (Tese de Doutorado).

TARDELLI, Patrício. *Sangue, suor e borracha: representações dos seringueiros na grande imprensa (1907-1917)*. Manaus, 2004. (Iniciação Científica)

TEIXEIRA, Carlos Correa. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1980.

_____. *Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC, 1999.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade. (volume I)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Manaus: Edições do Governo do Estado, 1966.

_____. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Biblioteca do Exército, 1982.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo. Cia das Letras, 1991.

_____. *Euclides da Cunha: retrato de uma vida interrompida*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *Euclides da Cunha no vale da morte*. In: *Cult: revista brasileira de literatura*. São Paulo: Lemos editora, ano IV, agosto de 2000.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIEIRA, Fabrício dos Santos. *Assaltos e Escaramuças: Resistência indígena na Província do Amazonas*. Manaus, 2004. Monografia de Final de curso.

VIEIRA, Maria do Pilar de et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2002.

ZEMON DAVIS, Natalie. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

ZICMAN, Renée Barata. “História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas”. *Projeto História*, no. 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89-102.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica*. 3^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec – USP, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E CAPÍTULOS DE LIVROS CITADOS E CONSULTADOS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Uma Genealogia de Euclides da Cunha. In: VELHO, Gilberto (Org) *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. “Quilombos: sematologia face novas identidades”. In: *Frechal : Terra de Preto. Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista*. São Luís: SMDDH-PVN, novembro de 1996. pp.1-19.

_____. “Quilombos: tema e problema” In: *Jamary dos Pretos: terra de mocambeiros*. São Luís: SMDDH-PVN.

ALMEIDA, Mauro. *Euclides da Cunha e sociedade no Alto Purus*. Mimeo, 1999.

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, Nº 55, p. 34-53, /2004.

ALVES, Márcia Eliane. História em Microconexões: os intrincados laços comerciais da família Araújo. In: *História em Novos Cenários. Amazônia em Cadernos: Revista do Museu Amazônico*, vol. 2, n. 2/3, dezembro de 1993/4.

ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica dos discursos. In: *Revista História*. São Paulo, 2:33-37, 1983.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços: In: SILVA, Marcos (Org). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero,1950.

ANTONACCI, Maria Antonieta. “Cultura, Trabalho, Meio Ambiente: estratégias de empate no Acre. In: *Espaço Plural: revista brasileira de história*, vol. 15,no. 28. São Paulo: ANHPUH- Marco Zero,1995,pp247-267.

ARRUDA, José Jobson de. A Nova História Social do Crime. IN: *Revista de História*. São Paulo, 121, p.127-173, ago/dez, 1989.

BENCHIMOL, Samuel. O cearense na Amazônia – Inquérito Antropogeográfico sobre um tipo de Imigrante. In: *Anais- X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro, 1944. vol. III.

BERTONHA, João Fabio. Os Arquivos Policiais e Judiciários: fontes para a história social e política brasileira no século XX. In: *História Social*. Campinas, no. 02, 193-195, Campinas, 1995.

BEZERRA, Holien Gonçalves. E. P. Thompson e a Teoria da História. In: *Diálogos com E.P. Thompson. Projeto História*. São Paulo:Educ, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: *Coisas Ditas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro, LINHARES, Maria Yeda (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos: cultura e história urbana*. Rio de Janeiro, vol. 8, no.16, 1995- julho/dezembro, pgs. 170-192.

COELHO, Geraldo Mártires. História e identidade Cultural na Amazônia. In: D`INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maciel da. *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu paraense Emilio Goeldi,1994.

CORREA, Roberto Lobato. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FENELON, Déa. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. *Projeto História*, n. 10, p 73-79, 1993.

_____. O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo? *História e Perspectiva*, n.6, p. 5-23,1992.

- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Relação circunstanciada do rio Madeira e seus territórios. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Congresso Nacional de Geografia, 1949.
- FUNES, Eurípedes. Nasci Nas Matas, Nunca Tive Senhor: história e memória dos mocambos do Baixo-Amazonas. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos. *Liberdade Por um Fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 467-497.
- GALVÃO, Eduardo. Panema: uma crença do caboclo amazônico. In: *Encontros de Sociedade: Índios e Brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA, Maria Angélica Momenso. Processos Criminais como fonte para o estudo das relações de trabalho nas fazendas de café de Ribeirão Preto. In: *Revista História*. São Paulo, 13:93-106, 1994.
- GOMES, Flávio dos Santos. Nas Fronteiras da Liberdade: Mocambos, Fugitivos e Protesto Escravo na Amazônia Colonial. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém, vol. 2, (1): 125-151, 1996.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: *A Micro História e Outros Ensaio*s. Lisboa: Difel, 1994.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Humanitas (editora da UFMG); Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. E.P. Thompson. In: NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Sérgio (Orgs). *Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- JORDÁN, Pilar Garcia. En el corazón de las tinieblas del Putumayo, 1890-1932. Fronteras, caucho, mano de obra indígena e misiones católicas em la nacionalización de la Amazonía. *Revista de Índias*, Madri, LXI (223):591-616, septiembre-diciembre, 2001.
- JUNIOR, Almir Diniz de Carvalho. A Herança da Tradição (o “caso” da firma Araújo Rosas e Irmão). In: *História em Novos Cenários. Amazônia em Cadernos: Revista do Museu Amazônico*, vol. 2, n. 2/3, dezembro de 1993/4.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Seringal. In: *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder- Saber. Ditos e escritos vol. IV*. Manoel Barros da Motta (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

NIMUENDAJU, Curt. Os Índios Parintintin do Rio Madeira. In: *Jornal de la Societé des Americanistes de Paris*. Nouvelle Serie, t. XVI, 1924, p. 201-278.

OLIVEIRA, José Samico. *Seringalismo: um novo modelo*. Belém Graficentro, 1997.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da fronteira Amazônia no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1979, v 10, p. 101-110.

_____. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. *Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 4 (1):47-77, abril. 1998.

_____. “Elementos para uma sociologia dos viajantes” In: OLIVEIRA FILHO (org.) *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, UFRJ, 1987.

PINHEIRO, Luis Balkar. Edward Palmer Tompson: um historiador engajado com o presente. In: *Folha da História*, série perfil historiográfico, no. 1, ano 1. p. 04, 2000.

PRADO, Maria Lígia, CAPELATO, Maria Rolim. “A borracha na economia brasileira da Primeira República” In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira vol. III O Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997.

QUEIRÓZ, Jonas, COELHO, Mauro. “Fronteiras da História: Limites do saber” A Amazônia seus intérpretes. In: *Amazônia: Modernização e Conflito*. Belém / Macapá, UFPA / UNIFAR, 2001.

ROSENTAL, Paul André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microhistória” In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMITT, Jean-Claude. História dos Marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1998.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Thompson e a primeira geração dos *Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em História*. In: *História Social*. Campinas, n. 4/5, 91-134, 1997/1998.

- SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- SILVA, Vera Alice. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos (Org). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1998.
- SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930). In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira vol. III O Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro, LINHARES, Maria Yeda (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. “Imprensa Como Fonte Para Pesquisa Histórica”. *Projeto História*, n. 3. São Paulo, p. 47-54, 1984.
- VITORINO, Artur José Renda. Notas Sobre a Teoria da Formação de Classe de E.P. Thompson. In: *História Social*. Campinas, no. 4/5: 157-173, 1997/1998.

ANEXOS



Barracão Primor no Rio Madeira, em frente a foz do Jamary. Propriedade da firma Arruda & Irmãos.

Fonte: Relatório de Exploração e Levantamento do Rio Jamary, 1920. (Museu Amazônico)

Foto de A. Magalhães



Barraca Jatuarana no Rio Juary

Fonte: Relatório de Exploração e Levantamento do Rio Juary, 1920. (Museu Amazônico)

Foto de A. Magalhães



Barracão Bom Futuro – Alto Madeira - Jamary

Fonte: Relatório de Exploração e Levantamento do Rio Jamary, 1920. (Museu Amazônico)

Foto de A. Magalhães



Rua de Santo Antonio do Madeira

Fonte: Relatório de Exploração e Levantamento do Rio Juary, 1920. (Museu Amazônico)

Foto de A. Magalhães



Barracão do Rio Jamary

Fonte: Relatório de Exploração e Levantamento do Rio Jamary, 1920. (Museu Amazônico)

Foto de A. Magalhães



O chefe da expedição em companhia do fotógrafo A. Magalhães, do farmacêutico J. Souto Mayor e os praças do contingente.

Fonte: Relatório de Exploração e Levantamento do Rio Jamary, 1920. (Museu Amazônico)

